

HISTÓRIA



Dom Pedro II – monarca esclarecido e amante da ciência

História Integrada - Módulos

- | | |
|---|---|
| 17 – Família Real no Brasil | 25 – Imigração e Industrialização |
| 18 – Independência do Brasil | 26 – Política Externa –
Questão Christie |
| 19 – Formação do Estado
Nacional Brasileiro | 27 – Guerra do Paraguai |
| 20 – Crise do I Reinado | 28 – Crise do Império |
| 21 – Período Regencial | 29 – Movimento Republicano |
| 22 – Revoltas Regenciais | 30 – Gov. Provisório de Deodoro |
| 23 – II Reinado – Política Interna | 31 – Gov. Constitucional de
Deodoro e Floriano |
| 24 – Expansão Cafeeira e
Crise do Escravismo | 32 – Revolução Mexicana |

Módulo

17

Família Real no Brasil

Palavras-chave:

- Abertura dos Portos
- Tratados de 1810 • Reino Unido

1. A conjuntura europeia

No fim do século XVIII, enquanto a França e a Inglaterra tinham evoluído para um estágio superior do capitalismo, ou seja, o capitalismo industrial, Portugal apresentava-se **estagnado** e dependente do capitalismo inglês.

As explicações dessa dependência são encontradas na persistência dos princípios e práticas da ultrapassada política **mercantilista**, em meio a um mundo que já evoluía para o liberalismo econômico, e na própria condução da política lusa após a Restauração (1640). Com efeito, depois do domínio espanhol, estreitaram-se as relações entre Portugal e Inglaterra, **consubstanciadas** em vários acordos comerciais (1654-1661), todos,

digam-se de passagem, desfavoráveis ao pequeno reino ibérico.

A consolidação da predominância inglesa se daria com o célebre Tratado de Methuen (Panos e Vinhos), de 1703, pelo qual os portugueses dariam preferência aos tecidos ingleses e os ingleses se comprometeriam a consumir os vinhos portugueses, o que garantia o monopólio do abastecimento de manufaturas da Inglaterra em Portugal; nem as reformas salvacionistas e nacionalistas da **administração pombalina** conseguiram arrancar Portugal das teias do capitalismo inglês.

A debilidade do reino português se revelaria catastrófica no contexto dos embates e atritos que acompanharam os impulsos do industrialismo e a ascensão da burguesia, logo no início do século XIX.

Estagnado: paralisado.

Mercantilismo: política econômica do Estado Moderno que visava ao fortalecimento do Estado mediante o desenvolvimento e ampliação do comércio.

Consubstanciadas: unificadas, ligadas, consolidadas.

Administração pombalina: período da história portuguesa, compreendido entre 1750 e 1777, durante o governo de D. José I, no qual o poder, de fato, foi exercido pelo Marquês de Pombal (Sebastião José de Carvalho e Melo), que governou sob a égide do despotismo esclarecido.

A política napoleônica – O Bloqueio Continental

Antes que o século XVIII se encerrasse, Napoleão Bonaparte já surgia como o condutor dos destinos da França. O "pequeno corso", em 1804, coroado imperador dos franceses, viria consolidar as conquistas burguesas da Revolução Francesa. Ao mesmo tempo, representaria o papel de defensor daquela no palco internacional, onde predominava o poderio britânico. Daí entendermos que sua agressiva política externa de guerras contínuas tinha um único objetivo: esmagar a Inglaterra.

Assim, depois de mais de dez anos de seguidas guerras contra a Inglaterra e seus aliados, Napoleão tornava-se o dono de um grande Império, abrangendo toda a Europa Continental Ocidental. Entretanto, mais uma vez a Inglaterra confirmava a sua invencibilidade nos mares, derrotando-o na Batalha de Trafalgar.

Em 1806, com o intuito de minar as bases do poderio britânico, assentado sobre o comércio marítimo organizado, Napoleão optou pelo estrangulamento econômico da Inglaterra, decretando, em Berlim, o Bloqueio Continental.

O **decreto** napoleônico – muito mais uma medida defensiva da produção industrial francesa do que uma real ofensiva contra a Inglaterra – colocava as ilhas britânicas em estado de bloqueio, proibindo todo o comércio e correspondência entre portos europeus e embarcações inglesas; segundo Napoleão, "nenhuma embarcação vinda diretamente da Inglaterra ou das colônias inglesas seria recebida em porto algum".

O IMPÉRIO NAPOLEÔNICO NO SEU APOGEU E O BLOQUEIO CONTINENTAL (1806 - 1812)



O Império de Bonaparte, até 1812, ocupava quase toda a Europa. Napoleão esperava destruir economicamente a Inglaterra, sua principal rival, pelo Bloqueio Continental.

Decreto: determinação escrita, emanada do chefe de Estado, ou de outra autoridade superior.

Esse quadro tornava-se inquietante para o príncipe-regente D. João, visto que era profunda a dependência portuguesa da Inglaterra. Se de um lado era crescente a pressão francesa, no sentido de que fossem cumpridas as determinações do bloqueio, do outro era maior ainda a ameaça inglesa, disposta a manter sob suas rédeas o frágil reino ibérico, por sinal uma das poucas portas abertas ao mercado europeu.

A delicada situação levou D. João a um duplo comportamento. De um lado, fazia aplicar formalmente algumas instruções do Bloqueio Continental, sequestrando bens e expulsando súditos ingleses de Portugal. De outro, cedia às pressões do habilidoso Lord Strangford, representante dos interesses britânicos, concordando em oferecer a proteção da armada inglesa e a garantia do reconhecimento da legitimidade da sua dinastia, conquanto fosse transferido para o Brasil todo o aparelho do Estado português.

As manobras do príncipe regente português levaram Napoleão a assinar com a Espanha (outubro de 1807) o *Tratado de Fontainebleau*. Esse tratado franco-espanhol considerava extinta a dinastia de Bragança, dividia o território português e colônias entre França e Espanha, ao mesmo tempo em que determinava a invasão de Portugal.

Diante dos acontecimentos, a corte joanina transferiu-se para o Brasil, em novembro de 1807, sob a proteção da armada britânica. A partir daí, os ingleses ganhavam um escape para o Bloqueio Continental passando a ter o controle dos mercados brasileiros, eliminando a intermediação da metrópole. No contexto latino-americano, o Brasil ganhava um caráter de exceção, tornando-se a sede de todo o Império Português.

2. Administração joanina

Com a transferência da Família Real para o Brasil, verificou-se a famosa "inversão brasileira", visto que uma série de atos do príncipe D. João procurou adequar a até então colônia a uma nova situação, ou seja, a de sede do Estado português.

O primeiro desses atos foi a Carta Régia, de 28 de janeiro de 1808, que abria os portos do Brasil às Nações Amigas e automaticamente extinguiu o Pacto Colonial. Tal medida é explicada pela necessidade de autorizar a entrada da esquadra inglesa em nossos portos e pela retomada do comércio exportador e importador da colônia, obstruído pelas tensões das guerras napoleônicas.

Em 1.º de abril de 1808 foi baixado pelo príncipe D. João o Alvará de Liberdade Industrial, permitindo e estimulando a instalação de indústrias e manufaturas no Brasil.

O Alvará de 1808 estabelecia, dentro do espírito liberal em voga, os princípios de uma política aduaneira, uma vez que se fazia necessária a criação de um mecanismo arrecadador para a Fazenda Real. Nessa medida instituiu-se a taxa de 24% **ad valorem** para os produtos das Nações Amigas que entrassem no Brasil. Alguns meses mais tarde, diante das reclamações da burguesia lusa, foi concedida uma taxa mais baixa para as mercadorias portuguesas (16%).

ad valorem: sobre o valor nominal da mercadoria

A transferência da corte para o Brasil significava ainda o deslocamento de todo o aparato político e burocrático que caracteriza a montagem de um Estado: tribunais, órgãos, ministérios, secretarias etc.

No plano social e cultural, transformava-se a vida cotidiana dos colonos, pois inúmeras medidas tomadas para beneficiar a corte acabaram por influenciar a própria elite agrária brasileira, que se transformou numa legítima nobreza colonial.

3. Tratados de 1810

A mudança do Estado português para o Brasil atendeu às necessidades do capitalismo inglês, obstaculizado pelo Bloqueio Continental de 1806.

Sem dúvida alguma, ganhou muito o comércio inglês com a supressão do Pacto Colonial português, uma vez que se abria um canal livre para o escoamento de mercadorias estocadas e sem mercado.

Se já na abertura dos portos os grandes beneficiários foram os comerciantes ingleses, com as manobras posteriores da diplomacia britânica eles consolidaram definitivamente o controle do mercado brasileiro, em especial a partir dos Tratados de 1810.

Os Tratados de 1810, ou Acordos **Strangford**, celebrados entre D. João e a Inglaterra, procuravam aparar algumas arestas prejudiciais aos súditos desta última, quando da assinatura da Carta Régia, em janeiro de 1808. Por isso, os súditos de Sua Majestade Britânica procuraram atender a algumas reivindicações dos navios da armada inglesa.

Foram assinados entre as duas partes três tratados, dos quais os maiores destaques são o **Tratado de Comércio e Navegação** e o de **Aliança e Amizade**.

Strangford: Lord Strangford, inglês, acompanhou a Corte Portuguesa em sua transferência para o Brasil. Foi o negociador dos Tratados de 1810.

Do primeiro são considerados mais importantes os seguintes itens:

- 1) estabelecimento da tarifa preferencial de 15% *ad valorem* (sobre o valor nominal) para as mercadorias inglesas que entrassem em qualquer parte dos domínios portugueses e 24% *ad valorem* para todos os demais países;
- 2) nomeação de juizes conservadores ingleses para o julgamento de súditos de Sua Majestade sob as leis inglesas;
- 3) estabelecimento da liberdade religiosa para os ingleses, na sua maioria fiéis de religiões reformadas;
- 4) declaração de Santa Catarina como porto franco.

Dos 11 artigos do **Tratado de Aliança e Amizade**, destacam-se

- 1) o compromisso do não estabelecimento dos Tribunais do Santo Ofício no Brasil;
- 2) determinações da extinção gradual do tráfico negreiro para o Brasil.

Como consequência desses Tratados, descarta-se a burguesia lusa do comércio com o Brasil, ao mesmo tempo em que se inaugurava a preponderância inglesa, anulando o **Alvará** de Liberdade Industrial e tornando o Brasil apenas mais um satélite na órbita do capitalismo inglês.

Brasil – Reino Unido

Após a queda de Napoleão em 1815, o Brasil foi promovido à posição de Reino Unido a Portugal e Algarve. Esse evento, rompendo no nível político a condição de colônia, deve ser entendido nos quadros da *Restauração Europeia* conduzida pelo *Congresso de Viena*, em que mais uma vez se defrontaram os interesses franceses e ingleses. Mais do que a legitimação da presença da corte no Brasil, a elevação do Brasil a Reino Unido, proposta pelo ministro Talleyrand, da França, representou uma derrota da diplomacia inglesa, defendendo nessa época o retorno de D. João a Portugal.

Alvará: documento oficial que autoriza determinado ato.

CONQUISTA DE D. JOÃO VI



No plano externo, D. João VI realizou a conquista da Guiana Francesa e Cisplatina, que, em 1828, se tornou o Uruguai.

REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA DE 1817



O mapa apresenta as regiões envolvidas na Revolução Pernambucana de 1817.

Revolução Pernambucana de 1817

A presença da corte, entretanto, responsável pelo aumento dos impostos, pela arbitrária e opressiva administração militar e pelo nefasto sistema de privilégios, ensejou uma reação por parte dos colonos nordestinos, que culminou com a eclosão de um movimento rebelde, republicano e separatista denominado **Revolução Pernambucana**, de 1817. Contando com a adesão da

Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, os rebeldes chegaram a instalar um governo provisório, que foi prontamente reprimido pelas forças do rei.

No plano externo, destacam-se a ocupação da Guiana Francesa (1809), ordenada por D. João como uma represália a Napoleão, e a anexação da Banda Oriental do Rio da Prata (**Cisplatina**), obedecendo aos interesses de D. Carlota Joaquina e às pressões da Inglaterra (1817).

Cisplatina: ou Banda Oriental do Rio da Prata, é atualmente o Uruguai.



No Portal Objetivo

Para saber mais sobre o assunto, acesse o **PORTAL OBJETIVO** (www.portal.objetivo.br) e, em "localizar", digite **HIST2M201**

Exercícios Resolvidos

1 (UFSC – Adaptada – MODELO ENEM) – "A fuga da família real portuguesa para o Brasil abriu o único período na história em que um império colonial foi governado de fora da Europa. Em 1807, sob forte pressão britânica e com o imperador francês Napoleão Bonaparte expandindo seu poder pelo continente, Dom João VI, então príncipe regente de Portugal, decide transferir a sede do reino para o Rio de Janeiro. Apesar de planejada e debatida por muito tempo, a mudança se deu de modo atabalhoado e às pressas. Nem todos os que deveriam viajar conseguiram embarcar, e o mesmo aconteceu com parte da bagagem, incluindo os livros da biblioteca real, abandonados em caixotes. Quando a frota portuguesa partiu, amparada por navios ingleses, as tropas do general francês Junot se aproximavam de Lisboa."

(COLOMBO, Sylvia. Confronto e Calmaria. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 2/3/2008. Especial, p. 2.)

Com base no texto e em seus conhecimentos sobre a história ibérica, assinale a alternativa correta.

- O deslocamento da Família Real de Lisboa para o Brasil, em 1808, foi provocado pelas ameaças de invasão militar dos ingleses e a ingenuidade política do rei D. João VI, que assumiu o poder após a morte de sua mãe, D. Maria, a Louca.
- A instalação da Corte Portuguesa no Rio de Janeiro, em 1808, transformou o Brasil no único exemplo da história ocidental em que um império colonial foi governado de fora da Europa.
- Durante o século XIX, pressionado pelos ingleses e com a invasão dos seus territórios pelas tropas francesas, o rei da Espanha decidiu seguir o exemplo de D. João VI e transferiu a sede do governo para Buenos Aires.
- A viagem da Corte Portuguesa para o Brasil foi planejada desde 1807 e permitiu um transcurso direto, rápido e tranquilo até o Rio de Janeiro, cidade que dispunha de alojamentos suficientes para hospedar um número superior a 10 mil nobres lusitanos.

e) Instalados no Rio de Janeiro, os nobres portugueses conviveram com epidemias de malária e ataques de pulgas e piolhos. A princesa Carlota Joaquina perdeu a vida ao contrair dengue hemorrágica, frustrando seu projeto de invasão da Argentina.

Resolução

A escolha da alternativa *b*, como correta, é confirmada no primeiro parágrafo do texto.

Resposta: B

2 (PUC-RS – MODELO ENEM) – A chegada da Corte Portuguesa ao Rio de Janeiro, em 1808, representou o início do desenvolvimento estrutural do Brasil, e também a introdução de princípios do liberalismo econômico na colônia, com a "Abertura dos portos às nações amigas". Essa abertura ocasionou

- a diminuição dos laços coloniais, baseados no monopólio comercial mercantilista.
- a diminuição das liberdades coloniais, fundadas na estrutura liberal.
- o aumento da opressão colonial portuguesa, privilegiando-se a Inglaterra no comércio com o Brasil.
- o aumento de restrições ao comércio com a Inglaterra.
- o aumento da distribuição de privilégios aos franceses, quanto ao comércio com o Brasil.

Resolução

A abertura dos portos eliminou o exclusivo metropolitano contribuindo para o afrouxamento dos laços de dominação portuguesa.

Resposta: A

3 (UFG – MODELO ENEM) – Leia os fragmentos a seguir:

"Não corram tanto ou pensarão que estamos fugindo!"

(*Revista De História Da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, jul. 2005, p. 24.)

"Preferindo abandonar a Europa, D. João procedeu com exato conhecimento de si mesmo.

Sabendo-se incapaz de heroísmo, escolheu a solução pacífica de encabeçar o êxodo e procurar no morno torpor dos trópicos a tranquilidade ou o ócio para que nasceu".

(MONTEIRO, Tobias. *História do Império: a elaboração da Independência*.

Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981. p. 55. Adaptado.)

O embarque da família real para o Brasil, em 1807, deu origem a contraditórias narrativas. A frase acima, atribuída à rainha D. Maria I, tornou-se popular, passando a constituir uma versão narrativa ainda vigorosa. Nos anos de 1920, os estudos sobre a Independência refizeram o percurso do embarque, assegurando uma interpretação republicana sobre esse acontecimento, tal como exemplificado no trecho do jornalista e historiador Tobias Monteiro. Sobre essa versão narrativa em torno do embarque, pode-se dizer que pretendia

- conquistar a simpatia da Inglaterra, ressaltando a importância do apoio inglês no traslado da Corte Portuguesa para o Brasil.
- associar a figura do rei ao pragmatismo político, demonstrando que o deslocamento da corte era um ato de enfrentamento a Napoleão.
- ridicularizar o ato do embarque, agregando à interpretação desse acontecimento os elementos de tragédia, comicidade e ironia.
- culpabilizar a rainha pela decisão do embarque, afirmando-lhe o estado de demência lamentado por seus súditos.
- explicar o financiamento do ócio real por parte da colônia, comprovando que o embarque fora uma estratégia articulada pelo rei.

Resolução

A alternativa *c* expressa com maior clareza a versão republicana a respeito da vinda (fuga) da Família Real para o Brasil, cujo objetivo era difamar a monarquia e assim ressaltar as vantagens produzidas com a mudança de sistema de governo.

Resposta: C

- 1 Relacione Bloqueio Continental e transferência da Corte Portuguesa para o Brasil.

RESOLUÇÃO:

Como Portugal não aderiu ao Bloqueio Continental decretado por Napoleão Bonaparte, o país foi invadido por tropas francesas, forçando a vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil.

- 2 Quais as principais determinações da Carta Régia de 1808 e suas consequências para o Brasil?

RESOLUÇÃO:

Assim que aportou em Salvador, o Príncipe Regente assinou um documento endereçado às autoridades brasileiras ("Carta Régia") autorizando o comércio direto de mercadorias com as "nações amigas", excetuando os produtos estancados. Esse documento ficou conhecido como "Abertura dos Portos às Nações Amigas" e na prática significou o rompimento do Pacto Colonial.

- 3 A Revolução Pernambucana eclodiu no momento em que se acentuaram as contradições econômicas, políticas e sociais entre os grupos da sociedade pernambucana e o governo português. Mencione algumas reivindicações básicas dos revolucionários.

RESOLUÇÃO:

Os fatores que geraram o movimento foram os pesados impostos, descaso administrativo, opressão portuguesa, insatisfação popular, ideais de nativismo e propagação das ideias liberais pela maçonaria.

- 4 O Tratado de Comércio e Navegação, assinado em 1810, teve como efeito imediato uma baixa no custo de vida no Brasil. Isso pode ser explicado porque
- a) os produtores ingleses desejavam assegurar o mercado consumidor brasileiro.
 - b) a produção nacional demandava um alto custo, sendo portanto muito mais cara que a inglesa.
 - c) a oferta era superior à demanda, devido à acumulação de estoques provocada pelo Bloqueio Continental.
 - d) a produção inglesa já era industrial e seus produtos pagavam taxas muito inferiores às de outros países.
 - e) os produtos ingleses passaram a sofrer concorrência dos produtos franceses.

RESOLUÇÃO:

Com a abertura dos portos, a colônia não teria mais Portugal como atravessador e agora poderia comprar com tarifas reduzidas.

Resposta: D

Módulo

18

Independência do Brasil

Palavras-chave:

- Cortes • Fico
- Defensor Perpétuo

1. A Revolução Liberal do Porto e o retorno de D. João

Desde 1807, quando a Família Real portuguesa se transferiu para o Brasil, Portugal atravessava uma grave crise econômica. Sob uma regência que recebia ordens emanadas do Brasil, o empobrecido reino ibérico padecia de uma verdadeira inversão de posições, deixando de ser metrópole e passando a um segundo plano. A perda da exclusividade do comércio brasileiro, por ocasião da abertura dos portos, e a esmagadora concorrência dos comerciantes ingleses aniquilaram de uma vez as aspirações da burguesia mercantil lusa. No plano financeiro, a situação do erário público era de penúria, incapaz de satisfazer as necessidades básicas do governo regencial.

Em suma, *deficit*, carestia, inflação e crise eram expressões comuns no cotidiano dos súditos portugueses, privados inclusive da presença do rei, que muitos consideravam fujão.

Além da crise econômico-financeira, crescia no reino o descontentamento com a ditadura militar inglesa, sob o comando do marechal Beresford, detentor de amplos poderes em nome da força de ocupação aliada de D. João.

Assim é que, sob a égide do liberalismo então marcante em todo o mundo ocidental, levantaram-se os súditos portugueses em movimento revolucionário, deflagrado em 24 de agosto de 1820 e denominado Revolução Liberal e Constitucional do Porto.

O movimento, uma vez vitorioso, visto que expulsou de Portugal os ingleses, passou a defender a volta da corte, impondo a limitação dos poderes políticos do rei por meio de uma Constituição.

As pressões das cortes – governo provisório revolucionário –, no sentido de que fossem atendidas suas determinações, obtiveram repercussões favoráveis no Brasil. Aqui, as elites agrárias, legítimas donas do poder, passaram a pressionar o rei, visando ao cumprimento das medidas liberais propostas pelas cortes portuguesas.

Diante da situação, D. João VI, com quase toda a família (D. Pedro quis permanecer no Brasil), e toda a corte retiraram-se para Portugal, em 26 de abril de 1821, jurando previamente uma Constituição para Portugal e seus domínios.

2. A marcha para a independência

A partir de abril de 1821, o Brasil passou a ser governado pelo príncipe D. Pedro, na condição de regente.

Durante a sua regência, revelava-se cada vez mais o caráter recolonizador das Cortes portuguesas, pois, durante o ano de 1821, avolumaram-se as medidas do governo português visando à recondução do Brasil à antiga condição. Em 24 de abril foi anunciado que todas as províncias do Brasil estavam diretamente subordinadas a Lisboa e não mais ao Rio de Janeiro; ou ainda, em 29 de setembro do mesmo ano, declaravam-se inválidas as decisões dos tribunais brasileiros, anulando assim, a autonomia jurídica do então Vice-Reino. Tais decretos implicavam a revogação de todas as melhorias introduzidas por D. João quando da sua permanência no Brasil, o que para os brasileiros era um retrocesso. Contudo, as determinações aqui chegadas, em 9 de dezembro, exigindo a volta do príncipe D. Pedro para Portugal, provocaram uma maior reação por parte da aristocracia rural.

3. O rompimento

Essa pretensão despertou uma reação dos representantes da elite agrária, resultando no **Dia do Fico** (9/1/1822). Inspirado por José Clemente Pereira, com uma hábil manobra, D. Pedro desobedeceu às ordens

das Cortes e do pai, permanecendo no Brasil e, assim, alimentando um sintoma de ruptura definitiva.

Assumindo o partido dos brasileiros, o príncipe impediu as reações militares dos portugueses, comandados pelo general Avilez, ao mesmo tempo em que substituiu o demissionário ministério português por um ministério composto só de brasileiros, chefiado por José Bonifácio (12/1/1822).

O ministério de Bonifácio, por meio de uma série de atos, como o do **Cumpra-se** (abril de 1822) e a convocação de uma **Assembleia Legislativa e Constituinte** (junho de 1822), anulou as pretensões portuguesas, preparando o caminho para a independência.

Procurando manter a unidade nacional e afastar os grupos mais radicais, de tendências populares, temendo o exemplo da América Espanhola, os políticos da aristocracia rural dirigiram habilmente o processo emancipacionista do Brasil, evitando o recuo (a recolonização) e ao mesmo tempo a revolução (preconizada pelos liberais mais exaltados). Esse fato revela as inevitáveis divergências entre os políticos da aristocracia rural, organizados na maçonaria e divididos nas posições anunciadas pela imprensa.

O rompimento político com Portugal, visível durante o ano de 1822, só seria oficializado em 7 de setembro, com o "Grito do Ipiranga". Sem alterações mais profundas na sua estrutura socioeconômica, o Brasil evoluía para uma Monarquia Imperial, tendo à frente o próprio príncipe D. Pedro.



O Grito do Ipiranga, por Pedro Américo, Museu Paulista.

Exercícios Resolvidos

1 (PUC-MG – MODELO ENEM) – "Pedro, se o Brasil se separar, antes seja para ti, que me há de respeitar, do que para algum desses aventureiros." A recomendação feita por D. João VI ao filho D. Pedro, que permaneceria como Regente do Brasil, logo após a partida de seu pai para Portugal em 1821, está diretamente relacionada com

a) a vitória do movimento liberal da cidade do Porto, em 1820, que estabeleceu a monarquia constitucional em Portugal, limitando os poderes absolutistas do Rei.

b) a divergência entre os representantes políticos brasileiros na Maçonaria e D. Pedro, que queria preservar os direitos da dinastia de Bragança.

c) a revolta das tropas aquarteladas no Rio de Janeiro, contrárias à decisão do Príncipe regente, que pretendia permanecer no país.

d) a adesão imediata do "Partido Brasileiro" à política defendida pelas "Cortes de Lisboa", favoráveis à manutenção do Reino Unido a Portugal e Algarves.

Resolução

Iniciado na cidade do Porto (Portugal), a revolta constitucionalista recebeu de imediato a adesão dos brasileiros, que logo perceberam o interesse recolonizador dos portugueses. A desilusão deu origem ao movimento pelo separatismo do Brasil.

Resposta: A

2 (UNIFESP – MODELO ENEM) – Os membros da loja maçônica fundada por José Bonifácio em 2 de junho de 1822 (e que no dizer de Frei Caneca não passava de um "clube de aristocratas servis") juraram "procurar a integridade e independência e felicidade do Brasil como Império constitucional, opondo-se tanto ao despotismo que o altera quanto à anarquia que o dissolve".

Na visão de José Bonifácio e dos membros da referida loja maçônica, o despotismo e a anarquia eram encarnados, respectivamente,

a) pelos que defendiam a monarquia e a autonomia das províncias.

b) por todos quantos eram a favor da independência e união entre as províncias.

c) pelo chamado partido português e os republicanos ou exaltados.

d) pelos partidários da separação com Portugal e da união sul-americana.

e) pelos partidos que queriam acabar com a escravidão e a centralização do poder

Resolução

A loja maçônica em questão era o “Apostolado” e encarnava o pensamento da elite brasileira, que via no partido português, o represen-

tante da opressão colonialista metropolitana, e nos republicanos e liberais exaltados, o perigo de conduzir o Brasil à democracia e à fragmentação territorial.

Resposta: C



Exercícios Propostos

1 “A independência do Brasil, proclamada por Pedro I, foi, para Portugal, um fato gravíssimo porque destruiu os alicerces da economia nacional. Ou voltava o Brasil a ser colônia, alimentando a metrópole com suas riquezas, ou tinha-se de organizar a metrópole para a sua autossuficiência.”

O texto acima, do historiador português Antonio Sérgio, trata do aspecto econômico da independência brasileira, que representou, para a metrópole, o fim definitivo do Pacto Colonial.

a) Quais eram as bases do Pacto Colonial?

RESOLUÇÃO:

Bases mercantis que davam à metrópole o direito exclusivo de explorar a colônia.

b) Por que, segundo o texto citado, a independência do Brasil foi um “fato gravíssimo” para a economia portuguesa?

RESOLUÇÃO:

Porque a colônia constituía uma importante fonte de renda para Portugal e não existiria mais após a independência do Brasil.

2 A respeito da independência do Brasil, pode-se afirmar que

a) consubstanciou os ideais propostos na Confederação do Equador.

b) instituiu a monarquia como forma de governo, a partir de amplo movimento popular.

c) propôs, a partir das ideias liberais das elites políticas, a extinção do tráfico de escravos, contrariando os interesses da Inglaterra.

d) provocou, a partir da Constituição de 1824, profundas transformações nas estruturas econômicas e sociais do país.

e) implicou a adoção da forma monárquica de governo e preservou os interesses básicos dos proprietários de terras e de escravos.

RESOLUÇÃO:

A monarquia preservaria a unidade territorial e manteria a ordem latifundiário-escravista-aristocrática.

Resposta: E

3 A independência política do Brasil, que é a superação do antigo sistema colonial, é também a passagem a uma nova estrutura de dependência, inscrita na órbita do

a) exclusivismo metropolitano. b) neocolonialismo asiático.

c) absolutismo monárquico. d) capitalismo industrial.

e) despotismo esclarecido.

RESOLUÇÃO:

A independência do Brasil rompeu os laços políticos com Portugal e manteve os acordos comerciais com a Inglaterra.

Resposta: D

4 Todas as alternativas apresentam afirmações corretas sobre a independência do Brasil, **exceto**:

a) A diferença no liberalismo de D. Pedro I e a expectativa positiva quanto a uma constituição brasileira estavam presentes em 1822.

b) A declaração de independência estava diretamente relacionada às determinações das Cortes de Lisboa enviadas a D. Pedro.

c) A ideologia monárquica enraizada fez com que o povo e os políticos apoiassem o príncipe.

d) A ideia do federalismo era mais importante para os radicais do que a defesa da República.

e) A participação popular determinou os rumos da constituição do novo Estado Nacional.

RESOLUÇÃO:

O voto censitário, adotado pela Constituição de 1824 impedia as camadas populares da participação política no Período Imperial.

Resposta: E

5 A independência do Brasil despertou interesses conflitantes tanto na área econômica quanto na área política. Qual das alternativas apresenta esses conflitos?

a) Os interesses econômicos dos comerciantes portugueses se chocaram com o “liberalismo econômico” praticado pelos brasileiros, subordinado à hegemonia da Inglaterra.

b) A possibilidade de uma sociedade baseada na igualdade e na liberdade levou a jovem nação a abolir a escravidão.

c) As colônias espanholas tornaram-se independentes dentro do mesmo modelo brasileiro: monarquia absolutista.

d) A guerra da independência dividiu as províncias brasileiras entre o “partido português” e o “partido brasileiro”, levando as províncias do Grão-Pará, Maranhão, Bahia e Cisplatina a apoiar, por unanimidade, a independência.

e) Os republicanos, os monarquistas constitucionalistas e os abolicionistas lutaram lado a lado pela independência, não deixando que as suas diferenças dificultassem o processo revolucionário.

RESOLUÇÃO:

A elite brasileira queria o fim do exclusivo português, entretanto acabou dependente da economia inglesa.

Resposta: A

6 “A Revolução do Porto marca-se pelo seu duplo caráter. As medidas propostas para Portugal não eram as mesmas para o Brasil. Para uma franca recuperação daquele, impunha-se a recondução desse à antiga condição de colônia.”

Por que a Revolução do Porto marcou-se pelo duplo caráter?

RESOLUÇÃO:

Em termos políticos, foi uma revolução liberal, pois pretendia limitar os poderes reais por meio de uma Constituição e, em termos econômicos, foi conservadora, pois pretendia reconduzir o Brasil à condição de colônia de Portugal.

7 (MODELO ENEM) – “Sendo o clero a classe que em todas as convulsões políticas sempre propende para o mal, entre nós tem sido o avesso; é o clero quem mais tem trabalhado, e feito mais esforços em favor da causa, e dado provas de quanto a aprecia.”

(Montezuma, Visconde de Jequitinhonha, em 5 de novembro de 1823.)

O texto sugere que o clero brasileiro

- a) defendeu a política autoritária de D. Pedro I.
- b) aderiu com relutância à causa da recolonização.
- c) preferiu a neutralidade para não desobedecer ao papa.
- d) viu como um mal o processo de independência.
- e) apoiou ativamente a causa da independência.

RESOLUÇÃO:

O clero brasileiro não manifestou qualquer oposição ao processo de Independência do Brasil, diferentemente do alto clero da América Espanhola, que adotou uma postura claramente pró-Espanha. Deve-se, contudo, ressaltar que, enquanto o alto clero brasileiro via na Independência a continuidade da relação entre Igreja e Estado vigente no Reino Português, o baixo clero manifestou em diversas ocasiões uma posição mais liberal (vide os padres da Inconfidência Mineira, os religiosos envolvidos na Revolução Pernambucana de 1817 e Frei Caneca na Confederação do Equador).

Resposta: E

Módulo

19

Formação do Estado Nacional Brasileiro

Palavras-chave:

- Poder moderador
- Censitário • Regalismo

1. A guerra da independência

As tropas portuguesas que ainda ocupavam a capital da Bahia e parte das províncias do Piauí, Maranhão, Pará e Cisplatina não queriam aceitar a autoridade do novo governo de D. Pedro.

Salvador constituiu o *principal foco da resistência lusitana*, com o brigadeiro Madeira de Melo no comando. Os elementos favoráveis à independência eram hostilizados. O Convento da Lapa foi assaltado e a superiora Joana Angélica, assassinada.



Em auxílio dos baianos, D. Pedro enviou tropas, comandadas pelo general Labatut, que sitiou a capital da Bahia. O general Madeira partiu para a ofensiva em Pirajá. Mas a batalha, praticamente vencida pelos portugueses, foi alterada pelo estratagema providencial do corneteiro Luís Lopes.

Coroa de D. Pedro I. Museu Imperial, RJ.

O bloqueio marítimo efetuado por Lorde Cochrane acabou determinando a derrota das forças portuguesas, as quais se retiraram para a Europa em 2 de julho de 1823. Nos combates destacou-se, ainda, Maria Quitéria, ao alistar-se com o nome de soldado Medeiros e demonstrar bravura na libertação da capital.

No Piauí, o comandante militar português Cunha Fidié acabou capitulando incondicionalmente.

No Maranhão, o Lorde Cochrane conseguiu que a Junta Provisória favorável a Portugal se demitisse imediatamente, ao ser ameaçada pelos canhões de seus navios.

No Pará, Grenfell obteve o mesmo resultado com apenas um navio, graças ao ardil de se apresentar como a **vanguarda** de uma poderosa esquadra.

Na Cisplatina, o general Frederico Lecor venceu Álvaro da Costa, que estava contra a Independência.

2. O reconhecimento da Independência

Os interesses econômicos de várias nações, sobretudo da Inglaterra, influíram preponderantemente no reconhecimento da nossa independência.

Os Estados Unidos foram o primeiro país a reconhecê-la, em 1824, em virtude da Doutrina Monroe (A América para os americanos).

Sob pressão inglesa, Portugal concordou com essa emancipação completa em 1825, recebendo 2 milhões de libras esterlinas e o título de imperador honorário e perpétuo do Brasil, concedido a D. João VI.

A Inglaterra reconheceu a independência do Brasil em 1826, mediante a renovação por mais quinze anos dos tratados de 1810.

Vanguarda: Posição dianteira, frente.

3. Organização do Estado brasileiro

O Brasil já não era uma colônia, mas um país emancipado. Restava, no entanto, constituir a nação independente organizando suas bases políticas e jurídicas. Sem dúvida uma tarefa bem mais difícil do que neutralizar a resistência das tropas portuguesas contrárias à independência, no Pará, no Maranhão, no Piauí, na Bahia e na Cisplatina.

Num país de território imenso e de reduzida população, ignorante e dispersa, submetida, nos sertões, ao mandonismo dos chefes locais; fatalmente o debate político em torno das instituições do Estado brasileiro seria circunscrito à capital do Império e às vilas mais desenvolvidas das províncias.



José Bonifácio, o patriarca da Independência.

Imediatamente após a proclamação da independência política, manifestaram-se graves divergências ideológicas entre os brasileiros, divididos sempre entre “radicais” e “conservadores”. Essa divisão se aprofundou a tal ponto que permitiu aos portugueses exercerem seu poder, pondo em risco a soberania recém-proclamada do país.

4. Assembleia Constituinte

A **Assembleia Constituinte**, convocada em 3 de junho de 1822, instalou-se em 3 de maio do ano seguinte. Desde o início, os constituintes chocaram-se com as tendências **absolutistas** de D. Pedro I.

Na composição da Assembleia predominavam os proprietários rurais, além de altos dignitários da Igreja e juristas. Destacavam-se os Andradas, que logo entraram em conflito com D. Pedro I, saindo do ministério e passando para a oposição.

Os jornais brasileiros atacavam asperamente o governo, que se cercava de elementos portugueses, acusando-o de tramar a volta do Brasil ao domínio de Portugal.

O anteprojeto da **Constituição** elaborada por Antônio Carlos estava sendo discutido quando D. Pedro I ordenou o cerco do prédio da Assembleia, reunida em sessão permanente (Noite da Agonia), acabando por dissolvê-la em 12/11/1823.

Inspirado na Constituição portuguesa, o anteprojeto limitava os poderes do imperador, assumia um caráter nitidamente **classista** ao garantir de forma censitária os direitos de cidadania apenas para a elite rural e demonstrava um **xenofobismo** (antilusitano) extremo: era a “Constituição da Mandioca”.

Assembleia Constituinte: reunião de congressistas para debates do projeto de Constituição.

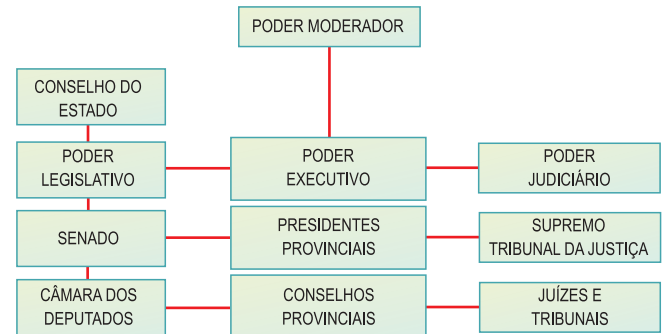
Absolutista: sistema de governo em que o governante se investe de poderes absolutos, sem limite algum, exercendo de fato e de direito os atributos da soberania.

Constituição: leis fundamentais e supremas de um Estado.

5. A Constituição de 1824

Em seguida à dissolução da Constituinte, o Imperador nomeou uma comissão especial, o Conselho de Estado, encarregado de redigir o novo projeto de Constituição, que efetivamente ficou pronto em janeiro do ano seguinte, 1824. Depois de ter sido enviado a todas as Câmaras Municipais do país e não ter recebido emendas políticas significativas, acabou sendo **outorgado** por D. Pedro I, no dia 25 de março de 1824.

A Constituição de 1824 era, na realidade, uma simplificação da “Constituição da Mandioca” de Antônio Carlos, mantendo-se fiel às mesmas inspirações e princípios do pensamento político da aristocracia nativa.



Organograma do Estado brasileiro, com destaque para o quarto poder, o Moderador.

SISTEMA ELEITORAL PREVISTO PELO PROJETO DE 1823, DE ANTÔNIO CARLOS

Renda de 100 alqueires de farinha de mandioca	↔	Eleitor de paróquia ↓ elege
Renda de 200 alqueires de farinha de mandioca	↔	Eleitor de província ↓ elege
Renda de 400 alqueires de farinha de mandioca	↔	Deputado
Renda de 800 alqueires de farinha de mandioca	↔	Senador

De acordo com a Constituição, era mantido o regime monárquico, apoiado sobre o princípio da divisão de poderes: o **executivo**, atribuído ao imperador e seu ministério; o **legislativo**, exercido pela Assembleia Geral, composta pela Câmara de Deputados e pelo Senado Vitalício; e o **judiciário**, a cargo do Supremo Tribunal de Justiça. A grande inovação, porém, estava na criação do **poder moderador**, pessoal e exclusivo do imperador, destinado a “velar pela manutenção da independência, equilíbrio e harmonia dos demais poderes” (art. 96 da Constituição). No exercício das suas prerrogativas, o soberano contrai maiores poderes com a assessoria especial do Conselho de Estado, de sua nomeação pessoal.

As eleições seriam realizadas de forma indireta e censitária em dois níveis: “eleitores de paróquia” e “eleitores de província”, determinados por diferentes níveis

Classista: que representa e defende os interesses de um grupo econômico-político.

Xenofobismo: aversão a pessoas e coisas estrangeiras.

Outorgado: permitido, aprovado, concedido.

de renda – 100 e 200 mil réis para o primeiro e o segundo grupo de eleitores, respectivamente, e 400 e 800 mil réis para os candidatos à Câmara e ao Senado. As Províncias seriam governadas por presidentes e conselhos nomeados pelo Poder Executivo central.

Era instituído o “Padroado”, regime que concedia ao governo o direito de promover, transferir e afastar clérigos; podendo ainda arbitrar sobre assuntos religiosos em sua nação. Era a união entre a Igreja Católica e o Império.

6. A Confederação do Equador

Se os acontecimentos políticos de 1823 e 1824 não provocaram reações maiores no Centro-Sul do país, no Nordeste a situação social e política agravou-se profundamente, em parte por causa da crise da agricultura canavieira exportadora, vindo a eclodir em Pernambuco uma nova insurreição – a Confederação do Equador – como desdobramento da anterior, de 1817.

Pernambuco continuava sendo importante reduto do “liberalismo radical” de fundo nativista e antilusitanista, alimentado de um lado pela propaganda política de veteranos de 1817, como Frei Caneca e Cipriano Barata, e, por outro lado, pela situação de quase total estagnação da economia primário-exportadora do Nordeste.

Era grande a desconfiança dos pernambucanos em relação ao governo de D. Pedro I, plenamente confirmada pelas decisões autoritárias da dissolução da Constituinte e da outorga da Constituição.

Em 1824, assumiu o governo uma junta encabeçada pelo ex-deputado constituinte Paes de Andrade, que anunciou aos pernambucanos a Confederação do Equador: seria uma República, unindo todas as províncias do Nordeste; adotava-se provisoriamente a Constituição da Colômbia.



O mapa indica as províncias que reagiram à outorga da Constituição de 1824, formando a Confederação do Equador.



Os rebeldes, sem munições e organização eficiente, sucumbiram à enérgica repressão (montada com o capital inglês). Alguns líderes foram executados, entre os quais Frei Caneca.

Frei Caneca, um dos líderes da Confederação do Equador, fuzilado pela repressão ordenada por D. Pedro I, já havia se envolvido na Revolução Pernambucana de 1817, tendo sido indultado por D. João VI.

Exercícios Resolvidos

1 (FGV – MODELO ENEM) – Observe o quadro:



(Flávio de Campos e Miriam Dolhnikoff, *Atlas História do Brasil*.)

O quadro apresenta

- as transformações institucionais originárias da reforma constitucional de 1834, chamada de Ato Adicional.
- a mais importante reforma constitucional do Brasil monárquico, com a instituição da eleição direta a partir de 1850.
- a reorganização do poder político, determinada pela efetivação do Brasil como Reino Unido a Portugal e Algarves, em 1815.
- a organização de um parlamentarismo às avessas, em que as principais decisões derivavam do poder legislativo.
- a organização do Estado brasileiro, segundo as determinações da Constituição outorgada de 1824.

Resolução

O organograma apresenta com clareza a estrutura administrativa monárquica, após o fechamento da Assembleia Constituinte, quando D. Pedro I impôs ao país o seu Poder Moderador.

Obs.: Esta estrutura permaneceu até a Abdicação, esteve suspensa durante o Período Regencial, foi reativada em 1840 e alterada em 1847 com a criação do cargo de Presidente do Conselho de Ministros, que instituiu o parlamentarismo no Brasil.

Resposta: E

2 (ENEM) – “Após a independência, integramo-nos como exportadores de produtos primários à divisão internacional do trabalho, estruturada ao redor da Grã-Bretanha. O Brasil especializou-se na produção, com braço escravo importado da África, de plantas tropicais para a Europa e a América do Norte. Isso atrasou o desenvolvimento de nossa economia por pelo menos uns oitenta anos. Éramos um país essencialmente agrícola e tecnicamente atrasado por depender de produtores cativos. Não se poderia confiar a trabalhadores forçados outros instrumentos de produção que os mais toscos e baratos.”

O atraso econômico forçou o Brasil a se voltar para fora. Era do exterior que vinham os bens de consumo que fundamentavam um padrão de vida ‘civilizado’, marca que distinguia as classes cultas

e ‘naturalmente’ dominantes do povaréu primitivo e miserável. (...) E de fora vinham também os capitais que permitiam iniciar a construção de uma infraestrutura de serviços urbanos, de energia, transportes e comunicações.”

(Paul Singer. *Evolução da economia e vinculação internacional*. In: I. Sachs; J. Willheim.

P. S. Pinheiro (Orgs.). *Brasil: um século de transformações*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001. p. 80.)

Levando em consideração as afirmações, relativas à estrutura econômica do Brasil por ocasião da independência política (1822), é correto afirmar que o país

a) se industrializou rapidamente devido ao desenvolvimento alcançado no período colonial.

b) extinguiu a produção colonial baseada na escravidão e fundamentou a produção no traba-

lho livre.

c) se tornou dependente da economia europeia por realizar tardiamente sua industrialização em relação a outros países.

d) se tornou dependente do capital estrangeiro, que foi introduzido no país sem trazer ganhos para a infraestrutura de serviços urbanos.

e) teve sua industrialização estimulada pela Grã-Bretanha, que investiu capitais em vários setores produtivos.

Resolução

A alternativa escolhida sintetiza a longa explanação do texto, referente ao atraso econômico e tecnológico da agricultura brasileira, ao retardamento de seu processo industrial e, como consequência natural, à dependência do País em relação ao capital estrangeiro.

Resposta: C

Exercícios Propostos

1 Justifique o apoio inglês às guerras de independência.

RESOLUÇÃO:

Os ingleses procuravam garantir o livre-comércio com o Brasil eliminando a resistência portuguesa, ao mesmo tempo que lucrariam com o fornecimento de soldados mercenários para auxiliar nos combates.

2 Por que D. Pedro I dissolveu a Assembleia Constituinte de 1823?

RESOLUÇÃO:

Porque os constituintes colocaram no anteprojeto constitucional (Constituição da Mandioca) limites à atuação do poder imperial, o que impediria as pretensões autoritárias de D. Pedro I.

Responda aos testes de **3** a **5**, de acordo com o seguinte código:

- a) Todas estão corretas.
- b) Apenas I, III e IV estão corretas.
- c) Apenas II, III e IV estão corretas.
- d) Apenas I, II e IV estão corretas.
- e) Todas estão incorretas.

3 I. O principal entrave à organização do Estado Nacional Brasileiro foi a vastidão do território.

II. A Assembleia Constituinte convocada por D. Pedro em 1822 foi dissolvida por José Bonifácio em novembro do ano seguinte.

III. Havia perfeita harmonia política entre os homens que compuseram a Assembleia Constituinte de 1823.

IV. A maçonaria não teve qualquer influência nos debates parlamentares ocorridos na Assembleia Constituinte.

RESOLUÇÃO:

A proposição I é incorreta porque a opção brasileira pelo regime monárquico visava manter a unidade territorial do País. A proposição II é incorreta porque foi D. Pedro I que fechou a Constituinte no episódio conhecido como “Noite da Agonia”. A proposição III é incorreta porque, embora a maior parte dos deputados tivesse tendências liberais, havia aqueles que defendiam o fortalecimento do poder do imperador. A proposição IV é incorreta porque a maçonaria brasileira teve forte influência sobre os parlamentares.

Resposta: E

4 I. A Constituição da Mandioca tomou por base o anteprojeto constitucional de Antônio Carlos.

II. Além dos tradicionais poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, a Carta Magna de 1824 criou o Poder Moderador.

III. A descentralização, o federalismo extremado e o liberalismo político caracterizaram a Constituição Imperial Brasileira.

IV. Nos termos da Constituição de 1824, o imperador exercia simultaneamente os poderes Executivo e Moderador.

RESOLUÇÃO:

A proposição III é incorreta, pois a centralização era a principal característica da Carta de 1824.

Resposta: D

5 I. A Confederação do Equador, articulada pelos pernambucanos, em 1824, teve caráter liberal, republicano e xenofóbico.

II. A revolução de 1824 em Pernambuco teve êxito relativo, e durante vários anos as províncias setentrionais ficaram separadas do Império.

III. Frei Joaquim do Amor Divino Rabelo (Caneca), líder popular do movimento pernambucano de 1824, foi preso e executado.

IV. Foi violenta a repressão ao movimento nordestino de 1824.

RESOLUÇÃO:

A proposição II é incorreta porque o movimento foi reprimido e durou poucos meses (2 de julho até meados de setembro).

Resposta: B

6 (ENEM) – Constituição de 1824:

“Art. 98. O Poder Moderador é a chave de toda a organização política, e é delegado privativamente ao Imperador. (...) para que incessantemente vele sobre a manutenção da Independência, equilíbrio, e harmonia dos demais poderes políticos (...) dissolvendo a Câmara dos Deputados nos casos em que o exigir a salvação do Estado.”

Frei Caneca:

“O Poder Moderador da nova invenção maquiavélica é a chave mestra da opressão da nação brasileira e o garrote mais forte da liberdade dos povos. Por ele, o imperador pode dissolver a Câmara dos Deputados, que é a representante do povo, ficando sempre no gozo de seus direitos o Senado, que é o representante dos apaniguados do imperador.”

(Voto sobre o juramento do projeto de Constituição)

Para Frei Caneca, o Poder Moderador definido pela Constituição outorgada pelo Imperador em 1824 era

a) adequado ao funcionamento de uma monarquia constitucional, pois os senadores eram escolhidos pelo Imperador.

b) eficaz e responsável pela liberdade dos povos, porque garantia a representação da sociedade nas duas esferas do poder legislativo.

c) arbitrário, porque permitia ao Imperador dissolver a Câmara dos Deputados, o poder representativo da sociedade.

d) neutro e fraco, especialmente nos momentos de crise, pois era incapaz de controlar os deputados representantes da Nação.

e) capaz de responder às exigências políticas da Nação, pois supria as deficiências da representação política.

RESOLUÇÃO:

Mera interpretação de texto, pois a transcrição das observações de Frei Caneca mostra que, para o revolucionário pernambucano, o Poder Moderador era um instrumento de opressão, uma vez que poderia dissolver a Câmara dos Deputados — única instituição política originária do voto dos cidadãos (ainda que censitário).

Resposta: C

Módulo

20

Crise do I Reinado

Palavras-chave:

- Autoritarismo • Conflito com a elite
- Noite das Garrafadas • Consolidação

1. A crise econômico-financeira

A organização econômica do Brasil independente era a mesma dos tempos coloniais: predominava a lavoura mercantil escravista de produtos tropicais destinados ao mercado externo. Contudo, o açúcar e o algodão, os principais produtos de exportação, bem como outros produtos de menor importância, sofriam na primeira década do Estado Nacional os efeitos das crises de preços e de mercados.

O açúcar tinha suas exportações em queda, em razão da concorrência da produção cubana e do açúcar de beterraba europeu. Da mesma forma, a lavoura algodoeira era abalada pela expansão dos algodões norte-americanos.

Portanto, o Império Brasileiro nascia em meio a uma crise econômica, com uma balança de comércio deficitária, pois a queda das exportações não era acompanhada pela redução das importações.

O governo conheceu também uma grave crise financeira, pois, nessa fase de montagem do Estado, os gastos eram elevadíssimos. Os acordos comerciais com a Inglaterra mantinham uma balança deficitária, com baixa arrecadação alfandegária. A recorrência a empréstimos externos e a emissões constantes de moeda geraram um endividamento crônico. O Banco do Brasil chegou a falir e o país vivia uma alta inflacionária.

2. A Guerra da Cisplatina

Em 1825 alguns líderes separatistas, comandados por Frutuoso Rivera e ganhando a adesão de Lavalleja, procla-

maram a independência da Província Cisplatina. A Argentina resolveu incorporar a região, o que levou o Brasil a declarar-lhe guerra.



Em 1828, deu-se a intervenção diplomática da Inglaterra; Brasil e Argentina desistiram da Província Cisplatina, que formou uma nação independente e republicana: o Uruguai.

O mapa indica os combates da Guerra da Cisplatina, levada avante por D. Pedro I como mais um de seus atos pessoais. Os gastos com a guerra comprometeram ainda mais a péssima situação financeira do Império.

3. A questão da Sucessão Portuguesa

Com a morte de D. João VI, em 1826, D. Pedro foi aclamado rei de Portugal. A aceitação do título pelo Imperador provocou um profundo mal-estar entre todos os brasileiros, que se viam agora ameaçados pela reunificação das duas coroas, o que colocava em risco a independência do Brasil.

Diante das sucessivas manifestações no Rio de Janeiro, D. Pedro renunciou ao trono português em favor de D. Maria da Glória, sua filha, que ainda era criança.

Para governar como regente, D. Pedro indicou seu irmão, D. Miguel, de tendência absolutista e que acabou se apossando ilegitimamente do trono português.

Sempre sob suspeita dos brasileiros e apoiado pelos constitucionalistas lusos, D. Pedro começou uma longa luta contra o irmão, sustentada por recursos nacionais e pelos empréstimos ingleses.

4. As lutas internas

Todo o Primeiro Reinado caracterizou-se pelo antagonismo entre a elite agrária que empresou a independência de D. Pedro I.

A dissolução da Assembleia representou uma ruptura profunda, pois D. Pedro governou até 1826 sem Parlamento, já que a maioria dos deputados era-lhe francamente desfavorável.

Apoiado em elementos radicais, em tropas mercenárias e na burguesia lusa, que se identificava com os interesses recolonizadores de Portugal, D. Pedro I reinou como monarca absoluto, nomeando e demitindo livremente seus ministros.

Com a volta de D. Pedro I ao Rio de Janeiro, depois de uma desastrosa viagem a Minas Gerais, verificou-se a *Noite das Garrafadas*, luta de rua entre brasileiros e portugueses (12 a 14 de março de 1831).



O quadro de Bertchen mostra o edifício do Senado e da Câmara do Rio de Janeiro, onde os brasileiros se reuniram em 1823 para a elaboração de uma Constituição. A intransigência do imperador levou à dissolução da Assembleia Constituinte. Governando até 1826 sem a representação dos deputados, D. Pedro I pôde desenvolver suas tendências absolutistas. A partir daquela data, a constante oposição dos deputados à autoridade do soberano passou a evidenciar a ruptura definitiva entre a aristocracia rural e o Proclamador da Independência.

Já em 19 de março, no intuito de recuperar sua popularidade, D. Pedro nomeou um *Ministério de Brasileiros*. Entretanto, os motins e as agitações prosseguiram. D. Pedro, então, demitiu o ministério e nomeou amigos pessoais, o Ministério dos Marqueses, em 5 de abril. Era o sinal para a insurreição.

A grande massa popular e parte da guarnição do Rio de Janeiro aglomeraram-se no campo da Aclamação e exigiram a deposição dos marqueses. A principal figura das tropas era o Brigadeiro Francisco de Lima e Silva.

5. A abdicação

D. Pedro, na presença de juizes de paz, negou a reintegração do ministério brasileiro demitido. Outro emissário, o Major Miguel de Frias, foi mandado a fim de entender-se com o imperador. Com a adesão das tropas, o movimento popular, liderado pela aristocracia rural, forçou D. Pedro a abdicar. Este, renunciou ao trono em favor do filho, na madrugada do dia 7 de abril: era a abdicação, enfim, a independência estava assegurada, o risco de unir novamente o Brasil a Portugal estava definitivamente afastado. D. Pedro I volta para a Europa com toda a família para tornar-se rei de Portugal, com o título de Pedro IV. Para trás fica seu filho ainda menino, D. Pedro de Alcântara, para ser criado por tutores.

A abdicação também ficou conhecida como a Jornada dos **Logrados**, uma vez que o povo e as tropas, instrumentos da elite rural, não tiveram nenhuma reivindicação atendida pelo novo governo que se instalava.

Logrados: que foram enganados.

Exercícios Resolvidos

1 (UFG – Adaptada – MODELO ENEM) –

O processo de formação do Estado Brasileiro encontra várias possibilidades de leitura, dada a diversidade de projetos políticos existentes nas primeiras décadas do século XIX. Entre as conjunturas da Independência (1822) e da Abdicação (1831), manifestaram-se no País diferentes projetos de gestão política.

Sobre as conjunturas mencionadas e seus desdobramentos, julgue as proposições a seguir:

I. O acordo das classes dominantes em torno do príncipe regente D. Pedro resultou do receio de que a Independência se transfigurasse em conflito aberto, travado entre os diversos segmentos da sociedade brasileira; ademais, a Monarquia viria a garantir a ordem escravista.

II. Ao proclamar a Independência, o príncipe D. Pedro rompeu com a comunidade portuguesa aqui radicada, que reivindicava participar do exercício de cargos públicos; estes foram reservados aos cidadãos brasileiros, sendo vedada a naturalização de estrangeiros.

III. Em 1831, o conflito entre as elites políticas brasileiras e D. Pedro I atingiram o auge, com as primeiras acusações ao segundo de desconsiderar o Legislativo e se preocupar em demasia com os interesses dinásticos de sua filha em Portugal.

IV. Após a Abdicação, iniciou-se um período de crescimento econômico impulsionado pela produção de café; esse fato possibilitou a realização de uma reforma política por meio do Ato Adicional de 1834, que deu estabilidade ao regime imperial.

Quais proposições estão corretas?

- a) I e II apenas.
- b) I e III apenas.
- c) I e IV apenas.
- d) II e IV apenas.
- e) Todas estão corretas.

Resolução

A proposição II é falsa porque o reinado de D. Pedro I foi, em parte, sustentado pelo chamado “Partido Português”, composto de seus compatriotas que receberam a cidadania brasileira e ocuparam importantes cargos no aparelho do Estado.

A proposição IV é falsa porque, embora a cafeicultura já estivesse em ascensão nas exportações brasileiras, o Ato Adicional não pode ser considerado gerador de estabilidade política, pois nele encontram-se as raízes das revoltas que convulsionaram o país até 1848.

Resposta: B

2 (FATEC – MODELO ENEM) –

O fim do Primeiro Reinado, com a abdicação de D. Pedro I em favor de seu filho, proporcionou condições para a consolidação da independência, pois

- a) as disputas entre os partidos conservador e liberal representaram diferentes concepções sobre a maneira de organizar a vida econômica da nação.
- b) a vitória dos exaltados sobre os moderados acabou com as lutas das várias facções políticas existentes.
- c) o governo de D. Pedro I não passou de um período de transição em que a reação portuguesa, apoiada no absolutismo do imperador, se conservou no poder.

d) as rebeliões ocorridas antes da abdicação tinham caráter reivindicatório de classe.

e) na Assembleia Constituinte de 1823 as propostas do partido brasileiro tinham o apoio unânime dos deputados.

Resolução

O fim do Primeiro Reinado envolveu três componentes políticos: a tendência absolutista de D. Pedro I, o apoio que o monarca recebeu do chamado "Partido Português" e o envolvimen-

to do imperador com a sucessão portuguesa, gerando na elite brasileira o temor da reunião dos dois países sob uma mesma coroa.

Resposta: C



Exercícios Propostos

1 Como se deu o processo de reconhecimento da independência brasileira pelos Estados Unidos, Portugal e Inglaterra?

RESOLUÇÃO:

Os Estados Unidos foram os primeiros a reconhecer a nossa independência com base na Doutrina Monroe; Portugal exigiu, a título de indenização de perdas e danos, 2 milhões de libras esterlinas e o título de Imperador Honorário e Perpétuo para D. João VI; e a Inglaterra reconheceu a independência mediante a renovação dos Tratados de 1810.

2 O que foi a Guerra da Cisplatina?

RESOLUÇÃO:

Movimento que lutava pela independência do Uruguai, apoiado pela Argentina. D. Pedro I procurou impedir o separatismo, mas acabou perdendo a guerra (1825-28) contra os argentinos e uruguaios.

3 O que foi a Noite das Garrafadas?

RESOLUÇÃO:

Conflitos de rua entre os grupos brasileiro e português que resultaria no rompimento definitivo entre o povo e o Imperador e mais adiante, na própria abdicação de D. Pedro I.

4 Por que D. Pedro I abdicou o trono em 1831?

RESOLUÇÃO:

A imagem do monarca estava desgastada por uma série de fatores (atritos com a elite agrária, crise econômica e financeira do país, perda da Cisplatina, e ameaça de reunificação com Portugal, após a morte de D. João VI) e abdicar seria a melhor solução para manter no trono um membro da dinastia de Bragança.

5 Qual a solução política adotada com a abdicação de D. Pedro I?

RESOLUÇÃO:

A Constituição de 1824 previa que na falta de um tutor entre os membros da Família Real, o Parlamento nomearia um conselho de três regentes até a maioria do príncipe.

6 (UFRRJ – MODELO ENEM)

SONETO

(Feito quando fui solto em 1830)

"Para quando, oh! Brasil, bem reservas
Numa cega apatia alucinado,
Não vês teu solo aurífero ultrajado,
Por dragões infernais fúrias protervas?

(...)

Ainda não tens, Tamoio, povo bravo;
Setas ervadas contra o lusitano
Que pretende fazer-te seu escravo?

Eia! Dos lares teus, despe o engano
Quem nasceu no Brasil não sofre agravo,
E quem vê um Imperador, vê um tirano".

(Cipriano Barata. **In:** CASCUDO, Luiz da Câmara. "Dr. Barata". Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1938. p.49.)

Vocabulário:

Agravo [sm]. Ofensa, injúria, afronta.

Setas Ervadas. Setas envenenadas.

Protervo [Adj.]. Impudente, insolente, descarado.

Cipriano Barata teve ativa participação nos movimentos políticos brasileiros da primeira metade do século XIX, com um discurso libertário denunciando os arranjos políticos das elites sempre em prejuízo da população desfavorecida. Os versos deste revolucionário brasileiro identificam um dos momentos de crise política no Brasil Imperial, qual seja

a) o enfraquecimento político de D. Pedro I, sua aproximação do "partido português" e a repulsa dos brasileiros a este comportamento.

b) a negativa dos setores conservadores em aceitar a decretação da maioria de D. Pedro II.

c) a contestação dos governos regenciais por movimentos armados nas províncias de norte a sul do Brasil.

d) a expulsão dos Tamoios de suas terras pelos cafeicultores interessados na expansão de sua atividade econômica.

e) o início do governo de D. Pedro I com a expulsão de contingentes militares portugueses e a afirmação de um nacionalismo brasileiro.

RESOLUÇÃO:

O médico, político e jornalista baiano foi um nativista exaltado. Denunciou as manobras recolonizadoras das cortes portuguesas, defendendo abertamente a independência brasileira. Na Constituinte defendeu uma postura liberal e delatou as manobras de D. Pedro I para o fechamento desta, o que viria a se concretizar e lhe conduziria a um longo tempo de prisão (1823-30).

Resposta: A

1. Introdução

O movimento de 7 de abril de 1831, que tem desfecho na renúncia de D. Pedro I ao trono do Império Brasileiro, está enraizado em dois elementos básicos: a crise econômico-financeira do país agravada no Primeiro Reinado e as profundas divergências políticas entre os setores dominantes brasileiros, defensores do liberalismo monárquico fortemente inclinado para o absolutismo tradicional. Neste sentido, a crise política gerada pela abdicação pode ser vista como um momento de maturação do processo de emancipação política, pelo afastamento do Imperador e dos quadros que o apoiavam mais de perto.

Por outro lado, cabe notar que na crise aberta pela abdicação aparecem outros componentes: participação das massas populares – no Rio de Janeiro principalmente – manobradas pelos líderes da aristocracia rural; agravamento da instabilidade político-institucional pelas divergências entre os defensores do liberalismo “moderado” e “radical”; insurreições militares, geralmente fazendo eco de movimentos sociais mais amplos nas várias províncias do Império.

Em resumo, o período das regências representa um tempo de transição em vários sentidos: superação da crise econômica, pelo surgimento do café; superação dos conflitos sociais, pela preservação da ordem social tradicional; superação da ameaça de ruptura da unidade político-territorial do país, pela consolidação do governo monárquico, de feição conservadora, fortemente centralizador e calcado nos princípios do “liberalismo” ajustado aos interesses dos grandes proprietários e bacharéis, os poderosos senhores do Império.

2. Organização das regências

A Regência Trina Provisória

No momento da abdicação, estando os deputados em férias, formou-se uma Regência Trina Provisória que deveria governar até 17 de julho de 1831.

Na composição da Regência Provisória assinalou-se, sobretudo, uma tentativa de equilíbrio político. Os seus componentes eram o Senador Campos Vergueiro, que representava as tendências liberais, Carneiro de Campos, representando o conservadorismo, e Francisco de Lima e Silva, representando a força militar no equilíbrio das tendências.

Esta regência manteve a Constituição de 1824, concedeu anistia aos presos políticos, reintegrou o ministério demitido por D. Pedro e promulgou a Lei Regencial de abril de 1831, que limitava os poderes dos regentes.

Três correntes políticas se digladiavam na primeira fase regencial: os restauradores, os moderados e os exaltados. Os restauradores (ou jurujubas) eram formados por amigos de D. Pedro I que ansiavam por reconduzi-lo ao trono do Brasil; os moderados (ou chimangos), felizes com a abdicação, desejavam uma monarquia do tipo constitucional, mas estavam preocupados com as agitações populares; já os exaltados (ou farroupilhas), queriam aproveitar a oportunidade para a criação de uma monarquia com autonomia para as províncias.

A Regência Trina Permanente

Em julho, elegeu-se a Regência Trina Permanente, composta por Bráulio Muniz, Costa Carvalho e Francisco de Lima e Silva, tendo na pasta da Justiça o Padre Feijó, representando uma forte presença dos moderados.

Dentre os decretos da Regência Trina Permanente destacam-se a criação da Guarda Nacional e a Promulgação do Código do Processo Criminal (1831), que descentralizou a justiça das mãos dos juízes de paz eleitos.

No Rio de Janeiro verificaram-se motins e revoltas. Em 1831, houve levantes do Batalhão da Infantaria e da Polícia; em 1832, a revolta dos exaltados comandados pelo Major Miguel de Frias e a tentativa de golpe dos restauradores, na qual José Bonifácio foi acusado de estar envolvido. Esses movimentos, circunscritos ao Rio de Janeiro, foram debelados pela Guarda Nacional criada em 18/8/1831, pelo ministro da Justiça Padre Feijó.

3. O Ato Adicional de 1834: o avanço liberal

Esta reforma da Constituição de 1824 apresentava como principais pontos: supressão do Conselho de Estado; criação de Assembleias Legislativas Provinciais; transformação da Regência Trina em Regência Una e criação do Município Neutro do Rio de Janeiro.

Esta reforma é tradicionalmente entendida como descentralizadora, em virtude da autonomia concedida às Assembleias Provinciais.

Quando da votação das propostas, as três tendências políticas se reagruparam e formaram dois partidos políticos. Os restauradores tiveram suas esperanças frustradas diante da notícia que chegara de Portugal sobre a morte de D. Pedro I (D. Pedro IV em Portugal). Temendo a possibilidade de anarquia que aquelas propostas poderiam gerar, este grupo se aliou a parte dos moderados contrariamente ao Ato – são os regressistas. O restante dos moderados se aliaram aos exaltados para aprovar as medidas, originando os progressistas. O segundo grupo saiu-se vitorioso e o Ato Adicional acabara de ser aprovado.

4. As Regências Unas

O período que se segue será chamado de “experiência republicana”, pois apesar de ser formalmente uma monarquia, os regressistas acusavam o novo governo de parecer-se com o norte-americano. O regente uno era eleito pelo voto nacional, direto e censitário, conforme o presidente dos EUA, bem como as Assembleias Provinciais lembravam o federalismo daquele país.

Padre Feijó

Nas eleições de 1835 para regente uno saiu-se vitorioso o ex-ministro da Justiça (demissionário em 1832 após uma tentativa frustrada de golpe), o Padre Feijó, por maioria simples.

A vitória apertada de Feijó sobre Holanda Cavalcanti antecipava as dificuldades de seu governo frente às divisões internas dos próprios “moderados” e às rebeliões que se intensificavam nas províncias do Império.

Positivamente, as ideias do Regente Feijó não eram as mesmas da maioria de seus partidários, que chegaram até mesmo a acusá-lo de **pactário** com o federalismo dos farroupilhas gaúchos. A situação do seu governo tornou-se insustentável a partir de 1836, quando seus opositores – os liberais “moderados” agora chamados de “regressistas”, com Bernardo Pereira de Vasconcelos à frente – constituíram maioria na Câmara e passaram a bombardear sistematicamente o governo.

Impossibilitado de governar e conter as revoltas no Rio Grande do Sul, Pará e outras regiões, sem contar mais com o apoio de seu grande amigo, Evaristo da Veiga, falecido, Feijó renunciou em setembro de 1837. Os “regressistas” assumiram o governo e o poder com Pedro de Araújo Lima, que de Ministro do Império passou a Regente Interino, vindo a ser eleito em seguida para outra Regência em 1838.

Pedro de Araújo Lima

Com a subida dos conservadores ao poder, a Lei de Interpretação do Ato Adicional, em vigor a partir de 12/06/1840, restringiu a autonomia das províncias: começava o regresso conservador, isto é, voltava a centralização do poder. O próprio Conselho de Estado foi restabelecido (1841).

Pedro de Araújo Lima chamou para o gabinete Bernardo Pereira de Vasconcelos, líder da oposição a Feijó, formando o “Ministério das Capacidades” e estabelecendo o princípio de solidariedade ministerial. O ministério de Bernardo Pereira de Vasconcelos criou o Imperial Colégio D. Pedro II e fundou o Instituto Histórico Geográfico.

Os antigos “liberais moderados” foram definitivamente rompidos, constituindo duas facções, que se tornaram em seguida os dois partidos políticos do Império: “regressistas” (Partido Conservador) e “progressistas” (Partido Liberal). Enquanto na Corte os regressistas se consolidavam no poder com o Regente Araújo Lima e o “Ministério das Capacidades”, nas províncias as revoltas **recrudesciam**, ameaçando romper a unidade territorial do país e pôr abaixo a Monarquia.

Era preciso “parar o carro da revolução”, bradava Bernardo Pereira de Vasconcelos, chefe regressista, representante de grande parte da classe proprietária. E para tanto, era urgente rever o Ato Adicional, conferir maior autonomia ao Poder Executivo Central e, acima de tudo, trazer o país de volta à plena normalidade institucional: o Império precisava de um imperador.

Planejado pelos liberais para tirar os conservadores do poder, em 23 de julho de 1840, o Golpe de Maioridade pôs um ponto final ao período regencial.



Padre Diogo Antônio Feijó.



Pedro de Araújo Lima, líder da corrente regressista.

Pactário: que faz ou entra em acordo e/ou contrato.
Recrudescer: tornar-se intenso, maior.

Exercícios Resolvidos

1 (PUC-RIO – MODELO ENEM) – “E foi justamente com o objetivo de garantir a continuidade desse ‘mal menor’ que o governo regencial promulgou, em novembro de 1831, uma lei proibindo o tráfico negreiro para o Brasil, declarando livres os escravos que aqui chegassem e punindo severamente os importadores. Por meio dela, não se pretendia, na verdade, pôr fim ao tráfico negreiro, e sim diminuir a pressão dos interesses ingleses. Não por outra razão, comentava-se na Câmara, nas casas e nas ruas, que o ministro Feijó fizera uma lei ‘para inglês ver’.”

(Ilmar R. de Mattos e Márcia de A. Gonçalves. *O Império da Boa Sociedade. A Consolidação do Estado imperial brasileiro*. p. 34.)

Tendo como base o texto apresentado, assinale a única afirmativa correta.

- A lei antitráfico de 1831 não só pôs fim ao tráfico intercontinental de escravos, como igualmente viabilizou a extinção da escravidão no Brasil.
- As pressões inglesas pelo fim do tráfico negreiro estiveram associadas à proposta de investir na industrialização do Brasil.
- A lei antitráfico de 1831, ao cumprir cláusula presente nos tratados de 1827, contribuiu para a maior entrada de trabalhadores imigrantes.
- A “lei para inglês ver”, na prática, não extinguiu o tráfico intercontinental de escravos, ampliando, contudo, de forma decisiva, a polêmica sobre tal questão.
- O ministro da Justiça, Diogo Feijó, promulgou a lei antitráfico de 1831 em função das ameaças inglesas de restringir o comércio com o Brasil.

Resolução

A lei antitráfico, de 1831, foi criada apenas para cessar a pressão inglesa, não produzindo o seu fim efetivo, o que ocorreria apenas em 1850 com a Lei Eusébio de Queirós.

Resposta: D

2 (MACKENZIE – MODELO ENEM) – Em 1838, o deputado Bernardo Pereira Vasconcelos escrevia:

"Fui liberal, então a liberdade era nova para o país, estava nas aspirações de todos, mas não nas leis, não nas ideias práticas; o poder era tudo, fui liberal. Hoje, porém, é diverso o aspecto da sociedade; os princípios democráticos tudo ganharam e muito comprometeram(...)"

O texto se reporta

a) ao Ato Adicional, à instabilidade política dele decorrente e às constantes ameaças de fragmentação do território.

b) ao Golpe da Maioridade, estratégia usada pelos liberais, que favoreceu o grupo de políticos palacianos.

c) ao declínio do Império, abalado pelas crises militar e da abolição.

d) à crise sucessória portuguesa e à consequente abdicação de Pedro I.

e) ao Ministério da Conciliação, marcado pela estabilidade econômica e pela aliança entre liberais e conservadores.

Resolução

Bernardo Pereira Vasconcelos, representante da elite brasileira e relator do Ato Adicional, demonstra sua desilusão com os efeitos produzidos pela reforma constitucional de 1834, que nos anos subsequentes gerou uma série de revoltas de caráter popular ou então separatista. Sua frase expressa uma mudança de posição, de liberal moderado (defensor da descentralização) para conservador (adepto da centralização).

Resposta: A

Exercícios Propostos

1 Caracterize as correntes políticas na primeira fase do período de crise regencial.

RESOLUÇÃO:

Restauradores: favoráveis ao retorno de Pedro I ao trono brasileiro; corrente composta por comerciantes e militares portugueses e de brasileiros, amigos pessoais de monarca.

Moderados: desejavam uma Monarquia Constitucional que pudesse preservar a ordem social; corrente composta por grandes latifundiários de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Exaltados: defendiam uma monarquia com autonomia provincial (alguns chegavam a falar em republicanismo); corrente composta por profissionais liberais.

2 Qual era a função da Guarda Nacional criada em 1831?

RESOLUÇÃO:

Era composta de ricos proprietários de terras armados a fim de reprimir revoltas com características populares e/ou separatistas, objetivando a preservação da ordem vigente no País.

3 O que foi o "avanço liberal"?

RESOLUÇÃO:

Momento que procurava promover uma maior descentralização administrativa do País, cujo ápice foi a aprovação do Ato Adicional de 1834. Esta reforma constitucional previa a criação das Assembleias Legislativas Provinciais, a supressão do Conselho de Estado, a criação da Regência Una e o Rio de Janeiro como município neutro.

4 Discorra sobre a renúncia de Feijó.

RESOLUÇÃO:

O padre Antônio Diogo Feijó era conhecido por seu temperamento autoritário. A erupção da Farroupilha (RS) e da Cabanagem (PA) e a forte oposição parlamentar — diante do desejo pessoal do regente por mais autoridade — Feijó acabou por renunciar.

5 O período regencial apresentou as seguintes características, **exceto**:

a) Durante as Regências surgiram os primeiros partidos: o Liberal e o Conservador.

b) O Partido Liberal representava as novas aspirações populares, revolucionárias e republicanas.

c) Foi um período de crise econômica e social que resultou em revoluções, como a Cabanagem e a Balaiada.

d) Houve a promulgação do Ato Adicional à Constituição, pelo qual o regente passaria a ser eleito pelos cidadãos com direito a voto.

e) Formaram-se as lideranças políticas que teriam atuação marcante no Segundo Reinado.

RESOLUÇÃO:

O Partido Liberal (ou Progressista) era elitista e descentralizador.

Resposta: B

6 (UNESP – MODELO ENEM) – "O quadro político é evidentemente alterado com a nova ordem: quem fazia oposição ao governo se divide em dois grandes grupos — o dos moderados, que estão no poder; os exaltados, que sustentam teses radicais, entre elas a do federalismo, com concessões maiores às Províncias. Outros, deputados, senadores, Conselheiros de Estado, jornalistas..., permanecem numa atitude de reserva, de expectativa crítica. Deles, aos poucos surgem os restauradores ou caramurus..."

(Francisco Iglésias, *Brasil Sociedade Democrática*.)

O texto refere-se à nova ordem decorrente

a) da elaboração da Constituição de 1824.

b) do Golpe da Maioridade.

c) da renúncia de Feijó.

d) da abdicação de D. Pedro I.

e) das revoluções liberais de 1842.

RESOLUÇÃO:

O texto faz referência às três tendências políticas que surgiram após a abdicação de D. Pedro I em 1831.

Resposta: D

1. Contexto

Uma vez vencida a dominação lusa, o autoritarismo de D. Pedro I e o perigo de recolonização postos de lado, a união da elite se **desagregou**.

Dois linhas de revolta salientam-se, ora integradas, ora superpostas, ora caminhando paralelamente: o localismo em contraposição à orientação centralista; e reivindicações sociais do negro e mestiço contra o branco, do pobre contra o rico, do escravo contra o senhor, do homem do campo contra o da cidade, tecendo uma teia complexa e intrincada.

De modo geral, os políticos exaltados aliaram-se às camadas populares no intuito de tomar o poder, traíndo e **mancomunando** com os inimigos da ordem.

As inúmeras agitações e revoltas ocorridas no Rio de Janeiro e principalmente nas províncias – Pará, Maranhão, Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Sul – refletem com vigor os problemas gerais do país na década das Regências: crise econômico-financeira, conflitos sociais, instabilidade política, fome, ignorância e abandono de grande parte da população, mormente nos sertões. Como elemento agravante, havia ainda a debilidade do governo central, politicamente fraco e desprovido dos recursos necessários para combater as agitações.

As oposições se manifestam

Na Corte, as desordens e os levantes dos anos de 1831 e 1832 provocados pelos “exaltados” e “restauradores” foram reprimidos pelo Batalhão dos Bravos da Pátria, a elite da oficialidade militar, e pela Guarda Nacional.

Cabanagem (1835 – 1840)

Ocorrida na província do Grão-Pará e considerada a maior revolta popular da história do Brasil, seu nome deriva das precárias habitações em que viviam a maioria de seus participantes. Eram índios, negros, mestiços, caboclos, ou seja, as camadas menos favorecidas da sociedade.

Suas origens remontam aos conflitos por ocasião da guerra de independência em 1822 e às divergências entre facções da elite local.

A população, mobilizada para os enfrentamentos, foge ao controle e rebela-se contra seus líderes, demonstrando seu descontentamento com a miséria vivida e com a exclusão do direito à cidadania, contudo, sem possuir um projeto político definido.

Seus líderes foram Félix Antônio Clemente Malcher, antigo oficial da tropa de linha; os irmãos Vinagre (Francisco, Antonio e Manuel), o padre João Batista Gonçalves Campos e Eduardo Angelim, jornalista.

Desagregou: desuniu, separou, fragmentou.

Mancomunar: combinar, pôr-se de acordo com.

Os confrontos se realizaram tanto na capital como no interior da província, onde a repressão arrastou-se por vários anos, resultando num grande massacre (40 mil pessoas das 100 mil que existiam na província) que se estendeu por vários anos até a completa pacificação.

Sabinada (1837 – 1838)

A Sabinada, que teve a Bahia como palco, foi também um movimento precedido por intensa agitação. Nessa província, ao lado das revoltas populares e da difusão do ideal federalista, verificaram-se, também, insurreições de negros muçulmanos contra o jugo escravista, como a *Revolta dos Malês*, de 1835.

As motivações da Sabinada repetem uma tendência geral das províncias do Império durante a Menoridade: negar a autoridade do Poder Central e os Presidentes escolhidos para os governos provinciais. Sua especificidade está no *separatismo provisório*, visualizado pelo seu líder, o médico Francisco Sabino Álvares da Rocha Vieira. De acordo com ele, uma República seria proclamada e existiria somente até a maioria do Imperador. Além disso, vale a pena destacar também o seu caráter sangrento, uma vez que a guerra civil por ela destravada fez centenas de mortos entre rebeldes e legalistas na capital e no interior, além de milhares de prisioneiros. Com a revolta sufocada, seu líder, o Doutor Sabino, foi exilado no Mato Grosso, onde veio a falecer.

Balaiada (1838 – 1841)

Aconteceu no Maranhão e apresentou uma diversidade de propostas, sem um programa político claramente definido.

As lutas sociais adquiriram um caráter acentuadamente popular, produto da miséria a que o povo estava submetido. Artesãos urbanos, vaqueiros e negros aquilombados reuniram-se no interior e, desta união, nasceram os movimentos de massa que rapidamente transformaram-se em manifestações de banditismo.

Além das agitações populares, havia também as divergências no quadro da elite dirigente provincial, em que a oposição ao governo do Maranhão organizava-se em torno do grupo radical, denominado *Bem-te-vi*, que chegou, inclusive, a participar de algumas insurreições urbanas.

Os revoltosos conseguiram, por algumas vezes, dominar regiões do interior. Entretanto, não conseguiram se consolidar no poder, em virtude da dissolução gradual dos bandos armados, decorrente do comportamento aventureiro das lideranças sertanejas que se entregavam ao bandoleirismo.

Os principais líderes do movimento popular eram Francisco dos Anjos (artesão), conhecido como “Balaião”, e Raimundo Gomes (vaqueiro), chamado “Cara Preta”. Mas o movimento não assumiu grande intensidade, pela incapacidade de união com os escravos aquilombados

no litoral comandados pelo Nêgo Cosme, um ex-es-cravo. Assim, a desunião e a má orientação da Balaiada contribuíram para o amolecimento do ímpeto revolucionário, propiciando a vitória das armas legais. O Presidente de Província e Comandante das Armas, coronel Luís Alves de Lima e Silva, conseguiu desarticular o movimento e subjugar-lo.

Farroupilha (1835 – 1845)

Notabilizou-se por ser a revolução brasileira de maior duração (10 anos), cuja tendência separatista chegou a ameaçar a unidade nacional.

Ligada às regiões platinas, a província gaúcha estava sujeita aos reflexos advindos da instabilidade daquela área, marcada pelas intermináveis lutas caudilhescas. Essas lutas tinham suas raízes na forma de ocupação econômica da região, onde se formaram as grandes propriedades voltadas para a pecuária. Dessa forma, entre as principais razões da revolução, sobressai a de ordem econômica.

A base da economia gaúcha assentava-se na criação de gado e, principalmente, na produção do charque, cujo principal mercado eram as províncias do Império. No entanto, os **estancieiros** sentiam-se prejudicados pela opressiva política tributária do governo central, com especial destaque para as altas taxas sobre o sal, o que encarecia o produto. Não bastasse isso, o governo imperial reduziu a tarifa de importação que incidia sobre a carne salgada produzida pelos estancieiros platinos (argentinos e uruguaios), excluindo dos mercados nacionais o produto rio-grandense.

Além disso, a produção do charque gaúcho, cuja organização se fundava no trabalho escravo, encontrava-se em posição desvantajosa, em relação à produção dos “saladeros” platinos, totalmente assentada no trabalho assalariado. Nesta, a especialização conferia maior produtividade e, conseqüentemente, maior competitividade.

Na esfera política, há que se considerar que o Sul era receptivo à penetração das ideias republicanas, federalistas e separatistas. Predominava na província um grupo de liberais radicais, ferrenhos opositores da excessiva centralização administrativa, política e econômica do Império.

Estancieiros: proprietários de fazendas de gado.

Com a promulgação do Ato Adicional foi constituída, mediante eleição, a Assembleia Provincial do Rio Grande do Sul, marcada desde o início pelo predomínio dos parlamentares da facção radical (exaltados), denominados *farroupilhas*. Seguiu-se imediatamente a luta contra os altos tributos e as imposições do Poder Central.

Assim sendo, a Assembleia gaúcha não aceitou a nomeação, por parte do governo central, de Antônio Rodrigues Fernando Braga para a Presidência da Província, passando da simples oposição política à luta armada. O principal líder farroupilha, Bento Gonçalves, rico estancieiro e comandante da Guarda Nacional local, assumiu a liderança do movimento armado e ocupou a cidade de Porto Alegre.

O governo legal derrotado retirou-se para a Vila do Rio Grande, onde se instalou, e os farrapos proclamaram, em 1836, a República do Piratini, apoiada pelas populações rurais e por caudilhos platinos.



Bento Gonçalves foi aprisionado, vítima das dissidências dentro do próprio movimento. Enviado para o Rio de Janeiro e dali para a Bahia, conseguiu fugir em 1837, auxiliado pelos rebeldes da Sabinada. Nesse mesmo ano, o italiano Giuseppe Garibaldi juntou-se aos farrapos e, com David Canabarro, liderou uma expedição a Laguna, em Santa Catarina, ocupando a cidade e proclamando, em 1838, a República Juliana.

Giuseppe Garibaldi, o herói dos dois mundos.

No começo dos anos 1840, quando se iniciava o governo de D. Pedro II, a Farroupilha ainda surgia como a grande ameaça à unidade do Império. Em 1842, Caxias foi nomeado o Comandante de Armas da região com a missão de sufocar a revolução a qualquer custo.

Em maio de 1845, após várias vitórias sobre os rebeldes, Caxias conseguiu colocar um fim à revolução, em condições bastante honrosas para os farrapos, encerrando, assim, o ciclo das rebeliões regionais.

Exercícios Resolvidos

1 (ENEM – MODELO ENEM) – “Nossas instituições vacilam, o cidadão vive receoso, assustado; o governo consome o tempo em vãs recomendações... O vulcão da anarquia ameaça devorar o Império: apliquei a tempo o remédio.”

(Padre Antônio Feijó, em 1836.)

Essa reflexão pode ser explicada como uma reação à

a) revogação da Constituição de 1824, que fornecia os instrumentos adequados à manutenção da ordem.

b) intervenção armada brasileira na Argentina, que causou grandes distúrbios nas fronteiras.

c) disputa pelo poder entre São Paulo, centro econômico importante, e Rio de Janeiro, sede do governo.

d) crise decorrente do declínio da produção cafeeira, que produziu descontentamento entre proprietários rurais.

e) eclosão de rebeliões regionais, entre elas, a Cabanagem no Pará e a Farroupilha no sul do país.

Resolução

Padre Feijó apela ao Congresso para que este lhe conceda mais poderes para reprimir as

revoltas que eclodiram durante o seu comando na Regência Una, por serem estas ameaçadoras à ordem estabelecida.

Resposta: E

2 (ESPM – MODELO ENEM) – Leia o texto a seguir e responda:

“A província da Bahia era no século XIX uma das mais prósperas regiões canavieiras das Américas. Os engenhos de açúcar, movidos pela mão de obra escrava, estavam localizados sobretudo no Recôncavo, região fértil e úmida que abraça a Baía de Todos os Santos.

Salvador, então mais conhecida como Cidade da Bahia, deveria contar, segundo estimativa da historiadora Kátia Mattoso, com 68 mil habitantes na época da rebelião. A recessão econômica das décadas de 1820 e 1830 e o processo turbulento de descolonização e formação do Estado nacional convergiriam para romper a relativa apatia política que caracterizara a sociedade colonial baiana. Então houve momentos de violência.

A revolta de 1835 foi um elemento importante dessa correnteza. Foi um movimento envolvendo escravos e libertos. A revolta de 1835 deve ser compreendida na articulação entre conflitos de classes, étnicos e religiosos".

(João José Reis.

Rebelião Escrava no Brasil)

O texto apresentado trata da

- a) Cabanagem. b) Guerra dos Farrapos.
c) Revolta dos Malês. d) Sabinada.
e) Balaiada.

Resolução

O texto apresenta algumas das razões que levaram à deflagração da revolta comandada por negros que professavam a religião islâmica contrários à escravidão.

Resposta: C



Exercícios Propostos

1 Mencione as principais rebeliões regenciais, dando suas características e locais onde eclodiram.

RESOLUÇÃO:

- Farroupilha (RS) elitista, republicana e separatista;
- Cabanagem(PA) popular e sem princípios políticos definidos;
- Sabinada (BA) republicana e separatista até a maioria de D. Pedro;
- Balaiada (MA) popular, antiescravista.

2 Quais os principais líderes da Revolução Farroupilha e os nomes das “repúblicas” criadas pelos revolucionários?

RESOLUÇÃO:

Bento Gonçalves, Giuseppe Garibaldi e Davi Canabarro. República Juliana e República Piratini ou Rio-Grandense.

3 Comente os fatores sociais que levaram à Cabanagem.

RESOLUÇÃO:

As condições de miséria social e opressão política exercida pelos latifundiários sobre a população.

4 Da análise dos fundamentos econômicos da Revolução Farroupilha, devemos considerar

- a) a concorrência da pecuária nordestina e mineira, prejudicando os estancieiros gaúchos.
- b) o encarecimento do trabalhador escravo, devido à repressão inglesa ao tráfico negreiro.
- c) os impostos lançados pelo governo regencial, encarecendo a produção pecuarista no Rio Grande do Sul.
- d) as dificuldades de comunicações entre os centros pecuaristas sulinos e os centros consumidores do Sudeste.
- e) os efeitos das práticas fiscais do governo regencial, que colocavam a pecuária gaúcha em competição desvantajosa com a platina.

RESOLUÇÃO:

O aumento de impostos tornava os produtos sulistas mais caros em relação à concorrência com os produtos similares do Uruguai.

Resposta: E

5 Durante o Período Regencial (1831 a 1840), houve a eclosão de várias revoltas autonomistas e separatistas. São exemplos a

- a) Balaiada e a Confederação do Equador.
- b) Cabanagem e a Revolução Pernambucana.
- c) Sabinada e a Guerra dos Farrapos.
- d) Confederação do Equador e a Revolução Pernambucana.
- e) Sabinada e a Revolução Praieira.

RESOLUÇÃO:

Enquanto a Farroupilha buscava o separatismo permanente, a Sabinada defendia um separatismo provisório (até a maioria do imperador)

Resposta: C

6 (FAAP – MODELO ENEM) – Movimento que pretendia proclamar a República Baiense, que deveria existir durante a menoridade de D. Pedro. Com a maioria, seria abolida a República e a Bahia integrar-se-ia ao Império – 1837.

- a) Farroupilha. b) Balaiada.
- c) Sabinada. d) Cabanagem.
- e) Revolta Praieira.

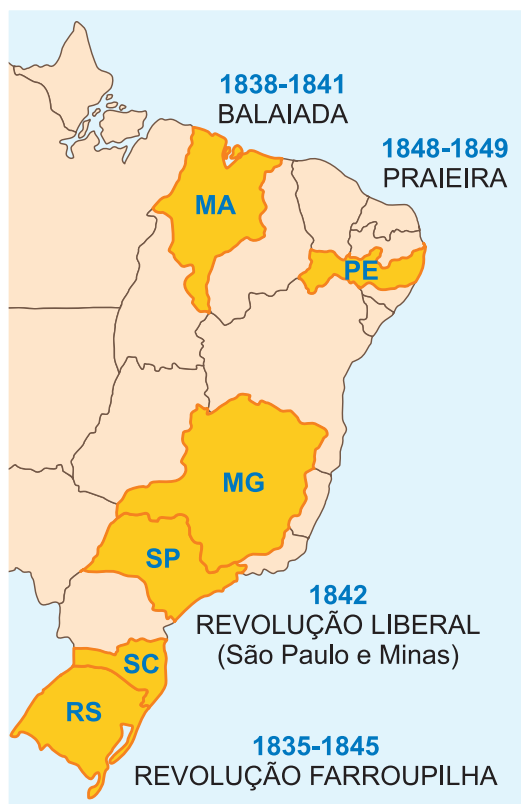
RESOLUÇÃO:

O texto da questão apresenta um pequeno resumo da revolta liderada pelo médico Francisco Sabino. Essa revolta teve curta duração (novembro de 1837 a março de 1838) e apresentava características republicanas e separatistas.

Resposta: C

1. O Golpe da Maioridade e o primeiro ministério liberal

Embora a trama de antecipar a maioridade de D. Pedro II fosse articulada pelo grupo liberal, os conservadores não se opuseram a tal empreendimento.



As províncias envolvidas em agitações na primeira década do Segundo Reinado.

Estes, logicamente, pressentiam que, se tal plano tivesse êxito, seriam apeados do poder; assim sendo, protelavam-no de forma contraditória. Eram monarquistas convictos, mas não apreciavam a forma liberal pela qual se processava a antecipação da maioridade. O golpe palaciano foi resultado de uma campanha abrangendo o Senado e a opinião pública, dirigida pelo Clube da Maioridade. Embora o ministério vetasse constantemente as propostas dessa sociedade presidida por Antônio Carlos de Andrada, o imperador, ao receber a proposição por parte de uma delegação maiorista, respondeu incisivamente: “sim”. Assim, os liberais chegaram aos postos de mando no momento da instalação do Segundo Reinado.

Após a aclamação de D. Pedro II, organizou-se o primeiro gabinete que assessoraria o imperador. Por causa do apoio dado, foi composto por liberais maioristas, como os dois Cavalcantis e os dois Andradas, tendo

sido apelidado de “Ministério dos Irmãos”. Os liberais, preocupados em se manter no poder, cuidaram de fortalecer-se, aplicando nas eleições seguintes a violência sobre o eleitorado, a ponto de receberem elas o nome de “eleições do cacete”.

2. Os conservadores no poder

O Ministério dos Irmãos não durou muito tempo. Aureliano Coutinho, dirigente do Clube da Joana (grupo palaciano), pediu ao Imperador a dissolução da Câmara dos Deputados que havia sido eleita nas “eleições do cacete”. Apesar de os liberais terem dado o Golpe da Maioridade, a influência conservadora sobre o monarca era maior, em virtude do processo regressista que se operava. O imperador acedeu e dissolveu a Câmara, encarregando os conservadores de organizar novas eleições.

3. Revoltas liberais em São Paulo e Minas Gerais

Os liberais, não se conformando com a destituição e com as leis centralizadoras do novo gabinete, revoltaram-se em São Paulo e Minas Gerais, em 1842.

Em São Paulo, o movimento tinha como principal líder Tobias de Aguiar, que foi aclamado presidente da Província (Sorocaba). Nessa ocasião, aderiu ao movimento o Padre Diogo Antônio Feijó. Em Minas, o movimento teve a liderança de Teófilo Otoni. Esse movimento foi derrotado por Caxias.

4. A organização político-partidária e o “parlamentarismo às avessas”

A elite estava dividida em dois partidos – Liberal e Conservador –, que havia muito lutavam pelo controle do Estado. Ao assumir o trono, D. Pedro II logo enfrentou problemas com essa discórdia e isso não era bom para o Brasil, nem à sua governabilidade. Essas agremiações políticas não representavam os diversos setores da sociedade, configuravam apenas um racha dentro do grupo dominante do país. Apesar de os liberais defenderem a descentralização administrativa e os conservadores a centralização, não apresentavam diferenças ideológicas e programáticas profundas, antes, no exercício do poder, procuravam a manutenção de seus interesses. Tal procedimento confirma a frase de Oliveira Viana “nada mais conservador do que um liberal no poder”.

O sistema parlamentarista veio estruturando-se na prática durante o Período Regencial. Entretanto, a sua implantação em 1847, com a criação da presidência do Conselho de Ministros, seria um respaldo à figura do imperador ante os embates político-partidários e, como vimos, possibilitaria um revezamento no poder, dando vazão aos anseios partidários das elites. Em momentos de dificuldades parlamentares, o Imperador interferia, destituindo o ministério e escolhendo um político, geralmente de prestígio, para convocar outro gabinete. Em seguida se processava a dissolução da Câmara, ocorrendo a convocação de novas eleições, que eram manipuladas de forma fraudulenta pelo gabinete recém-instaurado. Esta singularidade do sistema político brasileiro denominou-se “parlamentarismo às avessas”: a Câmara era fruto do Executivo! Assim resumiu Nabuco de Araújo essa fórmula política: “O Poder Moderador pode chamar a quem quiser para organizar ministérios; esta pessoa faz a maioria. Aí está o sistema representativo do nosso País”.

5. A Revolução Praieira (1848)

O processo revolucionário tem suas origens na tradição pernambucana de luta, remontando ao período anterior à independência – Revolução Pernambucana de 1817. Considerada a “Primavera dos Povos” do Brasil a revolta teve características liberais, nacionalistas e socialistas utópicas. Dentre os seus motivos estão: o exercício do Poder Moderador por D. Pedro II; o controle do comércio atacadista pelos portugueses e o domínio da família Cavalcanti na Província.

Entre os seus principais líderes destacaram-se o ex-deputado Nunes Machado, o capitão Pedro Ivo e Borges da Fonseca (editor do jornal *O República*), que, embora de início não fosse a favor da Praia, posteriormente se converteu num dos mais sérios adeptos. O seu “Manifesto do Mundo” reivindicava voto livre e universal, liberdade de imprensa, direito ao trabalho, inteira e efetiva autonomia dos poderes constituídos, comércio a retalho para os cidadãos brasileiros, extinção dos juros e do sistema de recrutamento militar.

Ela encerra o ciclo de revoltas populares do Império, de modo que, após a sua repressão, o país atravessou um longo período de tranquilidade.



D. Pedro II na abertura da Assembleia Geral. Museu Imperial, RJ. Honório Hermeto Carneiro Leão, líder do Gabinete da Conciliação.

Exercícios Resolvidos

1 (UNESP – MODELO ENEM) – Os dois grandes partidos imperiais (...) completaram sua formação (...) como agremiações políticas opostas. Mas havia mesmo diferenças ideológicas ou sociais entre eles? Não passariam no fundo de grupos quase idênticos, separados apenas por rivalidades pessoais? Muitos contemporâneos afirmam isso. Ficou célebre uma frase atribuída ao político pernambucano Holanda Cavalcanti: 'nada se assemelha mais a um saquarema do que um luzia no poder'.

(B. Fausto, *História do Brasil*.)

A transcrição refere-se aos partidos

- Radical e Justicialista, que formaram a estrutura bipartidária vigente na Regência.
- Republicano e Democrático, que deram o tom político ao longo do Primeiro Reinado.
- Progressista e Ruralista, que se constituíram nas duas forças políticas em ação no Segundo Reinado.
- Trabalhista e Positivista, que moldaram a vida política no Antigo Regime.
- Conservador e Liberal, que dominaram a cena política até a Proclamação da República.

Resolução

Apesar de disputarem o controle do governo, os Partidos Liberal e Conservador representavam uma mesma classe social, a elite brasileira. Por esse motivo, no exercício do poder político, agiam de modo semelhante, procurando preservar seus interesses aristocráticos.

Resposta: E

2 (UEL – MODELO ENEM) – “Devo dizer, a bem da verdade, que a Corte ostentou nessa ocasião um luxo em equipages, em librés e em mobiliário de toda espécie, realmente espantoso neste país, onde os recursos são muito limitados, onde outrora tudo faltava, e onde há pouco e, por assim dizer, nenhum precedente; [...] o golpe de vista no momento em que o Imperador se apresentou ao povo de balastrada da Varanda era magnífico e possivelmente incomparável por causa da natureza do local.”

(Barão Daiser em sua correspondência ao príncipe Metternich Apud SCHWARCZ, Lília M. *As barbas do imperador: D. Pedro, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 83.)

A descrição do baile de sagração e coroação do imperador D. Pedro II retrata o espetáculo do

acontecimento e seu significado para o Brasil do século XIX. Sobre o tema, é correto afirmar:

- A sagração teve seu lado instrumental, com ela as elites recolocavam um Imperador como símbolo da nação e encontravam na monarquia um sistema necessário de arbitramento entre elas.
- A riqueza do ritual e a força de sua divulgação restringiram-se às elites, logo, no imaginário popular, a mística do pequeno rei brasileiro passou despercebida.
- Por serem inconstitucionais, a coroação e a sagração distanciaram-se da necessidade de afirmação de um passado real ou de uma tradição imperial.
- A coroação de D. Pedro II diluiu as dificuldades políticas das Regências, consolidando e estabilizando as instituições monárquicas brasileiras.
- A subida do Imperador ao trono representou o fim da influência francesa na cultura brasileira e a adoção de um estilo de vida, por parte da Corte, sóbrio e austero.

Resolução

Para a elite rural, a coroação de D. Pedro II representava a possibilidade de pacificação do País e da preservação da unidade territorial, bem como da ordem escravista e fundiária.

Resposta: A

Exercícios Propostos

1 Descreva a atuação dos partidos políticos do Império.

RESOLUÇÃO:

Os partidos Liberal e Conservador não divergiam quanto ao seu conteúdo programático, pois, na prática, representavam os interesses da elite brasileira.

Liberais: profissionais liberais e agricultores preocupados com o mercado interno.

Conservadores: aristocracia rural e elite burocrática.

2 O que foi o “parlamentarismo às avessas”?

RESOLUÇÃO:

O sistema parlamentarista foi implantado no Brasil a partir de 1847, quando foi criado o cargo de Presidente do Conselho de Ministros (primeiro ministro), que seria nomeado pelo Poder Moderador antes da realização das eleições parlamentares.

3 Por que a Revolução Praieira foi a última grande revolta provincial do Império?

RESOLUÇÃO:

D. Pedro II iniciara a pacificação das revoltas herdadas do Período Regencial (Balaiada e Farrroupilha) e das revoltas liberais de 1842 e da Praieira (1848) a fim de consolidar seu projeto monárquico-conservador-latifundiário-escravista.

4 Sobre a Revolução Praieira, assinale verdadeiro (V) ou falso (F).

I. Movimento de caráter elitista.

II. Além do republicanismo, foi profundamente marcado por seu sentido social.

III. Seus líderes pretendiam implantar a “ditadura do proletariado” no Brasil.

IV. Vincula-se aos movimentos liberais da época ocorridos na Europa, denominados “Primavera dos Povos.”

V. Sofreu influência do socialismo utópico.

RESOLUÇÃO:

II, IV e V são verdadeiras; I e III são falsas.

I – o movimento teve caráter popular.

III – foi influenciado pelo socialismo utópico e não pelo marxismo.

5 De acordo com o historiador Oliveira Viana, “no governo de gabinete, o Poder Executivo reside não no Príncipe, mas num órgão coletivo, a cujos membros incumbem as diversas funções administrativas de governo”. No regime parlamentarista brasileiro, qual era a função do Imperador?

- Apenas nomear o presidente do Conselho de Ministros.
- Exercer uma força reguladora, como agente de conciliação e reajustamento entre as duas peças do sistema (Parlamento e Gabinete).
- Constituir uma figura apenas decorativa, como no regime britânico.
- Convocar eleições para a escolha do primeiro-ministro e demiti-lo quando necessário.
- Dissolver a Câmara dos Deputados, convocar novas eleições e nomear ministros.

RESOLUÇÃO:

O Poder Moderador dava ao Imperador essa prerrogativa.

Resposta: B

6 (UFRS – MODELO ENEM) – Observe a charge a seguir.



(“O Mequetrefe”, 09 jan. 1878.)

A charge faz alusão à prática política do Segundo Reinado, quando o Imperador tinha grande influência na dinâmica político-partidária. Esta ascendência do monarca pode ser explicada

- pela fraqueza dos partidos imperiais, que tinham quadros mal preparados politicamente.
- pela natureza peculiar do parlamentarismo brasileiro, caracterizado pela subordinação do Legislativo ao Executivo.
- pelo autoritarismo de Pedro II, que não permitia nenhuma autonomia política aos partidos imperiais.
- pelo funcionamento precário do Parlamento brasileiro, com espaço político reduzido em função das restrições do Ato Adicional.
- pelas determinações do Conselho de Estado, que hipertrofiava as atribuições do Executivo, em detrimento da autonomia do Judiciário.

RESOLUÇÃO:

A sátira da revista “O Mequetrefe” apresenta D. Pedro II como o “fiel da balança” que garantia o equilíbrio entre os dois partidos políticos. O monarca — no exercício do seu Poder Moderador — indicava de maneira alternada um liberal e um conservador para o cargo de Primeiro-Ministro, cuja governança tornava-se possível pela imposição da maioria do seu partido ao Congresso.

Resposta: B

1. Introdução

A história da grande lavoura no período monárquico apresenta uma problemática fundamental de desenvolvimento, que se equaciona nos grandes fenômenos econômicos e tecnológicos do hemisfério ocidental no século XIX, compreendidos e suscitados pela Revolução Industrial.

Independente politicamente, o Brasil monárquico preservou as feições que distinguiam sua economia desde a aurora do Período Colonial. Inspirada nos princípios e práticas do mercantilismo e, assim, orientando sua produção exclusivamente segundo as solicitações do mercado exterior, a economia colonial havia-se desenvolvido, atribuindo importância essencial aos valores do **intercâmbio mercantil**, com o objetivo de formação de saldos da balança comercial da metrópole. As características especiais que assumiram a economia mundial no século XIX vieram reafirmar e acentuar essas diretrizes.

A divisão internacional do trabalho

Com o desenvolvimento da Revolução Industrial, estabeleceu-se um sistema de **divisão internacional do trabalho** à base do mercado mundial. De início, o centro propulsor estava na Inglaterra, graças ao avanço considerável desse país quanto ao progresso tecnológico e de capitalização. Mais tarde, o polo econômico se ampliou com os avanços de industrialização, principalmente na França e na Alemanha. As novas dimensões que assumiram o processo de produção industrial exigiam um consumo considerável de matérias-primas. Por outro lado, a agricultura europeia perdeu a importância de que desfrutava no passado e veio a ser suplementada pela importação de gêneros alimentícios. Criaram-se, desse modo, as condições para uma especialização no plano internacional, com base na interdependência entre as economias de todas as partes do mundo. Aos países não industrializados, mas com abundantes recursos do subsolo, coube a função de fornecedores de matérias-primas e de gêneros alimentícios. Sob esses termos se colocou a economia brasileira no contexto mundial. A grande lavoura tradicional se manteve como o motor dinâmico da economia nacional, com sua produção de gêneros alimentícios e matéria-prima industrial. Em contrapartida, a importação supria os artigos fabricados destinados ao uso direto do consumidor.

Todas as transformações econômicas que afetaram os países industrializados, suas crises de produção ou de

Intercâmbio mercantil: trocas comerciais.

Divisão internacional do trabalho: processo de divisão internacional da economia imposto pelos europeus, segundo o qual a Europa especializar-se-ia na produção industrial e os demais países seriam fornecedores de produtos primários à indústria europeia.

consumo repercutiram no sistema e, portanto, em nossa economia, pondo à mostra sua dependência. Em grande parte, a prosperidade de alguns setores da grande lavoura, assim como os retrocessos e resistência de outros, explicam-se à luz do mercado internacional e das suas condições.

2. Os produtos

Durante o período monárquico (1822-1889), as exportações brasileiras se concentravam em oito produtos agrícolas, sendo os mais importantes o café e o açúcar, seguidos pelo algodão, fumo e cacau. De todos, o café foi inegavelmente o produto-rei das nossas exportações, principalmente a partir de 1830, representando, em meados do século XIX, mais da metade do total exportado.

O açúcar, segundo produto de exportação, foi marcado pelos preços baixos durante todo o século. A organização de centros produtores concorrentes, acompanhada pelo aperfeiçoamento técnico e o desenvolvimento da produção do açúcar de beterraba, reduziu acentuadamente o mercado consumidor do açúcar brasileiro. Em 1860, por exemplo, o açúcar de beterraba supria 25% do mercado mundial.

Essa tendência baixista verificou-se não só com o açúcar, mas com todos os produtos da lavoura tradicional (algodão, tabaco e cacau) em geral.

O algodão, por exemplo, teve uma tendência para a baixa durante o século em questão, à exceção do período marcado pela Guerra de Secessão (1861-65), quando cresceram as exportações dessa fibra. Nos anos 80, o algodão representava apenas 4,2% do total das exportações brasileiras. O mesmo ocorreu com o tabaco, cujas exportações declinaram a partir dos anos 50, com o fim do tráfico negreiro, visto que esse produto era usado como valor de troca no comércio de africanos.

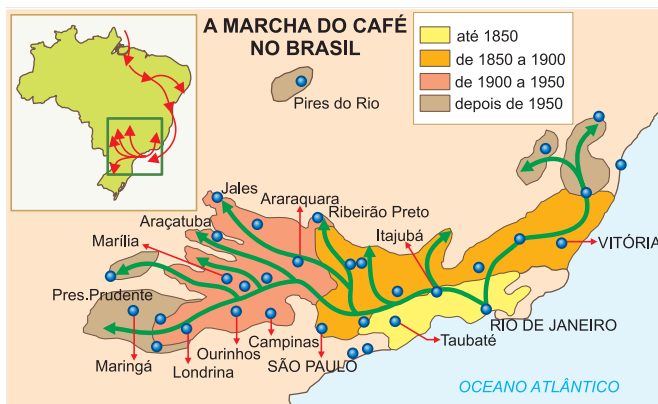
O cacau, por sua vez, foi um dos únicos produtos que não sofreram queda de preços e de exportação; ao contrário, expandiu-se, principalmente a partir das lavouras do sul da Bahia. Esse progresso, entretanto, não foi suficiente, pois a exportação do cacau era muito pequena em relação ao total das exportações brasileiras.

EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS (1830-1890)

	1830-1840	1850-1860	1880-1890
café	43,8%	48,8%	61,5%
açúcar	24,0%	21,2%	9,9%
algodão	10,8%	7,5%	4,2%
tabaco	1,9%	2,6%	–
couros	7,9%	7,2%	3,2%

3. A lavoura cafeeira

O café, principal produto de exportação brasileiro do século XIX, foi introduzido no país em 1727, pelo Pará, graças às sementes obtidas por Francisco de Mello Palheta. Durante todo o século XVIII, o café se expandiu, seguindo as rotas dos mercadores, em várias regiões do Brasil, do Maranhão até Santa Catarina. Nessa primeira fase de sua difusão, no entanto, a cultura do café era ainda basicamente de subsistência, sendo cultivado em quintais e sítios e destinado ao mercado interno. A única exceção era o Ceará, que, já desde o último quartel do século XVIII, exportava café, porém ainda em pequena quantidade. Em 1760, o café penetrou no Rio de Janeiro. Era cultivado então em hortas e pomares nos arredores da capital. Foi o lugar a que melhor se adaptou, devido principalmente às condições do clima e solo. A partir de então, o Vale do Paraíba tornou-se a via natural de irradiação. Levada pelos tropeiros e viajantes, a planta penetrou na década de 70 em Minas Gerais e, no final do século, chegou à área paulista. Nesse período, a cultura cafeeira era ainda uma lavoura de subsistência.



A expansão da lavoura cafeeira inicia-se na Baixada Fluminense, RJ, e no Vale do Paraíba, SP. Caminha rumo ao denominado Oeste Paulista e Araraquara, estabelecendo-se, a partir de 1950, no norte do Paraná.

A expansão do café

O que contribuiu em grande parte para a demora da expansão cafeeira e sua vinculação ao mercado externo foi, de um lado, a falta de conhecimentos necessários para o seu cultivo, pois, ao contrário do açúcar (os portugueses já contavam com a experiência na Ilha da Madeira), as técnicas de cultivo e benefício do café só foram incorporadas com o tempo, a partir de longas experiências realizadas pelos fazendeiros mais **arrojados**. Por outro lado, para se implantar uma nova cultura, era necessário capital, e o Brasil, nos finais do século XVIII, atravessava uma crise econômica ligada à decadência da mineração. Dessa forma, apesar de ter

sido introduzida no início do século XVIII, a lavoura cafeeira só se expandiu e se tornou um importante produto de exportação no princípio do século XIX.

Dentre os fatores que favoreceram a expansão cafeeira no século passado, destaca-se, em primeiro lugar, a grande disponibilidade de terras, porque, desde o Brasil Colônia até meados do século XIX, os lotes de terras, sesmarias, eram concedidos pela autoridade pública, sob a condição de apenas ocupar e povoar. Em segundo lugar, encontra-se a existência de recursos subutilizados, como a grande propriedade e a mão de obra escrava negra abundante que, com a decadência do açúcar no centro-sul (principalmente a partir das guerras napoleônicas), ficaram disponíveis: bastava, portanto, substituir a cana pelo café, aproveitando-se os escravos, as edificações, as ferramentas da lavoura e os vínculos comerciais já estabelecidos. Destacam-se ainda as condições naturais, como relevo, clima ameno, curso fluvial favorecendo as comunicações, o solo – massapé – no Vale do Paraíba, e terra roxa, no Oeste Paulista – e, finalmente, o aumento do mercado consumidor, principalmente a partir de 1820, quando os Estados Unidos passaram a consumir o café brasileiro e não mais o das colônias inglesas.

Crise da mão de obra escrava

Durante o século XIX, não houve contradições ou conflitos de interesses entre a economia agrária exportadora brasileira e o industrialismo inglês, a não ser quando o próprio liberalismo denunciou os interesses britânicos na extinção do tráfico negreiro.

POPULAÇÃO ESCRAVA POR PROVÍNCIA (1823 a 1872)

ESTADO	1823	1872
MG	215.000	370.459
RJ	150.549	292.637
SP	21.000	156.612
ES	60.000	22.659
BA	237.458	167.824
PE	150.000	89.028
SE	32.000	22.623
AL	40.000	35.741
PB	20.000	21.526
RN	14.376	13.020
AM		979
PA	40.000	27.458
MA	97.132	74.939
PI	10.000	23.795
CE	20.000	31.913
PR		10.560
SC	2.500	14.984
RS	7.500	67.791
GO	24.000	10.652
MT	6.000	6.667

in STEIN, Stanley. Vassouras. A Brazilian Coffee Country, 1850-1900. Harvard University Press, 1957, p. 295

Arrojado: ousado, destemido.

As pressões da Inglaterra para que se pusesse fim ao tráfico de escravos chocaram-se contra os interesses dos escravagistas brasileiros. Desde o reconhecimento da independência por parte da Inglaterra em 1825, o Brasil se comprometera a acabar com o tráfico. Em 7 de novembro de 1831, o governo brasileiro cumpriu o prometido, promulgando lei do ministro da Justiça — Pe Feijó, tornando ilegal o tráfico de escravos. Entretanto, apesar da proibição, a medida não surtiu nenhum efeito, pois não cessou o comércio de escravos, o que lhe valeu a alcunha de “lei pra inglês ver”. O Estado brasileiro representando os interesses da elite rural, na fase da Regência, não iria colocar em prática tal medida.

As hostilidades diplomáticas, de ambas as partes, tornavam-se cada vez mais frequentes. Em 1844, em resposta às posições da diplomacia inglesa, iniciou-se no Brasil uma verdadeira ofensiva contra a Inglaterra. A **Tarifa Alves Branco** suspendeu as taxas alfandegárias preferenciais de que a Inglaterra desfrutava desde 1810. Os ingleses reagiram com o **Bill Aberdeen** de 1845, que decretava “... será lícito ao alto tribunal do almirantado e a qualquer tribunal do vice-almirantado de Sua Majestade (britânica)... tomar conhecimento e julgar qualquer navio que faça o tráfico de escravos africanos em contra-venção da dita Convenção de 23 de novembro de 1826, e que for detido ou capturado por aquele motivo... por qualquer pessoa ou pessoas ao serviço de S. M. que para isso tenham autorização do Lord Grande-Almirante ou de um dos secretários de Estado de S. M., bem como os escravos e cargas nele encontrados, pela mesma maneira, e segundo as mesmas regras e regulamentos que contenha qualquer ato do parlamento ora em vigor...” E mais adiante: “Decreta-se que qualquer navio ou embarcação que for detido em virtude de tal ordem e

autorização, como fica dito, e for condenado pelo alto tribunal do almirantado ou por qualquer tribunal do vice-almirantado de S. M. poderá ser comprado para o serviço de S. M., pagando-se por ele a soma que o Lorde Grande-Almirante ou os comissários que exercerem aquele cargo julgarem ser o preço justo do mesmo navio; e se assim não for comprado, será desmantelado completamente, e os seus materiais vendidos em leilão.” Isso equivalia a uma verdadeira declaração de guerra. A partir desse ano, os ingleses trocaram as intimidações diplomáticas por operações navais ofensivas na costa brasileira.

A **Lei Eusébio de Queirós**, de 4 de setembro de 1850, amenizou as hostilidades. Agora se criavam instrumentos que tornavam efetiva a proibição, por meio de julgamento em primeira instância pela Auditoria da Marinha e em segunda pelo Conselho de Estado. Anteriormente o delito era apresentado aos júris compostos por fazendeiros e que obviamente não condenavam ninguém.

ANO	FERROVIAS EM km
1864	475
1867	601
1870	1.000
1875	1.801
1883	4.865
1887	8.846
1888	9.200
1889	9.583

PINTO, Virgílio Noya. “Balanço das transformações econômicas no século XIX”, in *Brasil em Perspectiva*, pp. 158 e 159.

Exercícios Resolvidos

1 (Ufscar – MODELO ENEM) – Analise o quadro.

PERCENTAGEM SOBRE O VALOR DA EXPORTAÇÃO.							
Pro- duto	1821-30	1831-40	1841-50	1851-60	1861-70	1871-80	1881
Café	18,4	43,4	41,4	48,8	45,5	56,6	61,5
Açúcar	30,1	24,0	26,7	21,2	12,3	11,8	9,9
Algo- dão	20,6	10,8	7,5	6,2	18,3	9,5	4,2
Fumo	2,5	1,9	1,8	2,6	3,0	3,4	2,7
Cacau	0,5	0,6	1,0	1,0	0,9	1,2	1,6
Total	72,1	81,1	78,4	79,8	80,0	82,5	79,9

(Alice Piffer Canabrava. *A grande lavoura. História Geral da Civilização Brasileira*, 1997.)

A partir da análise do quadro, é correto afirmar, sobre a economia brasileira, que

- há a tendência, ao longo do século XIX, de concentração da produção agrícola de exportação na região Nordeste.
- há, no final do século XIX, uma descentralização regional e uma diversificação equitativa de produtos agrícolas produzidos para exportação.
- a exportação de produtos agrícolas tendeu a entrar em progressiva decadência ao longo do século XIX.

d) se caracterizava pela predominância de exportação de produtos agrícolas tradicionalmente vinculados à agricultura de subsistência.

e) tende, no século XIX, a ter uma exportação predominantemente agrícola e a concentrar essa produção, ao longo das décadas, na região Sudeste.

Resolução

O quadro apresenta apenas o percentual de exportação de gêneros agrícolas, confirmando a primeira parte da alternativa correta. Já os dados, não estão relacionados à região produtora, mas isto não inviabiliza o gabarito da questão, pois o principal produto das exportações brasileiras no período abrangido foi o café, cuja produção se dava na Região Sudeste do País.

Resposta: E

2 (FUVEST – MODELO ENEM) – Número de escravos africanos trazidos ao Brasil:

Período	Milhares de indivíduos
1811 – 1820	327,7
1821 – 1830	431,4
1831 – 1840	334,3
1841 – 1850	378,4
1851 – 1860	6,4
1861 – 1870	0

Tabelas de Philip Curtin e David Eltis

Pelos dados apresentados, pode-se concluir que, no século XIX,

- a importação de mão de obra escrava diminuiu em decorrência da crise da economia cafeeira.
- o surto industrial da época de Mauá trouxe como consequência a queda da importação de mão de obra escrava.
- a expansão da economia açucareira desencadeou o aumento de mão de obra livre em substituição aos escravos.
- a proibição do tráfico negreiro provocou alteração no abastecimento de mão de obra para o setor cafeeiro.

e) o reconhecimento da independência do Brasil pela Inglaterra causou a imediata diminuição da importação de escravos.

Resolução

Eusébio de Queirós foi o nome dado à lei aprovada em 4 de setembro de 1850, que proibia definitivamente o tráfico internacional de escravos para o Brasil, produzindo, a partir de então, a extinção deste comércio entre os dois continentes e gerando uma escassez de mão de obra na produção cafeeira em expansão.

Resposta: D



Exercícios Propostos

1 Qual a principal alteração provocada pela segunda Revolução Industrial e quais suas consequências para as economias da América Latina?

RESOLUÇÃO:

A Segunda Revolução Industrial levou à divisão internacional do trabalho. As economias europeias especializaram-se na produção e exportação de artigos industrializados e as economias latino-americanas continuariam a exportar matérias-primas.

2 A Lei Eusébio de Queirós visava, a partir de 1850,

- extinguir o casamento religioso.
- implantar o divórcio em substituição ao desquite.
- regularizar a prática do aborto.
- permitir legalmente a eutanásia.
- extinguir o tráfico negreiro.

RESOLUÇÃO:

A Lei Eusébio de Queirós proibia o comércio intercontinental de escravos africanos.

Resposta: E

3 Qual a atividade econômica responsável pelas transformações da economia brasileira a partir da segunda metade do século XIX?

RESOLUÇÃO:

O desenvolvimento da agricultura cafeeira.

4 Além do café, um segundo produto ganhou destaque nas exportações na segunda metade do século XIX. Aponte-o.

- Cacau.
- Trigo.
- Algodão.
- Açúcar.
- Ouro.

RESOLUÇÃO:

A Guerra de Secessão (1861-65) deixou a Inglaterra sem o algodão do sul dos Estados Unidos, o que a levou a procurar outros fornecedores para sua indústria têxtil.

Resposta: C

5 Para o seu desenvolvimento, a economia cafeeira contou com

- o crescimento contínuo do mercado interno.
- o maciço aproveitamento do elemento nacional livre.
- o desenvolvimento dos transportes, principalmente das rodovias.
- a expansão do mercado consumidor e condições de solo e clima favoráveis.
- a ampliação da lavoura canavieira no Nordeste.

RESOLUÇÃO:

A expansão da cafeicultura deveu-se ao aumento das exportações do produto para a Inglaterra e EUA e a adaptação da cultura à terra roxa do Oeste Paulista.

Resposta: D

6 (FGV – MODELO ENEM) – "Pouco a pouco, [os cafeicultores] se afastam das tarefas ligadas à gestão direta das plantações, que são confiadas a administradores. Eles se estabelecem nas grandes cidades, sobretudo em São Paulo. Suas atividades de comerciantes não se conciliavam com uma ausência prolongada dos centros de negócios cafeeiros."

(Sérgio Silva, Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil **apud** Rubim Santos Leão de Aquino **et alii**, *Sociedade brasileira: uma história através dos movimentos sociais*)

Considerando a estrutura econômica brasileira no século XIX e os dados presentes no texto, é correto afirmar:

- Enquanto os produtores de açúcar do nordeste detinham o controle sobre todas as etapas da produção — do plantio da cana até a comercialização com grandes negociantes estrangeiros —, os cafeicultores especializaram-se apenas na produção, obtendo com isso grandes lucros.
- A alta produtividade — com o decorrente lucro maior do que o obtido pelo açúcar e tabaco — dos cafeicultores paulistas e fluminenses foi resultado da opção de utilizar-se prioritariamente a mão de obra livre e assalariada desde 1850, quando se efetivou o fim do tráfico negreiro para o Brasil.

c) Os cafeicultores eram mais do que simples produtores de café, pois também atuavam em outras áreas econômicas, como a que comercializava o café, o que permitia uma maior circulação interna do capital e uma maior concentração dos lucros nas mãos desses produtores.

d) A expansão cafeeira, assim como toda a estrutura econômica do Segundo Reinado, seguiu a lógica que estava presente na organização da economia colonial, pois essa atividade não incorporou os avanços tecnológicos oferecidos pela chamada Segunda Revolução Industrial.

e) A Lei Eusébio de Queirós e a lei de Terras, ambas de 1850, foram decisivas para o avanço da produção cafeeira no Vale do Paraíba e no Oeste Paulista, pois incentivaram a entrada de imigrantes nessas regiões e democratizaram o acesso à propriedade fundiária de pequeno e médio porte.

RESOLUÇÃO:

A primeira parte da alternativa C é mera interpretação do texto citado. E a segunda constitui sua consequência lógica, pois o controle dos cafeicultores sobre a comercialização do seu produto lhes proporcionava mais recursos para outros investimentos, como a indústria. Essa mentalidade empresarial justificaria o apelido de “burguesia cafeeira”, dado à aristocracia rural do Oeste Paulista.

Resposta: C

7 (UNIFESP – MODELO ENEM) – As condições da população escrava, aqui, são muito menos ignóbeis e infelizes, do que esperava encontrar. Os escravos são, em geral, tratados com bondade e humanidade pelos seus donos.

(Walter Colton, 1850)

Eu preferia ser um carneiro, um porco ou um boi; ter liberdade, alimento e descanso durante certo tempo e depois ser abatido, do que ser um escravo em certas plantações.

(Thomas Ewbank, 1856)

Sobre essas duas afirmações, de viajantes norte-americanos ao Brasil na metade do século XIX, é possível afirmar que

a) somente a primeira é correta, pois, como demonstraram muitos historiadores, os escravos eram bem tratados.

b) somente a segunda é correta, pois, como demonstraram muitos historiadores, os escravos eram mal tratados.

c) as duas estão erradas, pois, os viajantes confundiram a escravidão daqui com a escravidão no sul dos Estados Unidos.

d) as duas estão corretas, pois, o tratamento dado aos escravos variava conforme os senhores e as atividades econômicas.

e) ambas se equivocam, pois, a escravidão naquele momento vivia a crise decorrente da extinção do tráfico.

RESOLUÇÃO:

Em se tratando de uma questão que depende da interpretação dos textos, fica claro que o tratamento dispensado aos escravos “variava conforme os senhores e as atividades econômicas”.

Resposta:D

Módulo

25

Imigração e Industrialização

Palavras-chave:

- Embranquecimento
- Parceria Mauá

1. Introdução

A expansão da cafeicultura no Vale do Paraíba e na região do Oeste Paulista foi responsável pela grande concentração de mão de obra escrava na região, no século XIX. Para que o café pudesse se desenvolver, havia necessidade de grande quantidade de mão de obra, principalmente na primeira fase, para que as matas fossem abertas, a terra preparada e, finalmente, fossem instaladas as roças. Mesmo após o término do tráfico de escravos (1850), o Oeste Paulista continuava a ser a região com maior número de escravos, e isso pode ser explicado facilmente: os cafeicultores tinham grandes lucros com o café, São Paulo era uma zona próspera e rica, daí serem os paulistas os únicos que podiam pagar os preços altíssimos a que eram vendidos os negros nesse período (com o fim do tráfico, o número de escravos diminuiu e, por isso, eles encareceram).

O TRÁFICO INTERPROVINCIAL DE ESCRAVOS



Em meados do século XIX, o escravo era visto pelos fazendeiros como a mão de obra mais eficaz e lucrativa. Uma das várias justificativas apresentadas pelos fazendeiros era a de que a manutenção de um escravo era muito barata, paga por ele com apenas um dia de trabalho por semana, enquanto o trabalhador livre não rendia mais do que um dia de trabalho. Esta teoria era na verdade bem coerente se levarmos em conta a situação de exploração a que estava submetido o escravo. O fazendeiro gastava o mínimo com suas roupas, alimentos e cuidados, garantindo, assim, uma maior margem de lucro.

2. A transição para o trabalho assalariado

Em meados do século XIX, com a intensificação das pressões inglesas sobre o tráfico negreiro, o futuro da agricultura cafeeira, principal setor da economia, passou a depender de uma solução definitiva para o problema da mão de obra. Os cafezais necessitavam cada vez mais de braços. A oferta interna de escravos esgotara-se, e o tráfico interno não era plenamente satisfatório. A alternativa de utilização de mão de obra das regiões mais pobres do País mostrava-se inviável pelo alto custo que ela representava ante a sua dispersão. A alternativa considerada mais viável seria à importação de imigrantes

européus dispostos ao trabalho nos cafezais, de São Paulo, principalmente. Essa solução agradava a elite interessada no “embranquecimento” da população, pois satisfaria os critérios do darwinismo social em voga naquele momento.

Ano	N.º de escravos
1843	19.095
1844	22.849
1845	19.543
1846	50.324
1847	56.172
1848	60.000
1849	54.000
1850	23.000
1851	3.387
1852	700

Em 1847, com o auxílio do governo imperial, o senador Campos Vergueiro trouxe 80 famílias alemãs para sua fazenda de Ibicaba em Limeira; os colonos eram seduzidos pela promessa de se tornarem parceiros na produção e no lucro — era o **sistema de parceria**.

Os colonos, entretanto, eram submetidos a péssimas condições de trabalho, sofriam maus-tratos e eram considerados por muitos fazendeiros como seus escravos brancos. Alguns anos depois, em razão da revolta dos colonos, deu-se a quase supressão do sistema. A maior parte dos fazendeiros abandonou as antigas fórmulas de contrato de trabalho, começando a pagar um preço fixo por alqueire de café colhido, ou estabelecendo uma remuneração mensal ao colono.

Mesmo com outros ensaios, com o objetivo de buscar o braço livre do estrangeiro, como, por exemplo, a iniciativa de Mauá com os “coollies” chineses, a imigração em massa para o Brasil só começou a ocorrer a partir de 1870. Nessa década, intensificou-se o surto imigratório italiano para o Brasil, explicado pelas próprias condições da península no final do século XIX. A Itália, como toda a Europa, sentia os efeitos da Depressão de 1873, agravada pelas transformações ocorridas com a industrialização do Norte e a concentração fundiária. Some-se a isso, também, a instabilidade política resultante das lutas na unificação italiana.

Saindo da Itália, os imigrantes chegavam ao porto de Santos. Daí para a Hospedaria dos Imigrantes, em São Paulo, e, finalmente, já com um contrato de trabalho, iam para o trabalho nas fazendas de café na província. Nessa medida, o imigrante — agora colono — vinha constituir um contingente de mão de obra abundante para os cafezais paulistas, ao contrário daquele que se dirigiu para o Sul do País, a quem se doaram lotes de terras, dentro de uma política de colonização.

3. Surto Industrial

As divisas provenientes do café, principal produto da economia, possibilitaram o pagamento dos financiamentos das obras do governo e posteriormente os investimentos no setor industrial. A partir de 1850, alcança o Império o equilíbrio orçamentário e a estabilidade cambial. Acumulam-se capitais, efetuando-se obras administrativas de grande porte.

A facilidade de crédito internacional, a disponibilidade de capitais excedentes do café e ociosos com a extinção do tráfico negreiro, o aumento do meio circulante e o protecionismo alfandegário da Tarifa Alves Branco (1844) animam, no Segundo Reinado, as atividades industriais. Deve-se ressaltar, aqui, a estabilidade da balança comercial, resultado direto das exportações do café. Destaca-se, nesse período, *Irineu Evangelista de Sousa* (Mauá) à frente das iniciativas modernizadoras: principalmente as ferrovias, navegação a vapor, transportes, telégrafo, comércio e finanças (segundo Banco do Brasil, 1851, e o Banco Comercial do Rio de Janeiro, 1839, além do Banco Mauá e Cia.), melhoramentos urbanos (iluminação a gás, abastecimento de água) e indústrias (velas e fundição da Ponta da Areia). Os motivos que conduziram à decadência desse surto progressista estão ligados ao boicote do governo imperial (que acreditava na vocação agrícola do país); à substituição da Tarifa Alves Branco pela Tarifa Silva Ferraz que anulava o protecionismo; à pressão imperialista da Inglaterra; e à falta de um mercado consumidor forte, devido à permanência da escravidão.

Um segundo surto ocorreu a partir de 1870, fundado nos investimentos do setor cafeeiro e no pequeno mercado consumidor, que se formava graças à presença de imigrantes na região cafeeira.

IMIGRAÇÃO NO BRASIL			
Decênios	No Brasil	Em São Paulo	% de São Paulo sobre o Brasil
1850 - 1859	108.045	6.310	5,8
1860 - 1869	106.187	1.681	1,6
1870 - 1879	203.961	11.730	5,7
1880 - 1889	453.788	183.349	40,1
Total	871.984	203.070	

4. As transformações sociais

A expansão cafeeira condicionou o surgimento de um novo grupo, cujo comportamento econômico e político difere dos latifundiários ligados aos ciclos anteriores.

Esse grupo econômico, mais flexível e consciente da sua posição dominante, ativa diretamente o conjunto imperial. Como empresários rurais, solucionam o problema da mão de obra, com a imigração, substituindo o trabalho escravo pelo assalariado. Como empresários capitalistas, desenvolveram atividades industriais, comerciais e financeiras (direção da produção, transporte interno, comercialização nos portos).

Essa burguesia cafeeira do Oeste Paulista procura conciliar as estruturas políticas do Império com sua posição de classe dominante economicamente. Ante a inviabilidade de uma adequação do plano político às suas aspirações, esse grupo ligou-se ao movimento republicano.

Outros segmentos sociais permanecerão à margem dos acontecimentos.

Exercícios Resolvidos

1 (UNIFESP – MODELO ENEM) – "Será exagero... dizer-se que os colonos se acham sujeitos a uma nova espécie de escravidão, mais vantajosa para os patrões do que a verdadeira, pois recebem os europeus por preços bem mais moderados do que os dos africanos..."

Sem falar no fato do trabalho dos brancos ser mais proveitoso do que o dos negros?"

(Thomas Davatz, *Memórias de um colono no Brasil*, 1854-1857.)

Do texto, pode-se afirmar que

- a) denuncia por igual a escravidão de negros e brancos.
- b) revela a tentativa do governo de estimular a escravidão branca.
- c) indica a razão pela qual fracassou o sistema de parceria.
- d) defende que o trabalho escravo é mais produtivo que o livre.
- e) ignora o enorme prejuízo que os fazendeiros tiveram com a contratação dos colonos.

Resolução

O autor, um dos colonos suíço-alemães que participaram do sistema de parceria implantado em 1847 no interior paulista, dá a entender que a exploração dos imigrantes europeus pelos cafeicultores poderia ser considerada uma forma de escravidão.

Resposta: C

2 (MODELO ENEM) – A Lei de Terras, aprovada em 1850, duas semanas após a proibição do tráfico de escravos, "tentou pôr ordem na confusão existente em matéria de propriedade rural, determinando que, no futuro, as terras públicas fossem vendidas e não doadas, como acontecera com as antigas sesmarias, estabeleceu normas para legalizar a posse de terras e procurou forçar o registro das propriedades."

(Boris Fausto, *História do Brasil*. 1994.)

Sobre essa Lei de Terras é correto afirmar:

- a) Sua promulgação coincidiu com a Lei Eusébio de Queirós, mas não há nenhuma relação de causalidade entre ambas.

b) Ao entrar em vigor, não foi respeitada, podendo ser considerada mais uma "lei para inglês ver".

c) Sua promulgação foi concebida como uma forma de evitar o acesso à propriedade da terra por parte de futuros imigrantes.

d) Sua aprovação naquele momento decorreu de os Estados Unidos terem acabado de aprovar uma lei de terras para o seu território.

e) Ao entrar em vigor, teve efeito contrário ao de sua intenção original, que era a de facilitar acesso à propriedade.

Resolução

A extinção do tráfico negreiro, por força de Lei Eusébio de Queirós, abriu caminho para o crescimento da mão de obra europeia – considerada mais produtiva que a de origem negra ou mestiça. Visando barrar uma eventual ascensão socioeconômica desses imigrantes, o Parlamento Brasileiro (dominado pela aristocracia rural) aprovou a Lei de Terras, que impedia os recém-chegados – desprovidos de recursos financeiros – de ter acesso à propriedade fundiária.

Resposta: C

1 O que foi o sistema de parceria?

RESOLUÇÃO:

Forma de trabalho livre, implantado pelo senador Vergueiro, e acordado com os imigrantes, onde a remuneração se daria com parte da produção (do meeiro). O fracasso do sistema deu-se por diversas razões: o tratamento aviltante, as dívidas acumuladas com o deslocamento (da Europa para o Brasil e da cidade de São Paulo para o interior) e a manutenção dos imigrantes, além das revoltas contra os fazendeiros. O sistema foi substituído pelo assalariamento.

2 Quais as causas que permitiram a vinda do grande contingente de italianos para o Brasil, na década de 1870?

RESOLUÇÃO:

As causas externas foram: a crise da lavoura italiana, a crise econômica europeia, o crescimento demográfico europeu, restrições a imigrantes italianos nos Estados Unidos; e no Brasil os motivos foram: a crise do escravismo e a expansão da lavoura cafeeira.

3 Quais as implicações do fim do tráfico negreiro sobre o desenvolvimento da economia cafeeira?

RESOLUÇÃO:

A expansão cafeeira pela região do Oeste Paulista estava em pleno vigor quando foi assinada a Lei Eusébio de Queirós. As novas áreas de plantio requeriam um grande número de trabalhadores, o que não seria mais possível com a utilização de escravos africanos, pois o tráfico para o Brasil estava proibido.

4 Relacione economia cafeeira e industrialização.

RESOLUÇÃO:

O café era um produto de alta lucratividade por isso, uma parcela dos fazendeiros passou a investir na produção industrial, enquanto outros depositavam seus lucros nos bancos de Mauá – empresário que investiu em diferentes setores da economia. Cabe ainda notar que a elite cafeeira, enriquecida com a venda do produto, formava um mercado consumidor que poderia ser explorado pelos novos industriais.

5 Sobre a economia imperial, assinale verdadeiro (V) ou falso (F).

- I. Guardou de certa maneira as bases do modo de produção colonial.
- II. Continuou extremamente dependente do centro capitalista.
- III. Flutuou ao sabor das crises e expansões da economia mundial.
- IV. Foi revolucionada com a expansão da cafeicultura.

RESOLUÇÃO: I, II, III e IV são verdadeiras

6 O que se entende por “substituição de importações”?

RESOLUÇÃO:

A substituição de importações foi o modelo de desenvolvimento industrial adotado nos países que se formaram a partir das antigas colônias de exploração. A dificuldade de obter alguns produtos importados – das nações industrializadas – levou os Estados latinoamericanos a importarem máquinas para iniciar sua própria produção.

7 (MACKENZIE-SP – MODELO ENEM) – Foi necessário esperar até a extinção do tráfico, em 1850, para que surgisse oportunidade semelhante à de 1808. (...) sobrava finalmente dinheiro para a iniciativa privada.

(Jorge Caldeira)

A oportunidade mencionada no texto refere-se

- a) aos capitais, que, em virtude do fim do tráfico, eram aplicados, agora, em negócios, permitindo o breve surto industrial de meados do século XIX no Brasil.
- b) ao tráfico interno de escravos, que possibilitou a expansão do cultivo de algodão.
- c) ao fisco, que, aumentando taxas, desequilibrou a economia, sacrificando a iniciativa privada.
- d) ao fato de que, tanto em 1808 como em 1851, a lógica econômica era voltada para o desenvolvimento interno com apoio da Inglaterra.
- e) à extinção da maior característica da nação mercantilista, a escravidão, iniciando-se uma política industrial contínua, até o início da república.

RESOLUÇÃO: O jornalista Jorge Caldeira ao afirmar que “sobrava finalmente dinheiro” refere-se aos capitais que outrora eram utilizados no tráfico e que a partir da extinção deste ficaram ociosos e disponíveis para serem utilizados no “breve surto industrial de meados do século XIX no Brasil”, como fez o empresário Irineu Evangelista de Souza (Mauá).

Resposta: A

1. A política de prestígio

O Brasil independente era visto como uma aberração e uma ameaça pelo bloco latino-americano do Hemisfério Sul. Se, durante o Primeiro Reinado, a política externa brasileira caracterizou-se pela liquidação das pendências coloniais e pela submissão aos interesses ingleses, e no Período Regencial pelo não intervencionismo, no Segundo Reinado, marcou-se pela adoção de uma **política de prestígio**.



D. Pedro II assumiu o trono brasileiro em tenra idade, porém sempre manteve a “política de prestígio” no bloco latino-americano do Hemisfério Sul.

Tal política visava a um posicionamento próprio em relação às potências europeias, à interferência em assuntos de outros países para tirar proveito de suas dissidências e à manutenção do equilíbrio sul-americano, impedindo a reconstituição do antigo Vice-Reino do Prata. Com efeito, as Campanhas do Prata e, além destas, a Questão Christie – que envolveu Brasil e Grã-Bretanha – ocupam lugar de destaque no estudo da política externa do Segundo Reinado.

2. A Questão Christie

Esse episódio insere-se no quadro das relações entre Brasil e Inglaterra e deve ser entendido como uma reação do Império Brasileiro às pressões do imperialis-

mo britânico. O rompimento das relações diplomáticas entre os dois países encontra seus motivos reais em pontos de atrito anteriores aos incidentes que lhe serviram de pretexto.

O não cumprimento da **Lei de 1831** que declarava livres os escravos africanos (que aqui desembarcaram); a recusa do governo imperial em prorrogar o **Tratado Comercial de 1827**; a Tarifa Alves Branco, de 1844 (que aumentou as taxas sobre a importação de produtos estrangeiros); o **Bill Aberdeen**, de 1845; e as arbitrariedades inglesas na repressão ao tráfico negreiro fizeram com que se tornassem tensas as relações entre os dois países.

Entre 1861 e 1862, o saque da carga do navio inglês Prince of Wales (naufragado na costa do Rio Grande do Sul) e a prisão, pela polícia do Rio de Janeiro, de oficiais ingleses embriagados ensejaram as exigências descabidas de William D. Christie, embaixador britânico no Brasil. Por serem incompatíveis com a soberania nacional, D. Pedro II recusou-se a atendê-las, o que levou Christie a tomar medidas extremas, determinando o apresamento de navios brasileiros pela Marinha inglesa.

A vitória brasileira

A questão foi submetida ao arbitramento de Leopoldo I, rei da Bélgica. A decisão foi favorável ao Brasil, tendo antes o imperador brasileiro determinado o pagamento de 3.200 libras exigidas como indenização pela Inglaterra, a fim de obter a libertação dos navios brasileiros capturados.

O não cumprimento das determinações do laudo arbitral pelo governo britânico fez com que o Brasil rompesse as relações diplomáticas com aquele (1863). O reatamento somente ocorreria em setembro de 1865, quando a Inglaterra apresentou oficialmente a D. Pedro II escusas pelas violências de seu ministro.

Tratado Comercial de 1827: compõe-se dos mesmos Tratados de 1810. Recebeu tal denominação por ter sido renovado quando do reconhecimento da independência do Brasil pela Inglaterra.

Bill Aberdeen: ou Lei Aberdeen, proposta pelo Lord Aberdeen e aprovada pelo Parlamento inglês, proibia os navios negreiros de trafegarem pelo Atlântico, sob pena de apresamento.

Lei de 1831: elaborada pelo Ministro da Justiça (Padre Feijó), que não foi cumprida; “Lei para inglês ver”.

Exercícios Resolvidos

1 (UFG – MODELO ENEM) – Durante o Segundo Reinado, as relações entre o Brasil e a Inglaterra ficaram tensas. Nesse clima, a Questão Christie (1863) foi deflagrada pela

a) resistência das elites escravistas brasileiras em extinguir o tráfico de africanos, gerando descontentamento entre os diplomatas ingleses.

b) decisão do governo brasileiro de não renovar o tratado de comércio com a Inglaterra,

favorecendo a situação financeira do governo imperial.

c) aprovação da lei Bill Aberdeen pelo Parlamento inglês, proibindo o tráfico de escravos no Atlântico, sob pena de apreensão de navios negreiros.

d) pilhagem da carga de um navio inglês naufragado no Brasil e pelo aprisionamento, pela Inglaterra, de navios brasileiros no Rio de Janeiro.

e) instabilidade nas relações comerciais do Brasil com a Inglaterra, decorrente da entrada de produtos industrializados, principalmente dos Estados Unidos.

Resolução

A alternativa descreve as causas que levaram o Brasil a um choque de interesses diplomáticos com a Inglaterra durante a representação do embaixador William Dougal Christie.

Resposta: D

Exercícios Propostos

1 As palavras foram ditas por um diplomata inglês, no século passado:

“Nossas colônias não têm mais escravos. Por que outras áreas haverão de ter? Estamos montando negócios na África. Por que continuar com o tráfico negreiro, que tira nossa mão de obra de lá? Além disso, nem a servidão nem a escravidão cabem mais no mundo de hoje. Viva o trabalho assalariado! E que os salários sejam gastos na compra de nossas mercadorias.”

a) De acordo com esse diplomata, que interesses teria a Inglaterra em acabar com o tráfico de escravos e com a escravidão?

RESOLUÇÃO:

A escravidão era um empecilho à ampliação do mercado consumidor dos produtos ingleses, seja nas tradicionais áreas de exportação (América), seja nas áreas destinadas ao neocolonialismo (África).

b) No Brasil, que outros motivos levaram à abolição da escravidão?

RESOLUÇÃO:

O movimento abolicionista, após a Guerra do Paraguai, foi crescendo com a adesão do Exército, de intelectuais e jornalistas, forçando o governo a adotar leis que paulatinamente caminharam para a Abolição, em 13 de maio de 1888.

2 A orientação livre-cambista do Primeiro Reinado cedeu lugar ao protecionismo no Reinado de D. Pedro II. Por que as tarifas aduaneiras devidas, principalmente, ao ministro da Fazenda Manuel Alves Branco são consideradas protecionistas? Por que a inovação chegou a ser combatida?

RESOLUÇÃO:

São consideradas protecionistas porque elevaram em até 60% o valor dos impostos sobre a importação de produtos estrangeiros. Tal inovação prejudicava sensivelmente os negócios britânicos com o Brasil, que até então gozavam de tarifas preferenciais reduzidas.

3 Leia as proposições abaixo:

I. A cessação do tráfico negreiro (1850) não provocou escassez de mão de obra para os fazendeiros das províncias do Norte, graças ao grande número de escravos adquiridos nos Estados Unidos.

II. Uma das primeiras tentativas de implantação do trabalho livre, no Brasil, foi o sistema de parceria.

III. A industrialização foi possível, entre outros fatores, pela acumulação de capital proveniente da economia cafeeira.

Assinale

a) se todas as proposições forem verdadeiras.

b) se apenas forem verdadeiras as proposições I e II.

c) se apenas forem verdadeiras as proposições I e III.

d) se apenas forem verdadeiras as proposições II e III.

e) se todas as proposições forem falsas.

RESOLUÇÃO:

O fim do tráfico escravista gerou a necessidade premente de trabalhadores para a lavoura cafeeira – o que foi obtido graças à vinda de emigrantes europeus.

Resposta: D

4 O *Bill Aberdeen*, aprovado pelo Parlamento inglês em 1845, foi

- a) uma lei que abolia a escravidão nas colônias inglesas do Caribe e da África.
- b) uma lei que autorizava a Marinha a apresar navios negreiros em qualquer parte do Oceano.
- c) um tratado pelo qual o governo brasileiro privilegiava a importação de mercadorias britânicas.
- d) uma imposição legal de libertação dos filhos recém-nascidos de mãe escrava.
- e) uma proibição de importação de produtos brasileiros para que não concorressem com os das colônias antilhanas.

RESOLUÇÃO:

A Inglaterra resolveu pressionar – com a força dos canhões da sua poderosa Marinha – pelo fim do comércio de escravos africanos.

Resposta: B

5 Caracterize a política externa do Segundo Reinado.

RESOLUÇÃO:

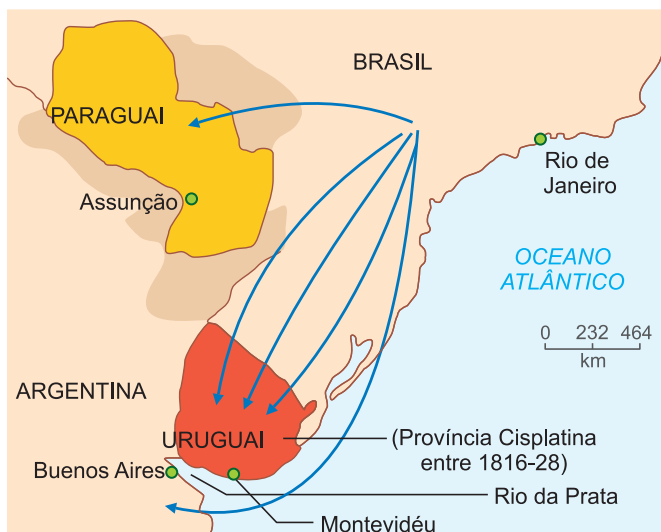
Marcou-se pela Política de Prestígio (destinada a reverter a imagem desvirtuada e até excêntrica do País), pela afirmação da soberania nacional em relação aos países europeus e pelo intervencionismo na região da Bacia do Prata.

6 Quais os antecedentes que levaram ao rompimento das relações diplomáticas entre Brasil e Inglaterra?

RESOLUÇÃO:

O não cumprimento dos Tratados de 1827 (e a não prorrogação deles), o protecionismo da Tarifa Alves Branco e a arbitrariedade dos ataques a navios brasileiros, tendo por base a *Bill Aberdeen*.

7 (UFRRN – MODELO ENEM) – No século XIX, após a Independência, o Brasil desenvolveu relações internacionais com outros países da América do Sul. Essas relações estão representadas no mapa abaixo:



VICENTINO, Cláudio, DORIGO, Gianpaolo. *História para o ensino médio: história geral e do Brasil*. São Paulo: Scipione, 2001. p. 401. (Série Parâmetros)

O mapa se refere às

- a) disputas e aos conflitos que expressam uma ação imperialista do Brasil, que inclui tentativas de anexação territorial.
- b) relações econômicas do Brasil, sobretudo as exportações de café, cuja produção se concentrava no Vale do Paraíba.
- c) tentativas do governo brasileiro de integrar o território nacional às regiões vizinhas, por meio de investimentos nos transportes fluviais.
- d) ações de investimento integradas entre o governo brasileiro e o Barão de Mauá, procurando conter o avanço comercial dos ingleses.
- e) invasões brasileiras da Província Cisplatina para garantir a posse da Colônia de Sacramento.

RESOLUÇÃO:

O mapa serve para ilustrar a política externa do Império brasileiro para salvaguardar seus interesses na região do Prata. Por causa da data apresentada (1816-28) no mapa, entende-se: a invasão e anexação da Cisplatina por ordem de D. João VI; como território pertencente ao Brasil durante parte do Primeiro Reinado até a Guerra de Independência (1827-28) que levou a região a ser denominada de Uruguai. Posteriormente, o Brasil guerreou contra os presidentes Rosas (Argentina) e Oribe (Uruguai) em 1851-52; interferiu substituindo o presidente blanco – Aguirre, pelo colorado – Rosas, em 1864; e, finalmente, a Guerra contra o Paraguai entre (1864-70).

Resposta: A

1. Intervenções na região do Prata

Além de seu interesse em manter o equilíbrio sul-americano, o Império Brasileiro zelava pela liberdade de navegação na Bacia do Prata, a fim de garantir o acesso fluvial ao Mato Grosso. Deve-se considerar ainda que a identidade econômica e social do Rio Grande do Sul com a América Platina criava condições para sucessivas lutas fronteiriças, ameaçando a segurança na região sulina.



Solano López, admirador de Napoleão III, pretendia com sua política expansionista estender o território paraguaio, ocupando o Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Uruguai e parte da Argentina.

A primeira intervenção no Uruguai

O Uruguai (antiga Província Cisplatina, independente desde 1828) não encontrara estabilidade. Sua vida política marcava-se pelas lutas caudilhescas, nas quais se defrontavam dois partidos: **Blanco** (ligado aos pecuaristas e pró-Argentina) e **Colorado** (ligado aos comerciantes e próximo ao Brasil). As guerras do Prata, que acarretariam o envolvimento do Império Brasileiro, sempre tiveram como ponto de partida a instabilidade política reinante na República do Uruguai.

A primeira intervenção do Brasil no Prata (1851-52) deu-se contra Oribe, caudilho blanco do Uruguai, e Rosas, ditador da Argentina. O primeiro rebelara-se contra a preponderância dos colorados no governo do Uruguai, no que era auxiliado por Juan Manuel Rosas, o qual por sua vez planejava restaurar a unidade territorial do antigo Vice-Reino do Prata. As violações da fronteira gaúcha pelos partidários de Oribe serviriam de pretexto para a intervenção de tropas brasileiras no Uruguai; estas, aliadas ao caudilho argentino Urquiza, governador de Entre-Rios, invadiram em seguida a Argentina pelo Passo de Toneleros, derrotando Rosas na Batalha de Montes Caseros.

A segunda intervenção

A segunda intervenção do Uruguai está estreitamente ligada à Guerra do Paraguai (1864-70). Venâncio Flores, do Partido Colorado, tentava derrubar o governo blanco de Atanásio Aguirre. Para tanto, contava com o apoio da Argentina e do Brasil, enquanto Aguirre era apoiado por Solano López, ditador do Paraguai.

Os saques a fazendas gaúchas levaram o governo brasileiro a exigir, por intermédio da Missão Saraiva, que o governo uruguaio indenizasse os prejuízos causados. Diante da recusa uruguaia, Saraiva retirou-se para Buenos Aires, de onde enviou a Aguirre um ultimato que foi devolvido. Seguiu-se a invasão do território uruguaio pelas tropas do general Mena Barreto e pela esquadra do vice-almirante Tamandaré, que tomou os portos de Salto e Payssandu. O governo blanco acabou capitulando e Venâncio Flores assumiu o poder.



Duque de Caxias, que deteve o comando das tropas brasileiras na Guerra do Paraguai. Museu Imperial, RJ.



Óleo de Pedro Américo. General Osório foi estrategista e o primeiro brasileiro a pisar no Paraguai durante a ofensiva brasileira.

2. A Guerra contra o Paraguai

A Guerra do Paraguai, sem dúvida o maior conflito em que se envolveu o Império Brasileiro, constitui um marco importante em nossa evolução histórica, tendo em conta as alterações por ela provocadas.

As origens da guerra podem ser analisadas de diferentes pontos de vista. Para alguns estudiosos paraguaios, o país foi agredido pelo Brasil devido a um complotô maçônico.

Segundo alguns historiadores brasileiros, o líder paraguaio Francisco Solano López, grande admirador do imperador francês Napoleão III, vinha fortalecendo militarmente seu país com vistas à formação do Grande Paraguai, que abrangeria províncias argentinas, o Uruguai, o Rio Grande do Sul e Mato Grosso. O potencial militar paraguaio representava uma séria ameaça à hegemonia brasileira na região platina. Na década de 1860 vários livros sustentaram que a Grã-Bretanha impelia o Império contra o Paraguai, pois o modelo econômico desse país (autárquico e economicamente independente) constituía um exemplo que aos britânicos interessava destruir.

Atualmente, uma nova versão apresenta a Inglaterra buscando, diplomaticamente, a todo o custo impedir o conflito. Entretanto, ao perceber a inevitabilidade da guerra, optou por apoiar o país com o qual tinha maior afinidade política e econômica – o Brasil.

Diante da intervenção do Brasil no Uruguai, realizada apesar de uma nota de advertência paraguaia, López ordenou o apresamento do navio brasileiro *Marquês de Olinda*, em novembro de 1864.

Em seguida, determinou a invasão do território mato-grossense.

Contando com um grande e bem treinado Exército, o Paraguai invadiu também a Argentina e o Uruguai, que formaram com o Brasil o Tratado da Tríplice Aliança.

A vitória do almirante Barroso na *Batalha do Riachuelo* isolou as tropas paraguaias que haviam atacado o Rio Grande do Sul, as quais se viram forçadas à rendição em Uruguiana.

Em seguida, as tropas aliadas invadiram o Paraguai, travando-se em *Tuiuti* a maior batalha da América do Sul.

Depois que a esquadra imperial transpôs a passagem defendida pela Fortaleza de Humaitá, as tropas brasileiras rumaram para Assunção, derrotando o inimigo em *Itororó*, *Lomas Valentinas* e *Avai*, numa série de vitórias comandadas por Caxias e conhecidas como *Dezembrada*.

Ocupada a capital inimiga, Caxias deu por encerrada a guerra, mas López conseguiu furar o cerco a Assunção e fugir. D. Pedro II só aceitava o fim da guerra com a prisão ou a morte do líder paraguaio. A luta prosseguiu na Campanha das Cordilheiras, sob o comando do Conde d'Eu (marido da princesa Isabel) até a vitória final em Cerro Corá, onde foi morto Solano López.

A Guerra do Paraguai valeu ao Brasil uma grave crise econômica e uma enorme dívida externa; em contrapartida, o país passou a contar com um Exército regular, cuja influência política iria crescer com o tempo. Além disso, iriam desenvolver-se no Brasil as ideias abolicionistas e republicanas.



Sem dúvida, mesmo que a Grã-Bretanha não tenha incitado à guerra, certamente foi beneficiada economicamente por ela, devido a constantes empréstimos oferecidos à Tríplice Aliança para custeá-la.

Quanto ao Paraguai, a guerra destruiu-o economicamente e sua população foi drasticamente reduzida. O Brasil impôs-lhe o pagamento de uma dívida de guerra, a qual acabou sendo perdoadada no governo de Getúlio Vargas.

DEFICIT ORÇAMENTÁRIO DO IMPÉRIO DURANTE A GUERRA DO PARAGUAI			
Ano	Receita	Despesas	Deficit
1864	58 356 845\$210	59 393 004\$588	1 036 159#378
1865	61 058 419\$862	86 325 372\$087	25 266 952\$225
1866	63 511 500\$842	125 366 074\$524	61 854 573\$682
1867	70 086 253\$534	124 489 259\$163	54 403 005\$629
1868	75 668 416\$862	169 536 838\$075	93 868 421\$213
1869	92 586 038\$574	154 558 272\$061	61 972 233\$487
1870	101 335 401\$827	102 405 859\$794	1 070 457\$967
Deficit total acumulado em contos de réis 299 471 803\$581			

Exercícios Resolvidos

1 (PUC-MG – MODELO ENEM) – Observe com atenção os mapas a seguir:



Eles mostram um momento de conflito que envolve os brasileiros no século XIX, ou seja,

- a) as regiões dos conflitos entre espanhóis e sulistas pelo monopólio do charque.
- b) os confrontos armados entre os Sete Povos das Missões e colonos.
- c) o terreno das disputas entre as tropas farroupilhas e as tropas do exército.
- d) as áreas de combate na Guerra do Paraguai e locais das batalhas decisivas.
- e) os conflitos entre o Brasil e os países que procuravam reconstituir o antigo Vice-Reino do Prata.

Resolução

Mera interpretação dos mapas a respeito do conflito que envolveu o Paraguai e a Tríplice Aliança formada pelo Brasil, Argentina e Uruguai.

Resposta: D

2 (PUCCAMP – MODELO ENEM) – Leia os trechos do poema.

“O Leão Britânico rugue,
Impera,
Domina,
Quer o mundo a seus pés;
(...)
O Leão não admite concorrência,
Para isso tem dentes ávidos,
Estômago de máquina a vapor,
Cérebro capaz de gerar navios,

Frotas, esquadras inteiras,
Ele próprio ancorado
No canal da Mancha.
O Leão se alimenta de ouro, prata,
De toneladas de algodão,
Devora carne humana
Com sua boca de fornalha.

Que é esse esquilo
Que incomoda a sua cauda?
Essa república insubmissa
Fora do controle de suas unhas?
(...)

Com intrigas e chacinas,
Há que se jogar irmão contra irmão
Na América Latina.”

(Raquel Naveira. *Guerra entre irmãos*.
Campo Grande: s/ed., 1993, p. 17-8)

O poema traduz uma interpretação do envolvimento direto da Inglaterra na Guerra

- a) da Cisplatina, disputa entre Argentina e Brasil para decidir a quem pertenceria a chamada "Banda Oriental" (atual Uruguai).
- b) do Pacífico, um conflito entre Argentina e Paraguai pela disputa de uma saída para o Oceano Pacífico.
- c) do Paraguai, momento em que a Tríplice Aliança desencadeia uma luta contra o interesse do Paraguai de obter acesso ao Oceano Atlântico.
- d) contra Aguirre, quando as forças militares do governo brasileiro invadiram o Uruguai, em razão dos conflitos de terra na fronteira entre os dois países.
- e) contra Rosas, marcando um intenso conflito entre Brasil e Argentina pela anexação do Uruguai e Paraguai.

Resolução

Ainda persiste em muitos vestibulares do Brasil a visão historiográfica surgida nos anos 70 entre alguns historiadores sul-americanos, que considera o imperialismo inglês o verdadeiro motivo da Guerra do Paraguai. A versão mais atualizada demonstra que as causas do conflito eram os diferentes interesses envolvendo esses dois países. De um lado, o Paraguai aspirava expandir o seu território e obter uma saída para o mar; e por outro lado, o Brasil desejava preservar sua integridade territorial e garantir a livre navegação de seus navios e produtos pelos rios que compõem a bacia hidrográfica do Prata.

Resposta: C

Exercícios Propostos

1 Quais os argumentos utilizados pelo Brasil para intervir constantemente no Uruguai?

RESOLUÇÃO:

A necessidade de defender as fronteiras brasileiras que eram violadas com o intuito de roubar gado das estâncias no Rio Grande do Sul.

2 Qual era a situação econômica do Paraguai às vésperas da Guerra da Tríplice Aliança?

RESOLUÇÃO:

O Paraguai passava por um período de prosperidade e desenvolvimento com bases autônomas.

3 Quais as consequências da Guerra do Paraguai para o Brasil e o Paraguai?

RESOLUÇÃO:

Brasil: aumento da dívida externa, profissionalização do Exército que passou a defender ideais republicanos e abolicionistas e a crise do regime imperial.

Paraguai: destruição total de sua economia e Exército; grande número de mortos entre a população do sexo masculino; perda de territórios; pagamento de uma dívida de guerra para com o Brasil (que seria perdoada no governo de Vargas).

4 A Guerra do Paraguai (1864-1870) contra o Brasil, Argentina e Uruguai refletiu os antagonismos do processo de formação dos Estados Nacionais na região do Rio da Prata. A eclosão dos conflitos foi motivada, de modo imediato, pela

- a) defesa brasileira da liberdade de navegação nos rios da região, garantindo a presença comercial do Império no Prata.
- b) tentativa de Solano López de expandir as fronteiras paraguaias, estendendo-as até o mar, para formar o "Paraguai Maior".
- c) política de modernização econômica e militar em virtude da qual o Paraguai passou a utilizar tecnologia estrangeira.
- d) intervenção brasileira no Uruguai, ignorando o ultimato de Solano López, contrário a interferências nas lutas daquele país.
- e) disputa entre "blancos" e "colorados" no Uruguai juntamente com a influência de pecuaristas gaúchos na política platina.

RESOLUÇÃO:

López saiu em socorro de seu aliado Aguirre (blanco), tirado do poder pelo Brasil, que colocara Venâncio Flôres (colorado) como novo presidente do Uruguai.

Resposta: D

5 Apresente duas versões discordantes sobre a participação da Inglaterra na Guerra do Paraguai.

RESOLUÇÃO:

A primeira afirma que a Inglaterra incitou os países da Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai) a destruir o desenvolvimento econômico autônomo do Paraguai. A segunda afirma que os ingleses buscaram evitar o conflito de interesses entre Brasil e Paraguai, por intermédio de seus diplomatas; não conseguindo obter uma solução conciliatória, optou então por apoiar o Brasil (tradicional aliado e parceiro econômico).

6 (MODELO ENEM) – Observe a charge de Ângelo Agostini, publicada no periódico A Vida Fluminense, em 11 de junho de 1870.



A charge expressa

- a) a violência e brutalidade do regime escravista, que reconhecia a humanidade do escravo, mas o obrigava a trabalhar sem remuneração e punia o menor erro ou descuido.
- b) o paradoxo decorrente da incorporação de escravos no Exército brasileiro e de sua participação nas lutas travadas em defesa do país na segunda metade do século XIX.
- c) a tomada de posição dos oficiais do Exército brasileiro que, a partir de 1850, não só se negaram a perseguir os escravos fugitivos, como os abrigaram nos quartéis.
- d) o programa imperial de rápida abolição da mão de obra escrava, especificamente nas grandes cidades brasileiras.
- e) a intensificação da repressão aos quilombos e à fuga de escravos, que cresceu na medida em que se fortaleciam os movimentos em prol da abolição do regime.

RESOLUÇÃO:

A charge mostra em primeiro plano um negro fardado e consternado com outros negros sendo castigados no tronco. Muito desses soldados, que foram fundamentais para a vitória brasileira na Guerra do Paraguai, eram ex-escravos, alforriados quando da sua incorporação ao Exército.

Resposta: B

1. Introdução

A crise do Império Brasileiro é explicada, essencialmente, pela inadequação do regime monárquico às transformações processadas na economia e na sociedade, a partir da segunda metade do século XIX. Com efeito, o remanejamento político-administrativo atenderia às necessidades do crescimento econômico do país, bem como aos interesses dos grupos sociais preponderantes. As questões Abolicionista e Religiosa, agravadas pelas tensões sociais e econômicas, precipitaram a Questão Política. A Questão Militar apresentou-se, num último momento, como o elemento catalisador de todos os problemas no âmbito político.

Podemos concluir que a crise fundamental do Império ocorria no nível socioeconômico; entretanto, o encaminhamento para sua solução se fez na esfera política, conduzindo o país à forma republicana de governo.

2. A Questão Social: o abolicionismo

Desde o Período Colonial, o escravismo vinha sendo a fórmula adequada para o aproveitamento do imenso território brasileiro. A escravidão moderna foi a forma para o capitalismo se efetivar na periferia do sistema.

No Brasil Imperial, como em toda a América, subsistia o motivo justificativo do trabalho escravo: a predominância da grande propriedade. E, além de sustentáculo da estrutura econômica, o escravismo era também o vínculo da estrutura social.

Foram os próprios negros, com a formação dos quilombos, que pela primeira vez contestaram a escravidão. Nos movimentos emancipacionistas (Inconfidência Mineira, Conjuração Baiana e Revolução Pernambucana de 1817), foi cogitada a abolição da escravatura.

A pressão britânica para a suspensão do tráfico negreiro, desde o início do século XIX, culminou com o *Bill Aberdeen* (1845), pelo qual a Inglaterra se arrogava o direito de apresar navios negreiros. Esta decisão do Parlamento, por sua vez, condicionou a promulgação da primeira lei restritiva ao tráfico negreiro no Segundo Reinado, a *Lei Eusébio de Queirós* (1850), complementada pela *Lei Nabuco de Araújo* (1854).

Como consequência da cessação do tráfico, elevou-se o preço dos escravos, intensificando-se o comércio interno de negros; paralelamente, apresentou-se a imigração europeia como solução para o problema de mão de obra.

3. A campanha abolicionista

A abolição tornou-se um imperativo depois da extinção do tráfico, não só pelo decréscimo que se registrava na população escrava (em parte devido às suas precárias condições de vida material), mas porque era mais vantajoso o trabalho livre em virtude de sua maior produtividade e dos menores riscos de investimento. Para a economia cafeeira, o assalariado, além de atender à contínua expansão dos cafezais, constituía um elemento dinâmico na formação de um mercado de consumo e, portanto, de novas áreas de investimento de capital.

Em 1868, o Partido Liberal assumiu, publicamente, o compromisso de bater-se pela emancipação dos escravos.

Os conservadores, então no poder, promulgaram, em 1871, uma lei temporizadora, feita para mudar pouca coisa e deixar quase tudo como estava, a **Lei do Ventre Livre**, obra do gabinete do Visconde do Rio Branco. Por ela, o recém-nascido era considerado livre e ingênuo e ficaria sob a tutela do dono de sua mãe ou de uma instituição (a ser criada) até que atingisse a idade de oito anos. A partir dessa idade o tutor teria direito, a título de ressarcimento, a serviços prestados pela criança até que ela completasse 21 anos.

Em 1880, organizam-se no Rio as sociedades abolicionistas, posteriormente coordenadas pela "Confederação Abolicionista". Essas sociedades reuniam vultos importantes: Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, José do Patrocínio, Luís Gama e André Rebouças. Em 1884, Ceará e Amazonas anteciparam-se extinguindo totalmente, em seus territórios, o regime escravista.

Multiplica-se a fuga de escravos. O Exército, convocado para persegui-los, recusa-se a prestar-se à "condição de capitão do mato" (representação de Deodoro da Fonseca em 1887).

O crescimento da campanha abolicionista levou a alguns avanços, preocupando os defensores da escravidão e pressionando, cada vez mais fortemente, o governo.

Novamente a administração imperial tentou temporizar procurando aprovar um projeto de lei que provocou um debate violentíssimo na Câmara e resultou, por pressão dos escravistas, na **Lei Saraiva – Cotegipe** (também conhecida como Lei dos Sexagenários, por libertar os escravos de mais de 60 anos) em 1885.

A solução definitiva já não admitia maiores delongas. Um levantamento feito da população escrava, em 1887, revelava que, de um total de cerca de 13.500.000 indivíduos, havia somente 723.419 escravos.



A Princesa Isabel, que assinou a Lei Áurea.

O gabinete conservador de João Alfredo promoveu, então, a votação da **Lei Áurea**, sancionada pela Regente Princesa Isabel, em 13 de maio de 1888. A escravidão estava extinta no Brasil, mas o Império via definitivamente comprometidas suas possibilidades de permanência.

Com a abolição do escravismo, sem indenização aos proprietários, a aristocracia escravista, arruinada, lançou sobre a Monarquia a culpa por sua desgraça, passando a engrossar as fileiras do movimento republicano ("Republicanos do 13 de Maio"). A marginalização socioeconômica do negro liberto tornou-se um fenômeno nacional já nos fins do século XIX, pois à liberdade jurídica não corresponderam as demais liberdades essenciais à sua integração na sociedade.

4. A Questão Religiosa

A Constituição Imperial de 1824 preservou um dos mecanismos do Antigo Regime, submetendo a Igreja ao Estado (regalismo). Assim, concedeu ao Governo Imperial a faculdade de intervir na criação e preenchimento dos cargos eclesiásticos: o padroado.

O Imperador exercia também a faculdade de examinar os atos da Santa Sé que, antes de entrar em execução no país, recebiam a autorização (*beneplácito*) do Imperador.

Por sua vez, a Maçonaria, atuante no Brasil por ocasião da Independência, assumiu um papel mais benéfico que político, sendo composta inclusive pelos principais nomes da política imperial. Contudo, o papa Pio IX publicou a *Encíclica Quanta Cura* (1864), a qual vinha acompanhada com 80 proposições aos católicos, denominado *Syllabus*, que continha condenações à participação de maçons na Igreja e de católicos na Maçonaria. Apesar de condenada pelo papa, verificava-se no Brasil uma certa tolerância por parte das autoridades eclesiásticas, pois seus membros eram simultaneamente católicos e maçons.



Espadim, faixa e malhete, objetos usados nos ritos maçônicos.

A Questão Religiosa (ou Episcopo-Maçônica) prende-se a vários incidentes ocorridos entre autoridades eclesiásticas e membros da maçonaria, a partir de 1872: punição do Padre Almeida Martins (RJ), por haver pronunciado um discurso na maçonaria; interdição, pelos bispos de Olinda (D. Vital Maria de Oliveira) e Belém (D. Antônio de Macedo Costa), de várias irmandades religiosas, pela não obediência ao disposto pela *Syllabus*, do papa Pio IX, que exigia a eliminação dos elementos pertencentes à maçonaria. Note-se, porém, que a Encíclica não recebera a aprovação do Governo Imperial.

Forte campanha foi iniciada pela imprensa contra a Igreja, tornando-se necessária a intervenção das autoridades imperiais. Como resultado, foram os bispos de Olinda e Belém condenados a quatro anos de prisão, por influência do Presidente do Conselho de Ministros, Visconde do Rio Branco (Grão-Mestre da Maçonaria). Apesar da anistia concedida em 1875 pelo Gabinete Caxias, evidenciou-se o conflito latente entre a Igreja e o Estado.

5. As Questões Militares

Até o término da Guerra do Paraguai, o Exército era politicamente ausente do Brasil; porém, essa guerra exigiu uma força militar tecnicamente apta e com um quadro de oficiais profissionais, com preparo altamente qualificado.



Benjamin Constant, líder do movimento republicano dentro do Exército.

O Exército foi, desta sorte, reduzindo a Guarda Nacional a uma posição inexpressiva. Entretanto, o Exército era mantido numa posição de segundo plano político, determinando o descontentamento de muitos oficiais: o principal propagandista contra o governo era Benjamin Constant, oficial e professor da Escola Militar.

Vários fatores concorrem ainda para as questões: a proibição de pronunciamentos militares pela imprensa; a influência do positivismo, propagado entre os militares; e o paisanismo do Imperador.



Saiba mais

Positivismo

Corrente filosófica criada pelo francês Auguste Comte, no século XIX, que afirmava a existência de três estados: o **Teológico**, onde o homem procura suas respostas por meio da divindade; o **Metafísico**, no qual, aos poucos, se abandonam as certezas religiosas para buscar explicações naturais para os fenômenos; e o estado **Científico**, no qual o homem analisa os fenômenos da natureza para encontrar as leis que a regem.

De acordo com essa filosofia, o mesmo método de experimentação e observação das ciências exatas deveria ser aplicado às ciências humanas e o cientista seria neutro diante do fenômeno, descrevendo simplesmente os seus resultados.

Seu lema fundamental é: "o Amor por princípio e a Ordem por base; o Progresso por fim".

O espírito de classe manifestou-se vivamente entre os militares, não tolerando que os "casacas" pudessem ofender os "homens de farda", mesmo quando estes assumissem atitudes capazes de suscitar controvérsias.

A primeira questão refere-se ao tenente-coronel Sena Madureira, que se pronunciou pela imprensa, atacando o projeto de reforma do **Montepio** Militar. Foi após esse episódio que o governo proibiu os militares de se manifestar pela imprensa.

A segunda questão prende-se à demissão de Sena Madureira do comando da Escola de Tiro de Campo Grande (Rio de Janeiro) pela recepção que dera, naquela entidade, ao jangadeiro cearense Francisco Nascimento, que evitara o embarque de escravos de Fortaleza para o sul.

A terceira questão resultou de uma inspeção de rotina no Piauí, na qual o coronel Cunha Matos verificara o extravio de fardamentos, além de negociatas com soldados das praças, e propusera a remoção do comandante do quartel, acusado de haver agido desonestamente. Cunha Matos defendeu-se pela imprensa, o que lhe valeu uma prisão de 48 horas.

A punição provoca enorme mal-estar, recebendo Cunha Matos a solidariedade de inúmeros oficiais de alta patente, inclusive do Marechal Deodoro da Fonseca.

Um manifesto em termos enérgicos foi redigido e o governo imperial suspendeu as penas impostas.

A progressiva intervenção dos militares nas questões políticas caracteriza uma fase de acentuada decomposição do Império, motivada pelo enfraquecimento da base que o sustentava: a aristocracia escravista, profundamente abalada pelas campanhas abolicionistas. Aos poucos, surgia a preponderância do "poder militar" sobre o "poder civil".

Montepio: instituição assistencialista, mantida por associados, que concede empréstimos em condições especiais e oferece uma série de benefícios (subsídio em caso de doença, assistência médica e farmacêutica etc.) aos associados e/ou a seus familiares. *Dicionário Houaiss*

Exercícios Resolvidos

1 (UNIFESP – MODELO ENEM) – "Tudo compreendeu o meu bom Pancrácio; daí para cá, tenho-lhe despedido alguns pontapés, um ou outro puxão de orelhas, e chamo-lhe besta quando lhe não chamo filho do diabo; cousas todas que ele recebe humildemente, e (Deus me perdoe!) creio que até alegre."

(Machado de Assis. "Bons dias!",

In: *Obra completa*, vol. III.

Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1986.)

O fragmento é de uma crônica de 19 de maio de 1888, que conta o caso, fictício, de um escravista que se converteu à causa abolicionista poucos dias antes da Lei Áurea e agora se gabava de ter alforriado Pancrácio, seu escravo. O ex-proprietário explica que Pancrácio, além de continuar a apanhar, recebe um salário pequeno. Podemos interpretar tal crônica machadiana como uma representação da

a) ampla difusão dos ideais abolicionistas no Segundo Império, que apenas formalizou, com a Lei Áurea, o fim do trabalho escravo no Brasil.
b) aceitação rápida e fácil pelos proprietários de escravos das novas relações de trabalho e da

necessidade de erradicar qualquer preconceito racial e social.

c) mudança abrupta provocada pela abolição da escravidão, que trouxe sérios prejuízos para os antigos proprietários e para a produção agrícola.

d) falta de consciência dos escravos para a necessidade de lutar por direitos sociais e pela recuperação de sua identidade africana.

e) persistência da mentalidade escravista, que reproduzia as relações entre senhor e escravo, mesmo após a proclamação da Lei Áurea.

Resolução

A abolição da escravatura (13 de maio de 1888) não representou para os negros o fim do preconceito, nem a obtenção de igualdade social e de tratamento. Um outro exemplo histórico posterior, envolvendo maus-tratos e preconceito racial, foi a Revolta da Chibata (Rio de Janeiro, 1910). A questão remete a um tema da atualidade brasileira, qual seja da persistência de preconceitos herdados de nosso passado escravista e que se manifestam em detrimento de uma grande parcela de cidadãos.

Resposta: E

2 (UFRRS – MODELO ENEM) – Observe a gravura a seguir



A charge faz referência à chamada "Questão Religiosa", ocorrida durante o Segundo Reinado. Essa disputa entre o Estado Imperial e a Igreja Católica aconteceu devido a

a) rejeição, pelo governo, dos dispositivos da bula 'Syllabus', baixada pelo papa Pio IX, que proibia a permanência de membros da maçonaria dentro dos quadros da Igreja.

b) adesão do governo de Dom Pedro I aos tratados de livre-comércio de escravos, o que era condenado pela Santa Sé, com base em argumentos de cunho moral.

c) rejeição da encíclica 'Rerum Novarum', baixada pelo papa Leão XIII, que defendia a coexistência harmoniosa do capital e do trabalho, no sentido de evitar a luta de classes.

d) adesão do governo imperial aos ditames do Tratado de Latrão, que limitava os poderes da Igreja expressos na instituição do Padroado.

e) recusa do governo de Dom Pedro II em aceitar as manobras parlamentares dos deputados católicos, visando à extinção do direito do Padroado.

Resolução

Desde a Constituição de 1824, a Igreja Católica brasileira estava submissa aos interesses do Estado – era o regalismo. Por influência de maçons, o governo recusou a proibição papal e

prende dois bispos relutantes, levando grande parte do clero a retirar o apoio ao governo imperial e a desejar o fim da submissão.

Resposta: A



Exercícios Propostos

1 Relacione as chamadas "questões" do Império com o advento da República.

RESOLUÇÃO:

O desgaste do Império com três importantes bases de sustentação do regime: a aristocracia rural (que não foi indenizada com a abolição da escravatura); a Igreja Católica (interessada no fim do regalismo e padroado); e o Exército (impedido de expressar suas ideias abolicionistas, republicanas e positivistas) contribuíram para a Proclamação da República.

2 Aponte os desdobramentos da Lei Áurea.

RESOLUÇÃO:

A assinatura da Lei Áurea teve dois importantes desdobramentos: não previa indenização aos ex-proprietários de escravos, o que levou os fazendeiros a aderir ao movimento republicano ("Republicanos do 13 de maio"); os escravos, apesar de libertos, não foram integrados à sociedade brasileira, sofrendo com o racismo e a exclusão social.

3 Dê as origens da Questão Religiosa.

RESOLUÇÃO:

A Questão Religiosa tem como causas: a submissão da Igreja Católica aos interesses do Estado brasileiro e o desejo de romper com essa sujeição; o veto imperial à Encíclica *Quanta Cura* (e seus ensinamentos – *Syllabus*) que proibia os católicos de serem maçons; a grande participação de maçons na vida pública brasileira; e a prisão de dois bispos que desobedeceram à determinação imperial sobre o assunto.

4 Aponte as transformações ocorridas no Exército após a Guerra do Paraguai.

RESOLUÇÃO:

Vitorioso na Guerra, o Exército tornou-se profissional e influenciado por ideias republicanas, abolicionistas e positivistas, adquirindo consciência de seu papel político no governo imperial. Ao desejar influir nas discussões políticas do País, foi impedido e relegado a segundo plano, o que acabou gerando atritos com o regime político vigente e o desejo de pôr fim ao Império no Brasil.

5 O descontentamento do Exército, que culminou na Questão Militar no final do Império, pode ser atribuído

- a) às pressões exercidas pela Igreja junto aos militares para abolir a monarquia.
- b) à propaganda do militarismo sul-americano na imprensa brasileira.
- c) às tendências ultrademocráticas das forças armadas, que desejavam conceder maior participação política aos analfabetos.
- d) à ambição de iniciar um programa de expansão imperialista na América Latina.
- e) à predominância do poder civil que não prestigiava os militares e lhes proibia o debate político pela imprensa.

RESOLUÇÃO:

De fundamental importância na vitória do Brasil sobre o Paraguai, os militares acreditavam que deveriam participar das discussões políticas do Império.

Resposta: E

6 A Lei Eusébio de Queirós (1850) extinguiu no Brasil o tráfico de escravos condenando a estrutura escravista. A partir de então, a elite preocupou-se em garantir que a abolição definitiva não prejudicasse os interesses dos proprietários.

A esse respeito, julgue os itens e escreva nos parênteses (V) se for verdadeiro ou (F) se for falso.

() A Lei Visconde do Rio Branco ou Lei do Ventre Livre estabelecia que a partir de 1871 todos os filhos de escravos seriam livres devendo ficar com a mãe até os 8 anos, quando o proprietário receberia uma indenização, ou seriam mantidos até os 21 anos, para ressarcir os gastos com seu sustento.

() Em 1885 a Lei Saraiva-Cotegipe ou Lei do Sexagenário libertava o escravo com mais de 60 anos. Quando aplicada, desamparava o escravo que com essa idade tinha dificuldade de prover seu sustento.

() O exército desempenhou um importante papel na captura de escravos fugitivos sendo, até a abolição, importante aliado dos proprietários.

RESOLUÇÃO:

Resposta: V, V, F.

O Exército era abolicionista e se recusava a fazer o papel de "capitão do mato".

7 (ENEM) – O abolicionista Joaquim Nabuco fez um resumo dos fatores que levaram à abolição da escravatura com as seguintes palavras:

"Cinco ações ou concursos diferentes cooperaram para o resultado final: 1) o espírito daqueles que criavam a opinião pela ideia, pela palavra, pelo sentimento, e que a faziam valer por meio do Parlamento, dos *meetings* [reuniões públicas], da imprensa, do ensino superior, do púlpito, dos tribunais; 2) a

ação coercitiva dos que se propunham a destruir materialmente o formidável aparelho da escravidão, arrebatando os escravos ao poder dos senhores; 3) a ação complementar dos próprios proprietários, que, à medida que o movimento se precipitava, iam libertando em massa as suas 'fábricas'; 4) a ação da política dos estadistas, representando as concessões do governo; 5) a ação da família imperial."

(Joaquim Nabuco. *Minha formação*.

São Paulo: Martin Claret, 2005. p. 144. Adaptado.)

Nesse texto, Joaquim Nabuco afirma que a abolição da escravatura foi o resultado de uma luta

a) de ideias, associada a ações contra a organização escravista, com o auxílio de proprietários que libertavam seus escravos, de estadistas e da ação da Família Imperial.

b) de classes, associada a ações contra a organização escravista, que foi seguida pela ajuda de proprietários que substituíam os escravos por assalariados, o que provocou a adesão de estadistas e, posteriormente, ações republicanas.

c) partidária, associada a ações contra a organização escravista, com o auxílio de proprietários que mudavam seu foco de investimento e da ação da Família Imperial.

d) política, associada a ações contra a organização escravista, sabotada por proprietários que buscavam manter o escravismo, por estadistas e pela ação republicana contra a realeza.

e) religiosa, associada a ações contra a organização escravista, que fora apoiada por proprietários que haviam substituído os seus escravos por imigrantes, o que resultou na adesão de estadistas republicanos na luta contra a realeza.

RESOLUÇÃO:

A alternativa resume as "cinco ações ou concursos diferentes [que] cooperaram para o fim da escravatura no Brasil.

Resposta: A

Módulo

29

Movimento Republicano

Palavras-chave:

• Positivismo • Federalismo

1. Crescimento e crise

Durante a segunda metade do século XIX, o Império Brasileiro conheceu mudanças na economia e na sociedade. Desenvolvia-se a lavoura do café, principalmente no Oeste Paulista. A exportação de borracha crescia. Esboçava-se um mercado interno, graças à maior utilização do trabalho assalariado, condicionando um "surto" industrial, a partir de 1874. Multiplicavam-se os organismos de crédito, enquanto os transportes se desenvolviam, principalmente o ferroviário.

A população atingia 14 milhões de habitantes após 1880, ocorrendo na região centro-meridional, entre outras, um fenômeno de urbanização.

O centralismo político-administrativo do regime imperial era incompatível com a nova realidade socioeconômica. A solução seria a implantação de um sistema federativo capaz de superar as discrepâncias regionais, impondo maior autonomia local.

Os fatores da queda

Entre os fatores que levaram à República, assume um papel de destaque o predomínio das novas regiões cafeeiras na economia do país, projetando um novo e forte setor social: os modernos empresários do café, reivindicando o atendimento de seus interesses. O ideal de federação, que se adequava aos anseios dos vários grupos políticos do Brasil, só seria atingido com uma

República federativa. O receio do Terceiro Reinado, aliado à queda de Napoleão III na França, e o desprestígio da Monarquia diante das questões religiosas, militar e social completam o quadro dos fatores explicativos do remanejamento institucional ocorrido em 1889.

O movimento republicano iniciou-se em 1870, com a fundação do **Clube Republicano** e do jornal *A República*, e o lançamento de um **Manifesto Republicano**.

Dois correntes se chocaram no Partido Republicano: a **evolucionista** (liderada pelos republicanos “históricos”), que preferia a via pacífica para conseguir o poder, e a **revolucionária** (liderada por Silva Jardim), que pregava a revolução popular. A corrente evolucionista predominou.

Por outro lado, eram também republicanos jovens oficiais do Exército, influenciados pela doutrina de Augusto Comte – o positivismo – e liderados por Benjamin Constant.

O Visconde de Ouro Preto, membro do Partido Liberal, foi nomeado Presidente do Conselho de Ministros em junho de 1889. O novo governo precisa remover os obstáculos representados pelo republicanismo e pelos militares descontentes. Para vencer o primeiro, apresentou um programa de amplas reformas: liberdade de culto, autonomia para as províncias, temporariedade dos mandatos dos senadores, ampliação do direito de voto e Conselho de Estado com funções meramente administrativas.

Acusado tanto de radical quanto de moderado, o programa foi rejeitado pela Câmara dos Deputados. Diante disso, esta foi dissolvida em 17 de julho e uma nova convocada a reunir-se extraordinariamente em 20 de novembro, provocando protestos gerais.

A Proclamação da República

A situação tornou-se tensa. Os republicanos instigavam os militares contra o governo. Um golpe começava a ser articulado por Benjamin Constant, no Clube Militar, e contava com o apoio de civis republicanos sendo a chefia confiada ao Marechal Deodoro da Fonseca, não republicano, mas de enorme prestígio no Exército. O golpe estava previsto para o dia 20 de novembro, mas foi antecipado para evitar medidas que o neutralizassem. Para isso contribuiu a boataria de que Ouro Preto deportaria os batalhões do Exército para províncias distantes, que havia ordem de prisão para Deodoro e Benjamin Constant, e que, na corte, o Exército seria substituído pela Guarda Nacional.

Em 15 de novembro, sob o comando de Deodoro, os revoltosos confinaram os monarquistas sem que houvesse resistência. Dois dias depois a Família Imperial foi deportada.

A proclamação resultou da conjugação de duas forças: o Exército, descontente, e o setor cafeeiro da economia, que pretendia eliminar a centralização vigente,

por meio de uma República Federativa que imporia ao país um sistema favorável a seus interesses. Portanto, a proclamação não significou uma ruptura no processo histórico brasileiro: a economia continuou dependente, baseada no setor agroexportador. Afora o trabalho assalariado, o sistema de produção continuou o mesmo e os grupos dominantes continuaram a sair da camada social dos grandes proprietários. Houve apenas uma modernização institucional.



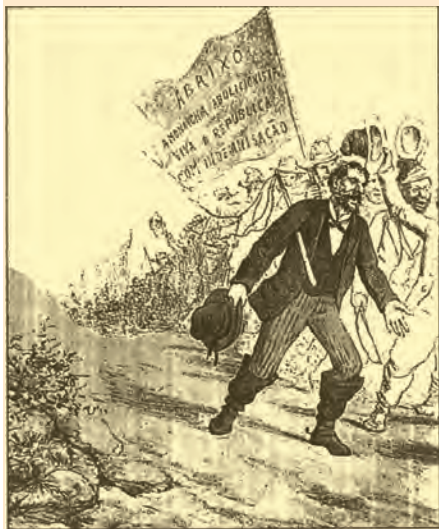
Nesta sala, hoje Museu Republicano de Itu, teve lugar a Convenção Republicana de 1873.



Medalha de Deodoro. Museu Nacional de Belas Artes, RJ.

Exercícios Resolvidos

1 (UFMG – MODELO ENEM) – Analise esta charge:



Ângelo Agostini

Na bandeira, lê-se: "Abaixo a Monarquia abolicionista! Viva a República com indenização!" Considerando-se as informações dessa charge, é correto afirmar que, nela, se faz referência

a) à intensa mobilização das camadas populares a favor de uma transição da Monarquia para a República.

b) à adesão de muitos fazendeiros escravocratas à República, logo após a abolição da escravatura.

c) aos movimentos republicano e abolicionista no Brasil, que se fortaleceram desde a década de 1870.

d) à decidida opção do regime monárquico pela abolição da escravatura, apesar da oposição republicana.

e) ao abolicionismo que sempre foi uma bandeira do republicanismo.

Resolução

A charge demonstra o oportunismo dos fazendeiros em aderir ao movimento republicano para serem ressarcidos do prejuízo que tomaram com a Lei Áurea – os republicanos do Treze de Maio.

Resposta: B

2 (FUVEST – MODELO ENEM) – "Firmemos, sim, o alvo de nossas aspirações republicanas, mas voltêmo-nos para o passado sem

ódios, sem as paixões efêmeras do presente, e evocando a imagem sagrada da Pátria, agradeçamos às gerações que nos precederam a feitura desta mesma Pátria e prometamos servi-la com a mesma dedicação, embora com as ideias e as crenças de nosso tempo."

(Teixeira Mendes, 1881.)

De acordo com o texto, o autor

a) defende as ideias republicanas e louva a grandeza da nação.

b) propõe o advento da república e condena o patriotismo.

c) entende que as paixões de momento são essenciais e positivas na vida política.

d) acredita que o sistema político brasileiro está marcado por retrocessos.

e) mostra que cada nova geração deve esquecer o passado da nação.

Resolução

O texto, de autoria de um líder positivista, enfatiza o republicanismo como coerente com sua época; todavia, não descarta a continuidade da ideia de Pátria, tal como foi defendida pelos brasileiros que o precederam.

Resposta: A

Exercícios Propostos

1 Aponte os fatores que levaram à queda do Império.

RESOLUÇÃO:

O Brasil passava por uma série de mudanças sociais e econômicas e o governo não se adaptava aos novos tempos e exigências; os modernos e fortes empresários do café criticavam o excessivo centralismo administrativo do Império e defendiam o federalismo; e por fim, temiam a implantação de um Terceiro Reinado, à frente do qual estaria o Conde D'Eu.

2 (FUVEST) – "O regime da federação, baseado, portanto, na independência recíproca das províncias, elevando-se à categoria de Estados próprios, unicamente ligados pelo vínculo da mesma nacionalidade e da solidariedade dos grandes interesses da representação e da defesa exterior, é aquele que adotamos no nosso programa, como sendo o único capaz de manter a comunhão da família brasileira".

Levando em conta as transformações ocorridas no Brasil durante a segunda metade do século XIX, justifique a ideia defendida neste trecho do Manifesto Republicano de 1870.

RESOLUÇÃO:

Diante das transformações sociais, políticas e econômicas vividas pelo Brasil a partir da segunda metade do século XIX, bem como das pretensões federalistas de significativa parcela da elite rural brasileira, o governo imperial era considerado centralizador e anacrônico.

3 Indique e caracterize as correntes do movimento republicano.

RESOLUÇÃO:

Os evolucionistas (ou republicanos históricos), liderados por Quintino Bocaiuva e Benjamin Constant, pretendiam alcançar a República pela via pacífica; e os revolucionários, liderados por Silva Jardim e Lopes Trovão, pregavam a revolução popular e armada.

4 A Proclamação da República pode ser considerada um golpe? Justifique.

RESOLUÇÃO:

Sim. Podemos considerar a Proclamação da República um golpe, pois impediu a continuidade do Império, sem que para isso houvesse participação popular ou o rompimento das estruturas socioeconômicas do País.

5 “Quando, na madrugada de 15 de novembro de 1889, uma revolta militar depôs Pedro II, ninguém veio em socorro do velho e doente imperador. A espada do marechal Deodoro da Fonseca abria as portas da República para que por ela passassem os republicanos carregando um novo rei: o café de São Paulo.”

(Adaptado de I. R. Mattos, *História do Brasil Império*.)

a) De que maneira se explica o isolamento político de Pedro II?

RESOLUÇÃO:

D. Pedro II se afastara das decisões mais imediatas do Império, abatido pela doença (diabetes); seus representantes políticos provocaram vários atritos (questões) com setores que tradicionalmente davam sustentação política ao governo imperial.

b) Por que o texto afirma que, na República recém-proclamada, o café se tornava um “novo rei”?

RESOLUÇÃO:

Porque os cafeicultores estavam diretamente envolvidos na queda do Império e criariam (como se verificou posteriormente) uma República voltada aos seus interesses de exportadores de café.

6 (MACKENZIE – MODELO ENEM) – “... resultou da conjugação de três forças: uma parcela do Exército, fazendeiros do Oeste Paulista e representantes das classes médias urbanas que, para a obtenção dos seus desígnios, contaram indiretamente com o desprestígio da monarquia e o enfraquecimento das oligarquias tradicionais.”

(Emilia Viotti da Costa)

“O povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava. Muitos acreditavam sinceramente estar vendo uma parada.”

(Aristides Lobo, citado por Edgard Carone)

Os fragmentos acima estão relacionados à

- a) Revolução de 1924.
- b) Revolução de 1930.
- c) Proclamação da República.
- d) Revolução do Porto.
- e) Revolução Constitucionalista.

RESOLUÇÃO:

O texto citado por Edgard Carone refere-se diretamente ao episódio da Proclamação da República, comentando a ausência de participação popular. Já o excerto de Emilia Viotti da Costa analisa as causas da Proclamação, e não o evento em si.

Resposta: C

Módulo

30

Governo Provisório de Deodoro

Palavras-chave:

- Encilhamento • Emissionismo
- Modernização • Cidadania

1. Introdução

Dá-se o nome de Primeira República (ou mais tarde chamada de República Velha), ao período de nossa História compreendido entre a Proclamação da República e a ascensão de Getúlio Vargas à chefia do governo (novembro de 1930), em consequência da Revolução de 1930. Esse período pode ser dividido em duas fases distintas:

República da Espada (1889-1894)

Marcada pelo **Governo Provisório** e pela **fase constitucional** do governo de Deodoro e do governo de

Florianópolis, nos quais se promoveram a atualização institucional e a consolidação do novo regime.

República das Oligarquias (1894-1930)

Inicia-se com a presidência de Prudente de Morais e termina com a queda de Washington Luís e a ascensão de Vargas ao poder.

Governo Provisório: fase de governo geralmente pós-revolução na qual o poder se estabelece por meio da legitimidade dada por grupos políticos.

Fase constitucional: período de governo no qual o Estado se estabelece com legitimidade política e a legalidade de uma Constituição.

2. O Governo Provisório de Deodoro



Marechal Deodoro da Fonseca, primeiro presidente da República. Busto feito por Décio Villares.

A República da Espada corresponde aos cinco anos iniciais do regime republicano, quando o governo foi exercido sucessivamente por dois militares. Isso não significa, entretanto, que os militares tenham assumido o controle do país em seu próprio nome. Tampouco se pode falar em Forças Armadas, como um todo, visto que a Marinha se encontrava marginalizada nesse contexto.

Na verdade, o papel do Exército foi antes o de consolidar as instituições republicanas e, a partir daí, criar condições para que as lideranças políticas civis, representantes do setor cafeeiro, pudessem assumir diretamente o poder.

As medidas modernizadoras

Foram inúmeras as *medidas modernizadoras* surgidas nessa fase, marcando a reorganização institucional da Nação, uma vez que o país precisava adaptar-se ao novo regime. Dentre elas, destacam-se a separação entre a Igreja e o Estado; a obrigatoriedade do registro e do casamento civil; a **secularização** dos cemitérios; a organização da Justiça Federal; a transformação das províncias em Estados, constituindo, assim, a República dos Estados Unidos do Brasil. Os compromissos e dívidas do Império foram garantidos. Por força de lei, foi decretada a **grande naturalização**. A Família Imperial foi banida, retirando-se do Brasil três dias após a Proclamação da República.

Encilhamento e emissionismo

Os primeiros anos de República foram marcados por profundas crises financeiras. A depreciação do câmbio durante o governo imperial afetou sensivelmente a receita do Estado, que provinha, principalmente, de impostos sobre importação cobrados a taxas fixas. Isso significa que a cada desvalorização da moeda havia uma queda no valor dos impostos e, conseqüentemente, na receita do Estado, levando o governo a emitir cada vez mais moedas para financiar o *deficit*.

Rui Barbosa, nomeado ministro da Fazenda, deu início a uma reforma monetária que propunha um aumento do meio circulante (moeda), visando amortizar

a dívida pública, criar meios de pagamento para a mão de obra assalariada, créditos para lavoura (devido a prejuízos com o fim do trabalho escravo) e, principalmente, desenvolver a industrialização.

Aliando-se a esse fato, a autonomia dos Estados deu a estes o poder de emissão e ganho de cobrança de alguns tributos, provocando uma crise no Tesouro Nacional. Como forma de cobrir o crescente *deficit*, o governo encontrou a solução na emissão de moeda.

A instabilidade do novo regime (revoltas) repercutiu negativamente no exterior, o que resultou numa retração de créditos para o Brasil. Internamente, os resultados da política emissionista de Rui Barbosa foram inflação, falências e crises. Era o encilhamento.

A Constituição de 1891

Deodoro, que era monarquista, relutava em convocar uma Constituinte, afinal ele mesmo declarara a República em caráter provisório. Os positivistas o apoiavam por acreditarem num governo forte e centralizado. Contudo, a pressão civil e de alguns Estados, como São Paulo, forçaram-no a legalizar o regime convocando as eleições constituintes.

Um projeto fora elaborado por uma comissão governamental composta por Rui Barbosa, Américo Brasiliense, entre outros, inspirado na constituição dos EUA. A forma de governo seria a República, a forma de estado seria o federalismo e o sistema de governo, o presidencialismo. O Congresso continuaria bicameral (Senado e Câmara dos Deputados); o voto deixava de ser censitário, passando a ser direto, universal, masculino, para alfabetizados e maiores de 21 anos.

As discussões constituintes foram tensas, e Deodoro manifestava constantemente seu autoritarismo ingerindo nas decisões parlamentares. Isso acabou conduzindo à renúncia coletiva do seu primeiro ministério e um segundo, por ele convocado, assustara os republicanos, pois à sua frente estava o seu amigo e velho monarquista, o Barão de Lucena.

Pelas disposições transitórias, a primeira eleição seria indireta, realizada pelo Congresso Nacional e revelava uma dissensão. Deodoro lançou-se candidato à Presidência e tinha como vice o Almirante Wandenkolk; os cafeicultores interessados em assumir o comando do governo e impedir uma ditadura militar indicaram Prudente de Moraes, sendo o General Floriano Peixoto o seu vice. Naquela época as eleições eram distintas para presidente e vice. Deodoro forçou a sua eleição com uma série de ameaças, porém os cafeicultores garantiram a eleição de Floriano para vice.

Com a promulgação da primeira Constituição Republicana, em 24 de fevereiro de 1891, e as eleições indiretas para a primeira presidência, Deodoro passava à segunda fase do seu governo, agora constitucional.

Heterogêneas: diferentes.

Secularização: caráter temporal.

Grande naturalização: os estrangeiros passaram a ter a cidadania brasileira mediante um processo menos burocrático.

Exercícios Resolvidos

1 (UFRGS – MODELO ENEM) – Observe o cartum a seguir, que faz referência à Proclamação da República no Brasil.

PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA NO BRAZIL



GLORIA À PATRIA! HONRA AOS HERÓES DO DIA 15 DE NOVEMBRO DE 1889.
"HOMENAGEM DA REVISTA ILLUSTRADA"

I. A figura feminina empunhando a bandeira representa a nova república brasileira, instaurada através do golpe militar de 15 de novembro.

II. A bandeira representada na imagem constituiria a versão preliminar da atual, que seria acrescida da divisa positivista.

III. Em segundo plano, montado a cavalo, aparece a figura do suposto "proclamador" da República, o marechal Floriano Peixoto.

Quais estão corretas?

- a) Apenas II. b) Apenas I e II.
c) Apenas I e III. d) Apenas II e III.
e) I, II e III.

Resolução

A proposição III está incorreta porque o proclamador da República foi o general Deodoro da Fonseca.

Resposta: B

2 (PUC-MG – MODELO ENEM) – Tudo se torceu, tudo se falseou, tudo se confundiu. De um sistema cheio de correspondências complexas e sutis, onde não se podia tocar em qualquer parte, sem modificar a ação das outras, fizeram um atarrancado de ferros velhos, digno de figurar numa exposição industrial de doidos."
(Rui Barbosa. "Finanças e Política")

Com esse desabafo, o Ministro da Fazenda do Governo Provisório da República tenta justificar, perante a opinião pública, o fracasso de sua política financeira. São efeitos imediatos dessa política:

- a) O controle inflacionário apesar da falência de inúmeras empresas e da desvalorização da moeda nacional em relação à libra esterlina.
b) A substituição dos capitais ingleses por norte-americanos para restaurar e equilibrar o combalido sistema financeiro brasileiro.
c) A alta geral do custo de vida apesar da estabilidade financeira e do equilíbrio nas contas externas do País.
d) A enorme especulação gerada pelo surgimento de empresas-fantasma, cujo objetivo era obter facilidade de crédito bancário.
e) O congelamento de preços, o saneamento financeiro e o crescimento dos salários.

Resolução

A política financeira de Rui Barbosa é denominada de "Encilhamento" e tinha como objetivos aumentar o meio circulante e estimular a industrialização através da emissão de papel-moeda sem lastro.

Resposta: D

Exercícios Propostos

1 O que foi a República da Espada?

RESOLUÇÃO:

Período que corresponde aos cinco primeiros anos da República no Brasil, nos quais o País foi governado por militares para garantir, com a força das armas, a transição para o novo regime.

2 Comente as medidas modernizadoras de Deodoro.

RESOLUÇÃO:

Para assinalar a mudança do regime e associá-lo à modernidade, os republicanos promoveram a separação entre Igreja e Estado (Estado laico); o registro civil (obrigatoriedade dos registros de nascimento e de casamento civil); a secularização dos cemitérios; além de adotar novos símbolos para o País (bandeira, Selo e Armas) e uma nova nomenclatura (Congresso ao invés de Parlamento; estados no lugar de províncias).

3 O que foi o Encilhamento?

RESOLUÇÃO:

Crise financeira gerada pelo emissionismo, sem lastro-ouro, do então ministro da Fazenda, Rui Barbosa, que, visando à industrialização, concedeu créditos que foram utilizados na especulação na bolsa de valores e na criação de empresas-fantasma.

4 Comente a exclusão dos analfabetos no processo eleitoral brasileiro previsto pela Constituição de 1891.

RESOLUÇÃO:

A cidadania no início da República estava vinculada à alfabetização, num período em que não haviam escolas públicas. Por esse motivo, a maior parte do povo estava excluído da participação política e o direito ao voto continuava um privilégio de poucos.

5 Coloque verdadeiro (V) ou falso (F).

I. () O encilhamento propiciou a criação de indústrias e de grande estabilidade financeira.

II. () A separação entre Igreja e Estado foi uma das numerosas realizações do governo provisório da República.

III. () A Constituição de 1891 era republicana, federativa e presidencialista.

RESOLUÇÃO:

I – F; II – V; III – V.

A afirmativa I está incorreta, pois surgiram inúmeras empresas-fantasma que geraram especulação e inflação.

6 Foram importantes fatos do Governo Provisório da República

a) a formação do gabinete da Conciliação e a eclosão da Revolução Praieira.

b) a Campanha Civilista e a política de Saneamento Financeiro.

c) a extinção da Ação Integralista Brasileira e a formação da União Democrática Nacional.

d) a grande naturalização e a separação entre Igreja e Estado.

e) a entrada do Brasil na Primeira Guerra Mundial e as greves operárias.

RESOLUÇÃO:

Essas medidas faziam parte da atualização institucional promovida pela República.

Resposta: D

7 (FGV – MODELO ENEM) – "Heróis são símbolos poderosos, encarnações de ideias e aspirações... São, por isso, instrumentos eficazes para atingir a cabeça e o coração dos cidadãos a serviço da legitimação de regimes políticos... Os candidatos a herói não tinham, eles também, profundidade

histórica, não tinham a estatura exigida para o papel. Não pertenciam ao movimento da propaganda republicana, ativa desde 1870... A busca de um herói para a República acabou tendo êxito onde não o imaginavam muitos dos participantes da proclamação".

(CARVALHO, J. M. de, *A formação das almas. O imaginário da República no Brasil*, São Paulo: Cia das Letras, p.55-57.)

A escolha e a construção do principal herói da República recaíram sobre

a) Deodoro da Fonseca, devido à sua imensa popularidade, por ser um republicano histórico e um ferrenho adversário dos poderes monárquicos.

b) Benjamin Constant, líder popular identificado com a causa operária, defensor do positivismo e um representante civil com amplo trânsito entre os militares.

c) Duque de Caxias, grande comandante da Guerra do Paraguai, identificado com uma política centralizadora e patrono do Exército brasileiro.

d) Bento Gonçalves, presidente da república rio-grandense e principal líder da revolta farroupilha do século XIX, considerado o patrono militar do republicanismo no Brasil.

e) Tiradentes, militar e republicano transformado em mártir, cuja morte passou a ser associada ao sacrifício de Jesus Cristo.

RESOLUÇÃO:

A figura de Tiradentes não ganhou destaque durante o Brasil Império devido a seu republicanismo. Em contrapartida, a República fez do alferes mineiro seu herói-símbolo, inclusive procurando assemelhá-lo à imagem de Jesus Cristo, por iniciativa do pintor Vítor Meireles.

Resposta: E

Módulo

31

Governo Constitucional de Deodoro e Floriano

Palavras-chave:

- Autoritarismo • Legalidade
- Consolidação • Florianismo

1. A renúncia de Deodoro

Conforme o disposto na Constituição de 1891, Deodoro elegeu-se pelo Congresso Constituinte, derrotando Prudente de Moraes, representante da chapa de oposição. Essa eleição revelava, entretanto, inúmeros conflitos que perdurariam durante o curto governo de Deodoro, visto que a chapa de oposição conseguiu eleger o vice-presidente: Floriano Peixoto, representante de uma ala militar **dissidente**.

A tendência autoritária do presidente não tardou a entrar em choque com o Congresso. O veto do presidente a um projeto de lei da Câmara dos Deputados, que estabelecia o princípio da responsabilidade do chefe do

Executivo, precipitou a crise. Deodoro, ante a ameaça de derrubada de veto pelo Congresso, optou pelo golpe de Estado: o Congresso foi dissolvido e decretado o **estado de sítio**. A ditadura do marechal despertou forte reação, pois a oposição articulava-se nos Estados, francamente apoiada pelos florianistas, ao mesmo tempo em que a Marinha se levantava sob o comando do almirante Custódio de Melo: era a primeira Revolta da Armada.



Nova Bandeira proposta no início do Governo Provisório.

Dissidente: que se separa de um grupo por divergência de opinião. **Estado de sítio:** período no qual os cidadãos têm certos direitos e garantias individuais suspensos.

Para evitar um conflito armado de maiores proporções, Deodoro renunciou em 23 de novembro, em benefício do vice-presidente Floriano Peixoto.

2. O governo Floriano Peixoto (1891-1894) – O marechal de ferro



Assumindo a Presidência, Floriano restabeleceu o Congresso e suspendeu o estado de sítio. Nos Estados, derrubou os governadores fiéis a Deodoro, substituindo-os por membros das **oligarquias** locais ou oficiais florianistas.

Floriano Peixoto, o Marechal de Ferro (Óleo de Oscar Pereira da Silva).

A questão da legalidade do continuísmo de Floriano, levantada pela oposição com base no artigo 42 da Constituição Federal, foi uma ocorrência marcante nesse governo. Segundo esse artigo, o presidente em exercício deveria convocar novas eleições. Diante da reação crescente, Floriano optou pela solução de força, prendendo e **deportando** líderes da oposição, civis e militares, como os 13 oficiais-generais, **signatários** de um manifesto que exigia a renúncia de Floriano e a convocação de novas eleições.

Apoiado pelo Congresso, o marechal teve garantido o seu mandato até 1894, visto que as Disposições Transitórias da mesma Constituição davam um caráter excepcional ao primeiro período presidencial.

A repressão às oposições

Revolução Federalista (1893 -1895)

Aconteceu no Rio Grande do Sul pelo choque entre dois grupos políticos locais. De um lado, estavam os “maragatos”, tendo como líderes o escravocrata Silveira Martins, João da Silva Tavares e Gumerindo Saraiva. Do outro, as forças legalistas ou “pica-paus”, defendendo o governador do Estado, o republicano e positivista Júlio Prates de Castilhos. O conflito local ganhou projeção nacional quando Floriano Peixoto resolveu apoiar o governador, pois a revolta foi considerada um levante pela restauração monárquica.

Os rebeldes, refugiados no Uruguai e Argentina, faziam várias incursões guerrilheiras, obtendo algumas vitórias sobre as forças governistas. Os combates eram marcados pela grande crueldade, sendo os prisioneiros, de ambos os lados, degolados e chacinados. A milícia castilhista foi reforçada por tropas irregulares do governista Pinheiro Machado e por material bélico paulista, fornecido por Bernardino de Campos a pedido do Marechal Floriano. Os maragatos, por sua vez, contaram com a participação de navios da Revolta da Armada, que bombardearam as cidades portuárias sulistas, levando os federalistas a conquistarem o Desterro (mais tarde chamada de Florianópolis, para marcar a sua vitória) e Curitiba.

A guerra começou a findar quando, em agosto de 1894, Gumerindo Saraiva foi assassinado e degolado.

Apesar do nome, os federalistas gaúchos não eram ideologicamente a favor da Federação; antes, não aceitavam o governo de Floriano, queriam um parlamentarismo ao estilo do Segundo Reinado e eram contrários à constituição republicana e positivista rio-grandense, e alguns eram monarquistas.

A Revolução Federalista serviu para ressaltar as contradições nacionais opondo: monarquistas e republicanos; Marinha e Exército; e a legalidade ou não do governo Floriano.

Revolta da Armada (1893-1894)

Em novembro de 1891, ocorreu uma **primeira Revolta da Armada** como reação ao fechamento do Congresso pelo autoritário presidente da República, o marechal Deodoro da Fonseca.

Unidades da Armada na Baía de Guanabara, sob a liderança do almirante Custódio de Melo, sublevaram-se e ameaçaram bombardear a capital da República. Essa atitude da Marinha forçou Deodoro a renunciar ao cargo de presidente, em 23 de novembro, para, segundo ele, evitar a divisão das Forças Armadas.

Em setembro de 1893, Custódio de Melo inicia um segundo levante da Marinha, agora contra o presidente Floriano Peixoto, sob a alegação de que era um governo ilegal (questão constitucional). Contudo, essa revolta revela a frustração do almirante ao ser preterido na sucessão de Floriano, além das contradições entre Marinha e Exército quanto às respectivas origem, importância e prestígio político no novo regime.

Comandando o encouraçado Aquidabã, tentou tomar o paiol de munição sediado em Niterói, mas, sem sucesso, acabou repellido, enquanto a Esquadra bombardeava o Rio de Janeiro e suas fortalezas. A capital do Estado foi transferida provisoriamente para Petrópolis, e a população, convencida do perigo monarquista, alinou-se com o governo na defesa da Capital, formando os “batalhões populares”.

Uma nova Esquadra governista era organizada com a compra de navios dos Estados Unidos que eram entregues ao comando do almirante reformado Gerônimo Francisco Gonçalves. Foi apelidada pelos revoltosos de “Esquadra de Papelão”.

O almirante Saldanha da Gama assumia a revolta na Baía da Guanabara, ao passo que Custódio de Melo rumou para o sul unindo-se aos maragatos da Revolução Federalista, chegando a auxiliar na expansão da sedição para Santa Catarina e Paraná.

Após vários e intensos combates, os revoltosos foram dominados, Custódio de Melo fugiu para Buenos Aires e Saldanha da Gama foi obrigado a refugiar-se a bordo de navios portugueses.

Oligarquia: governo de poucas pessoas ou preponderância de um pequeno grupo no poder.

Deportando: condenando ao degredo, ao exílio.

Signatários: aqueles que assinam ou subscrevem um documento.

Ao final do primeiro quadriênio republicano, quando todos esperavam a continuidade da ditadura florianista, defendida, aliás, pela corrente republicana mais radical, denominada "jacobinista", Floriano convocou eleições,

saindo-se vitorioso o candidato do Partido Republicano Paulista, Prudente de Moraes. Encerrava-se, assim, a República da Espada, iniciando-se a República das Oligarquias, marcada pelo predomínio do setor cafeeiro.

Exercícios Resolvidos

1 (UFPEL – MODELO ENEM) – “Entre 1893 e 1895, o sul do Brasil foi palco de uma sangrenta guerra que colocou frente a frente republicanos jacobinos e positivistas contra os antigos liberais do regime monárquico. A violência das facções, o terror indiscriminado e sobretudo o apelo a chavões ideológicos como justificadores da ação bélica e repressiva antecipam as carnificinas do século XX cometidas em nome de ideais progressistas ou reacionários”.

(FRANCO, Sérgio da Costa.
A guerra civil de 1893. Porto Alegre:
Ed. da Universidade/UFRGS, 1993.)

A guerra civil descrita no texto foi a

- a) Guerra do Contestado.
- b) Revolta dos Mückers.
- c) Revolta da Armada.
- d) Revolução Federalista.
- e) Revolução Farroupilha.

Resolução

O autor faz uma descrição do caráter e da natureza da Revolução Federalista ocorrida no Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Resposta: D

2 (FGV – MODELO ENEM) – “Vai-se o marechal ingente, / vai-se o grande alagoano. / E eu leitor, digo somente: Floriano foi um prudente; / seja o Prudente um Floriano.”

Essa é uma quadrinha do escritor Artur de Azevedo. A respeito dos personagens e do período aos quais se refere podemos dizer que

- a) o escritor, como um crítico dos governos militares, posicionara-se contra a decretação do estado de sítio e o fechamento do Congresso por parte de Floriano Peixoto.
- b) o escritor, como um defensor dos ideais socialistas no Brasil, fora contrário ao estado de sítio decretado por Deodoro da Fonseca e prorrogado por Floriano Peixoto.

c) o escritor, como um defensor do "marechal de ferro", mostrava-se satisfeito com a prudência do presidente que, com pulso firme, havia debelado a Revolta de Canudos.

d) o escritor, como um admirador de Floriano Peixoto, saudava a prudência do ex-presidente, que teve de lidar com a Revolução Federalista e com a Revolta da Armada.

e) o escritor, como um democrata, reconhecia o despojamento de Floriano, que aceitou a realização imediata de eleições logo após a renúncia de Deodoro da Fonseca.

Resolução

Alternativa escolhida como mera interpretação de texto, tendo em vista a admiração fanática que Floriano despertou em inúmeros contemporâneos. O examinador, porém, falhou ao endossar o ponto de vista de Artur de Azevedo, pois este considera como “prudente” o célebre “Marechal de Ferro”, responsável indireto pelas chacinas ocorridas no Paraná e em Santa Catarina, na esteira da repressão à Revolução Federalista.

Resposta: D

Exercícios Propostos

1 Comente a eleição de Deodoro da Fonseca em 1891.

RESOLUÇÃO:

Deodoro foi eleito de forma indireta pelo Congresso Nacional derrotando o candidato Prudente de Moraes, por pequena margem de votos, fato que desde o início do governo do Marechal já revelava a existência de oposição ao governo do Marechal.

2 Caracterize o Governo Constitucional de Deodoro.

RESOLUÇÃO:

Marcado pelo autoritarismo do presidente e pelo constante conflito de interesses com os grandes latifundiários (cafeicultores) representados no Congresso.

3 Quais os fatores que levaram à renúncia de Deodoro da Fonseca?

RESOLUÇÃO:

O seu extremo autoritarismo e personalismo no trato com as questões do Estado, desconsiderando, praticamente, a existência do Congresso. O fortalecimento da oposição levou o Marechal a fechar o Congresso e decretar estado de sítio, fato que desencadeou forte reação oposicionista, forçando-o a renunciar.

4 Comente a questão da legalidade do continuísmo de Floriano Peixoto.

RESOLUÇÃO:

De acordo com o artigo 42 da Constituição de 1891, se o presidente não cumprisse o mínimo de dois anos de mandato, o vice convocaria novas eleições. Deodoro renunciou depois de nove meses de governo e Floriano assumiu imediatamente, com firme propósito de encerrar o mandato do renunciante.

5 No último governo militar do início da República, eclodiram duas revoltas consideradas antirrepublicanas, que foram derrotadas pelo Exército nacional. Assinale a alternativa que identifica quais foram essas revoltas e para quem o Exército, vitorioso na luta, perdeu terreno na política.

- a) Revolução Federalista e Revolta do Forte de Copacabana – para os caudilhos do RS.
- b) Revolta dos Tenentes e Revolta de Copacabana – para a oligarquia açucareira.
- c) Revolução Farroupilha e Revolta dos Tenentes – para os latifundiários vinculados ao café.
- d) Revolução de 30 e Revolução Pernambucana – para a oligarquia café com leite.
- e) Revolução Federalista e Revolta da Armada – para os fazendeiros paulistas do café.

RESOLUÇÃO:

Quando o Exército eliminou o risco de retorno à monarquia (reprimindo as revoltas Federalista e da Armada), os cafeicultores resolveram assumir o controle do Estado.

Resposta: E

6 (UFSC - ADAPTADA – MODELO ENEM) – Em 16 de abril de 1894, na Baía Norte da Ilha de Santa Catarina, foi travada uma batalha naval. A esquadra legal, que apoiava o governo do Marechal Floriano Peixoto, venceu as forças rebeldes que defendiam Desterro, pondo fim à Revolta da Armada.

Assinale a alternativa correta em relação à Revolta da Armada e aos acontecimentos ocorridos na cidade de Desterro, durante o governo de Floriano Peixoto.

- a) A Revolta da Armada teve início no Rio Grande do Sul. Os revoltosos se opunham à eleição do Marechal Floriano Peixoto à Presidência da República.
- b) Com a derrota da esquadra, as forças rebeldes remanescentes invadiram o Rio Grande do Sul, onde proclamaram a República Rio-Grandense ou República do Piratini.
- c) As tropas federalistas que invadiram Santa Catarina eram lideradas por Davi Canabarro, comandante das forças de terra, e Giuseppe Garibaldi.
- d) A Armada, comandada por Custódio de Melo e Saldanha da Gama, teve importante papel na repressão dos revoltosos, chegando a tomar a cidade de Nossa Senhora do Desterro, atual Florianópolis, da mão dos federalistas.
- e) Vencidos os revoltosos, os partidários do Marechal Floriano Peixoto passaram a perseguir os que tinham apoiado a esquadra rebelde e os federalistas. Na cidade de Desterro, inúmeras pessoas foram executadas sumariamente na fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim.

RESOLUÇÃO:

Por causa das execuções sumárias, a revolta ganhou a alcunha de “revolta dos corta-cabeças”.

Resposta: E

Módulo

32

Revolução Mexicana

Palavras-chave:

- Porfirismo • Ejido • Ayala
- Zapata • Reforma Agrária

1. Antecedentes

No México, o ano de 1823 assinalou o fim do governo de Augustín Iturbide e abriu um longo período de instabilidade, marcado pelas disputas caudilhescas. O general Antonio López de Sant’Anna sobressaiu, impondo-se a diversos governos.

Várias vezes presidente, Sant’Anna aliou-se aos conservadores, sustentando-se no poder pela força das armas. A Igreja Católica e os grandes latifundiários também estiveram ao lado dos conservadores, sendo favoráveis a um governo centralizado. O avanço dos liberais mexicanos ocorreu quando, durante o governo de Sant’Anna, o Texas e outros territórios foram perdidos para os Estados Unidos. Desgastados, os conservadores não conseguiram conter a insatisfação, e, em 1855, em meio a uma revolta popular, Sant’Anna foi derrubado. Assumiram os liberais, liderados por Benito Juárez.



Apesar de os indígenas constituírem a grande maioria, foram dizimados e escravizados no processo colonizador. Mesmo com as independências, tal situação não foi alterada. (detalhe do Museu de Tlaxcala)



Arco homenageando Benito Juárez, cidade do México.

Em 1857, o México adotava uma nova Constituição, cujos termos desagradavam, e muito, aos conservadores, à Igreja Católica e ao Exército, por ter extinguido os Tribunais Militares e Eclesiásticos, o que retirava o poder desses grupos e fortalecia o Estado. Juárez, índio zapoteca, foi excomungado pela Igreja Católica e passou a sofrer forte oposição dos conservadores. Em resposta, lançou mão das Leis da Reforma, que promoviam a separação entre Estado e Igreja, suprimiam a cobrança de dízimos, implantavam a liberdade de culto e tornavam o ensino leigo. Essa reforma motivou uma guerra civil, a Guerra da Reforma, que durou dez anos (1858-68).

O governo de Juárez, em razão da crise gerada pelas disputas internas, havia suspenso o pagamento da dívida externa – os maiores credores eram França, Inglaterra e Espanha. Esse fato foi utilizado pelos conservadores, que, derrotados, pediram auxílio a essas nações para promover uma intervenção no México. Inglaterra e Espanha não cederam aos conservadores, porém a França de Napoleão III resolveu atender a tais apelos. O governo francês, apoiado pelos conservadores e clérigos, instaurou uma monarquia no México, que passou a ser governado pelo arquiduque Fernando Maximiliano, da Áustria.

Liderados por Juárez, os liberais e patriotas travaram uma luta de guerrilha contra a dominação francesa. Contando com a colaboração dos Estados Unidos, em 1867 expulsaram os franceses e executaram Maximiliano por fuzilamento. Após a morte de Juárez, o país encontrava-se arrasado, novas lutas armadas pelo poder continuaram até que, em 1876, Porfírio Díaz deu um golpe, estabelecendo uma longa ditadura.

O Porfiriato

Pretendendo implantar um programa de governo que realizasse o desenvolvimento mexicano, com base na ciência e na técnica, Porfírio Díaz recorreu ao capital estrangeiro. A exploração petrolífera e mineradora foi entregue às companhias inglesas e norte-americanas; houve a manutenção dos latifúndios, que passaram a ser explorados também por estrangeiros; a comunidade indígena, o *ejido*, desapareceu, pois o governo passou a exigir o título de posse das terras (Lei dos Baldios, de 1893-1902) e, como os indígenas não o possuíam, confiscou as terras e as vendeu a latifundiários e empresas estrangeiras.

Apesar dos altos índices de crescimento do país, a maioria da população vivia em franco processo de empobrecimento, resultado da grande entrada de capitais estrangeiros, o que é característica típica dos países dependentes. A concentração de terras tornou-se um grave problema. No sul, essa situação resultava da prática da monocultura da cana-de-açúcar desde o Período Colonial; no norte, em função da pecuária, mineração e também da agricultura. Os mais prejudicados com essa estrutura fundiária foram os indígenas, que passaram à situação de mendicância.

A política social do porfiriato consistiu em uma repressão constante à população, inibindo e dividindo os grupos menos favorecidos; as tradições culturais indígenas foram substituídas pela influência estrangeira, que

as desprezava. Desse desenvolvimento nasceu uma classe média que exigia reformas democráticas e o direito de participação política. A elite mexicana também não estava satisfeita, pois grande parte da riqueza foi parar em mãos estrangeiras, além de o grande avanço econômico não ter sido acompanhado por uma modernização institucional, pois Porfírio Díaz era, de fato, um ditador.

O porfiriato era um modelo desgastado até mesmo para os Estados Unidos, que investiam no México. Díaz, ao buscar investimentos europeus para neutralizar a influência norte-americana, perdeu o apoio desse importante aliado, que passou a incentivar a oposição.

2. A Revolução

Em 1910, Porfírio Díaz convocou eleições presidenciais, e a oposição lançou o nome de Francisco Madero para concorrer ao cargo. Díaz mandou, então, que se prendesse Madero antes das eleições e que o soltassem somente quando estas terminassem. Em liberdade, Madero refugiou-se no Texas, de onde passou a incentivar a revolução. Prometendo a devolução das terras aos camponeses e reformas eleitorais, ganhou a adesão dos camponeses do sul, liderados por Emiliano Zapata, e do norte, liderados por Francisco (Pancho) Villa.

Em maio de 1911, Porfírio Díaz renunciou e Madero assumiu provisoriamente a Presidência da República, que lhe foi confirmada em eleições no mesmo ano. As expectativas em torno do governo de Madero eram enormes, pois, para que seu movimento se concretizasse, contou com um amplo apoio social, principalmente das camadas populares. Porém, à medida que ia desenvolvendo seu governo, ele se mostrava extremamente moderado diante das reivindicações das camadas populares e, ao mesmo tempo, extremamente benevolente com os antigos adeptos do porfiriato, que permaneceram em cargos governamentais. Devido a essa posição dúbia e moderada, Madero passou a enfrentar a oposição das camadas populares que clamavam por mudanças urgentes, como a reforma agrária proposta por Zapata.

O Plano de Ayala

Como Zapata não conseguiu fazer-se ouvir e ter as reivindicações atendidas por Madero, rompeu o apoio que dava a seu governo e lançou o Plano de Ayala, propondo a reforma agrária imediata, o confisco de 1/3 das terras que estavam nas mãos de grandes latifundiários para serem entregues aos camponeses, a criação de um banco para dar créditos à agricultura e o confisco de bens dos que se opusessem às reformas do plano. A situação passou por um momento de radicalização das forças sociais e Francisco Madero não teve habilidade política para, ao mesmo tempo, fazer reformas destinadas às camadas populares, preservar o latifúndio e garantir os interesses estrangeiros. Esse fato culminou com um golpe desfechado pelo general Victoriano Huerta, apoiado pelos Estados Unidos e empresas estrangeiras, contra Francisco Madero, que foi executado em 1913.

O Governo de Victoriano Huerta

Victoriano Huerta, apesar do apoio norte-americano, não era um nome de consenso para liderar o país. O governador do Estado de Cohauila, Venustiano Carranza, não reconheceu o seu governo e passou a compor uma frente anti-huertista, reunindo em torno de si figuras como Pancho Villa e Álvaro Obregón. As relações de Huerta com os Estados Unidos deterioraram-se a partir do momento em que o ditador favoreceu a entrada de capitais ingleses no país, que chegaram a superar os norte-americanos, pondo em risco os interesses destes, principalmente no setor petrolífero. Daí para a retirada de apoio foi um passo, que logo se realizou com o presidente Wilson dando apoio à Carranza e, ao mesmo tempo, intervindo no México, sob o pretexto da morte de norte-americanos causada pelo processo revolucionário.

Victoriano Huerta fugiu e o poder foi brevemente dividido entre Zapata e Pancho Villa. No curto período em que Zapata administrou o Estado de Morelos, colocou em prática a reforma agrária e fixou limites para a propriedade, realizou uma série de reformas sociais, criou escolas técnicas, indústrias de ferramentas, e o povo exercia o poder pela democracia.

A Constituição de 1917

A Presidência do país, passando a ser ocupada por Carranza, levou seus seguidores a lançarem-se contra o Estado de Morelos, em 1916. Nesse mesmo ano reuniu-se a Constituinte, que promulgou a Constituição em 1917. Um retrocesso era visível no processo revolucionário, marcando a vitória da elite sobre as camadas populares. A Constituição separava o Estado e a Igreja; a propriedade privada era reconhecida; o *ejido* voltava a existir, porém sob a forma de cooperativa controlada pelo Estado; foi estabelecida a igualdade jurídica e religiosa; foram feitas concessões trabalhistas, como a jornada de trabalho de oito horas por dia, reconhecimento do direito de greve e de associação dos trabalhadores.

Ejido: terras sobre as quais as comunidades indígenas detinham a posse coletiva.

A vitória burguesa

Em 1919, vítima de uma emboscada, Zapata foi executado; em 1923, Pancho Villa também foi assassinado. As pressões norte-americanas aumentaram e ameaçavam o país com possíveis intervenções militares.

A década de 1920 marcou, no México, um período de paralisação, de lutas sociais. Mas, de certo modo, ocorreram momentos de avanço nas conquistas sociais. Durante a presidência de Álvaro Obregón (1920-24), os sindicatos organizaram-se e as escolas leigas espalharam-se pelo país. Elias Calles (1924-28), durante sua presidência, aprovou a lei que limitava o tempo de exploração das jazidas de petróleo por empresas estrangeiras e criou o Partido Revolucionário Nacional (PRN). Em 1928, Obregón candidatou-se novamente à Presidência e foi eleito, sendo, porém, morto antes da posse. A crise de 1929 trouxe uma série de problemas e disputas internas no México, o que não foi um fato isolado do restante dos países capitalistas.

O Populismo

Em 1934, foi eleito Lázaro Cárdenas para a Presidência da República. Ele nacionalizou e distribuiu milhões de hectares de terras aos camponeses, retomando o projeto de reforma agrária do *ejido*, sistema pelo qual a parcela de terra distribuída mantinha seu caráter comunal ou coletivo. Foi fundado o Banco de Crédito Nacional para dar apoio financeiro aos camponeses. As greves operárias deixaram de ser reprimidas e várias leis que ampliaram os direitos sociais foram aprovadas. Em meio aos efeitos da crise de 1929, Cárdenas iniciou uma série de obras públicas visando a gerar empregos para a população. Sem dúvida, a sua maior medida nacionalista foi a criação da PEMEX (Petróleo Mexicano), que, a partir de 1938, estabelecia o monopólio estatal sobre o petróleo.

As reformas empreendidas por Cárdenas não o transformaram num revolucionário. Na realidade, elas atrelaram o movimento popular ao Estado, neutralizando-o politicamente, ao mesmo tempo em que a burguesia mexicana se fortaleceu “cooperando” com os Estados Unidos e, com isso, esvaziando o conteúdo social da Revolução Mexicana.

Exercícios Resolvidos

1 **(UECE – MODELO ENEM)** – Em Chiapas, no México, em 1994, ocorre uma rebelião conduzida pela Frente Zapatista de Libertação Nacional que reivindica mudanças na distribuição da terra e benefícios sociais para as populações do campo e indígena. Quanto à utilização do termo “zapatistas”, assinale o correto.

a) Uma aproximação à imagem de Emiliano Zapata, um líder da revolução Mexicana que, no início do século XX, parecia ser a única esperança para os camponeses do sul do país.

b) Uma clara homenagem ao atual presidente espanhol José Luiz Rodríguez Zapatero, que à época da rebelião, era militante do Partido dos Trabalhadores Socialistas Espanhol (PSOE) e porta-voz internacional das minorias mexicanas.

c) Referência a Zapata, território localizado no pequeno estado mexicano Morelos, cuja população de índios e camponeses, há séculos, resiste às violentas expropriações dos fazendeiros sobre suas comunidades.

d) Uma homenagem aos irmãos Emiliano e Eufêmio Zapata, pequenos proprietários de terras, no estado de Morelos, que injusta-

mente tiveram suas terras expropriadas por grandes fazendeiros e foram brutalmente assassinados.

e) Referência a Zapata, um imperador asteca que comandou a importante revolta de Ayala contra a utilização do seu povo como trabalhadores escravos nas minas de ouro, pertencentes ao espanhóis do Vice-Reino de Nova Espanha.

Resolução

Foi um dos mais destacados líderes camponeses na luta pela reforma agrária no México, durante a Revolução iniciada em 1910 naquele país.

Resposta: A

2 (FGV – MODELO ENEM) – Durante o governo de Porfírio Díaz (1876-1911), o México desenvolveu-se, mas os benefícios desse progresso não alcançaram todos os segmentos sociais. Havia muita pobreza no campo e nas cidades, e os camponeses reclamavam terras para trabalhar.

Sobre a Revolução Mexicana, afirma-se:

I. Durante o longo governo de Porfírio Díaz (1876-1911), os recursos nacionais do subsolo foram entregues ao controle estrangeiro e se manteve a forte concentração fundiária.

II. Pressionado pelas massas camponesas e operárias, Francisco Madero estabelece uma reforma agrária radical, que incluía o fim dos latifúndios.

III. A institucionalização do processo revolucionário tem como marco a promulgação de uma carta constitucional em 1917, na qual se preconizava a nacionalização do solo e do subsolo.

IV. Após a renúncia de Porfírio Díaz, assumiu Francisco Madero que, com o apoio dos Estados Unidos, governa o México até o início dos anos 1930.

V. O assassinato à traição de Emiliano Zapata, em 1919, revela as fortes divergências ideológicas entre o líder camponês e o presidente Venustiano Carranza.

São corretas as afirmativas

a) I, III e V, apenas.

b) I, IV e V, apenas.

c) II, III e V, apenas.

d) I, II, III e V, apenas.

e) I, II, III, IV e V.

Resolução

A afirmação II é incorreta porque a reforma agrária, embora fosse uma reivindicação dos camponeses desde o início da Revolução Mexicana, não foi posta em prática por Madero, que assumiu o poder imediatamente após a queda de Porfírio Díaz. Também a afirmação IV está incorreta porque, além de Madero ter sido executado nos primeiros meses da Revolução Mexicana, os Estados Unidos eram favoráveis ao governo de Porfírio Díaz, e não ao movimento revolucionário.

Resposta: A

Exercícios Propostos

1 Quais as características do governo de Antonio López de Sant'Anna?

RESOLUÇÃO:

Sant'Anna governou de forma conservadora, centralista e autoritária, com o apoio da Igreja Católica e dos latifundiários. Seu desgaste deve-se a perda dos territórios mexicanos na guerra contra os Estados Unidos, em 1848.

2 Comente os fatores que levaram à Guerra da Reforma.

RESOLUÇÃO:

A ascensão de Benito Juarez, liberal, que promoveu as leis da reforma, afetando os interesses da Igreja Católica (extinção dos tribunais eclesiásticos, supressão da cobrança do dízimo, liberdade de culto e criação do ensino laico) e do exército (extinção dos tribunais militares).

3 Podemos considerar que o governo de Porfírio Díaz foi autoritário e, ao mesmo tempo, promoveu o desenvolvimento capitalista no México.

Comente a frase, caracterizando o autoritarismo e o desenvolvimento capitalista mexicano à época de Porfírio Díaz.

RESOLUÇÃO:

Porfírio Díaz promoveu o desenvolvimento capitalista interno do México, utilizando capital estrangeiro, ao qual foram entregues a exploração petrolífera e a mineradora, além de terras. Ao mesmo tempo, esse processo gerou o empobrecimento da população, pela perda das terras comuns, os ejidos, e pela exploração da força de trabalho por capitalistas internacionais, além de uma repressão político-social violenta.

4 A Revolução Mexicana resultou do descontentamento de diversos setores sociais com o longo governo de Porfirio Díaz. Nesse contexto, podemos entendê-la como a mais profunda revolução ocorrida na América Latina antes da Revolução Cubana de 1959. Qual foi a natureza social da Revolução Mexicana?

RESOLUÇÃO:

A Revolução Mexicana apresenta dois grupos de aspectos político-sociais diversos. De um lado, a classe média e a elite, descontentes em razão da ausência de democracia e do direito de participação política e também por causa da entrega do direito de exploração das riquezas nacionais a mãos estrangeiras. De outro lado, a população camponesa e o operariado urbano beirando a situação de mendicância e sofrendo forte repressão política.

5 Analise a postura política dos Estados Unidos durante o processo da Revolução Mexicana.

RESOLUÇÃO:

A posição norte-americana contra Porfirio Díaz teve início no momento em que este buscou recursos europeus para neutralizar a influência dos Estados Unidos no México. Durante o processo, a intervenção de 1914 revela nitidamente a preocupação dos Estados Unidos em garantir seus interesses dentro do México e, ao mesmo tempo, impedir a vitória das forças populares no processo revolucionário.

6 O programa de reformas e nacionalização do presidente Cárdenas, levado a cabo entre 1934 e 1940, foi marcado por uma série de medidas, **exceto** a

- a) criação do monopólio estatal sobre o petróleo, com a instituição da PEMEX em 1938.
- b) realização de obras públicas, visando a conter os efeitos da crise de 1929 no país.
- c) criação do Banco de Crédito Nacional para dar respaldo financeiro aos camponeses.
- d) restituição dos *ejidos* às comunidades indígenas.
- e) criação do Partido Revolucionário Nacional.

RESOLUÇÃO:

O Partido foi criado em 1924, antes de Cárdenas assumir.

Resposta: E

7 (UERJ – MODELO ENEM) – “A Revolução é uma súbita imersão do México em seu próprio ser (...) é uma busca de nós mesmos e um regresso à mãe. Nela, o México se atreve a ser.”

(OCTAVIO PAZ, escritor mexicano. Citado por Grandes Fatos do Século XX. Rio de Janeiro, Rio Gráfica, 1984.)

A Revolução Mexicana, iniciada em 1911, trouxe à tona a organização e a luta de populações camponesas de origem indígena que até hoje utilizam esse movimento como símbolo. A eclosão da Revolução Mexicana pode ser explicada pelos seguintes motivos:

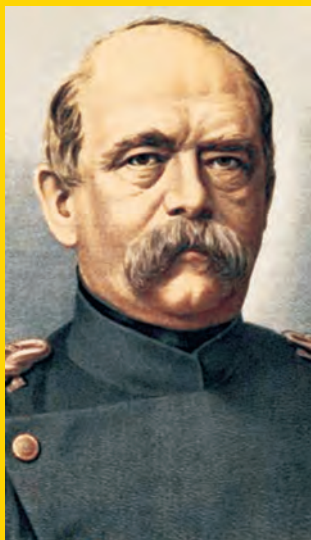
- a) A influência do ideário positivista e a atuação dos “científicos” nos movimentos camponeses.
- b) A luta do campesinato pela propriedade da terra e as reivindicações de setores burgueses por um maior espaço na política.
- c) A necessidade de uma modernização capitalista e o desejo da burguesia pela ampliação da influência do capital francês no país.
- d) A união dos liberais e dos comunistas mexicanos contra o porfiriato e o interesse dos grandes proprietários na aliança com o capital inglês.
- e) Uma tentativa de retomada dos territórios cedidos aos Estados Unidos após a vitória contra o México e celebrado no Tratado de Guadalupe-Hidalgo.

RESOLUÇÃO:

A Revolução Mexicana tinha um caráter popular, agrário e antitatorial.

Resposta: B

HISTÓRIA



Otto Von Bismarck – sua diplomacia marcou época (Realpolitik)

História Geral - Módulos

- 9 – Ideias Sociais e Políticas e Revoluções de 1830 e 1848
- 10 – Unificação Italiana
- 11 – Unificação Alemã
- 12 – Expansão Territorial dos EUA
- 13 – Guerra de Secessão
- 14 – Imperialismo Norte-Americano
- 15 – II Revolução Industrial
- 16 – O Novo Colonialismo

Módulo

9

Ideias Sociais e Políticas e Revoluções de 1830 e 1848

Palavras-chave:

- Liberalismo • Nacionalismo
- Socialismo • Primavera dos Povos

1. O despertar das nacionalidades

O século XIX representou a fase final dos conflitos entre a burguesia e a aristocracia defensora do Antigo Regime. A partir de 1830 e, principalmente, com as ondas revolucionárias de 1848, a burguesia assumiu definitivamente o controle do Estado. Apesar de o liberalismo ter sido o fenômeno que conduziu os ideais burgueses, firmou-se como uma filosofia individualista que colocava o indivíduo à frente da razão do Estado e dos interesses da coletividade. É neste espírito que a burguesia consolidou a liderança política e econômica do século que se iniciou em 1815, com o Congresso de Viena, e se prolongou até o verão de 1914, quando se deflagrou a Primeira Guerra Mundial.

O liberalismo tornou-se uma ideologia **paradoxal**. O disfarce nitidamente subversivo, utilizado pela burguesia capitalista para se opor ao Antigo Regime e assenhorar-se do poder, entrou em choque com sua tendência conser-

vadora de impedir o avanço da ideologia socialista e das camadas populares, tomando cuidado para não entregar ao povo o poder que havia privado do monarca e da aristocracia. Desta forma, o poder foi reservado para a elite econômica em nome da soberania nacional e não da soberania popular, pois o liberalismo, em sua origem, não era democrático, deixando clara a ideia da separação entre o capital e o trabalho.

As inovações no campo das técnicas e das ideologias políticas e econômicas criavam um contraste na vida social do século XIX: nos campos, milhares de pessoas viviam em um quase completo regime de servidão e, nos centros urbanos, as camadas miseráveis eram marginalizadas com o advento e propagação da industrialização pela Europa.

Na origem dos movimentos liberais que assolaram a Europa no século XX, despertou-se o sentimento das nacionalidades, que se transformou em uma força irresistível, buscando reencontrar o passado esquecido do ideal de Nação. Este movimento surgiu em vários povos que comungavam a mesma origem, língua e

Paradoxal: contraditório; contrassenso, absurdo, disparate; afirmação que vai de encontro a sistemas ou pressupostos que se impuseram como incontestáveis ao pensamento.

cultura, cujas fronteiras ainda estavam fragilmente demarcadas e cuja geografia política ainda não havia assumido uma forma definitiva.

O *nacionalismo* surgiu, então, como uma busca autêntica de expressão política, principalmente entre os povos italianos e alemães, que viam na ideologia uma forma de conciliar os interesses econômicos e políticos. A ideia de nacionalidade promoveu a completa integração do homem no século XIX, na qual suas energias se associaram às forças dos espíritos revolucionários, advindos dos movimentos de 1848 que sacudiram toda a Europa.

2. Revoluções de 1830

A reação europeia, conduzida pelo Congresso de Viena e pela Santa Aliança, não conseguiu estancar o movimento revolucionário iniciado na segunda metade do século XVIII. As lutas pela independência da América luso-espanhola foram bem-sucedidas e a Grécia libertou-se do jugo exercido pelos turcos.

Por volta de 1830, uma onda revolucionária abalou a Europa sob a influência do *liberalismo* e do *nacionalismo*.

Na França pós-napoleônica, Luís XVIII governou sob a forma de uma monarquia constitucional. Seu sucessor, o duque de Artois – Carlos X, começou a restaurar uma política absolutista de governo ao indenizar os nobres que tiveram seus bens confiscados durante a Revolução Francesa, ao suprimir a liberdade de imprensa, aumentar o censo eleitoral, a dissolver a Câmara e a convocar novas eleições. A revolução desenrolou-se nos *três dias gloriosos* (27 a 29 de julho), quando Carlos foi obrigado a fugir e o poder foi entregue ao Duque de Orleans, coroado como Luís Felipe, que recebeu o apelido de rei burguês por causa de suas ligações com a alta burguesia. Iniciava-se a *monarquia de julho*.

A Bélgica, dominada pela Holanda desde o Congresso de Viena, rebelou-se com o apoio da Inglaterra, proclamando sua independência; na Itália, a associação revolucionária Carbonária impôs uma Constituição ao rei das Duas Sicílias; na Alemanha eclodiram movimentos liberais constitucionais; e a Polônia tentou obter sua independência em relação à Rússia, mas foi severamente reprimida.

Essas revoluções provocaram um golpe violento na reação representada pela Santa Aliança, aniquilando-a.

3. A Primavera dos Povos

Em 1848, a bandeira da revolução voltou a agitar a Europa. Atingiu a França, a Alemanha, a Áustria e a Itália, sendo marcada pela vitória final da reação em toda a Europa, por volta de 1850.

De um modo geral, são três as forças das Revoluções de 1848: o *liberalismo*, contrário às limitações impostas pela monarquia absoluta; o *nacionalismo*, que buscava unir politicamente os povos de mesma língua e cultura; e o *socialismo*, força nova, que pregava a igualdade social mediante reformas radicais.

Além disso, outros fatores podem ser arrolados para explicar o problema. Entre 1846 e 1848, as colheitas na

Europa Ocidental e Oriental foram péssimas. Os preços dos produtos agrícolas subiram violentamente e a situação das classes inferiores piorou.

Ao mesmo tempo, verificou-se uma crise na indústria, particularmente no setor têxtil. O aumento da produção ocasionou a superprodução. A crise na agricultura diminuiu ainda mais o consumo dos produtos manufaturados, devido ao empobrecimento dos camponeses. A paralisação das atividades fabris resultou em dispensa dos trabalhadores e na redução dos salários, exatamente quando os preços dos gêneros de primeira necessidade subiram vertiginosamente.

Os recursos financeiros dos países europeus foram **carreados** para a aquisição de trigo na Rússia e nos Estados Unidos. Isso afetou os grandes empreendimentos industriais e a construção das estradas de ferro, em franco progresso na oportunidade. A paralisação das atividades nesses setores arrastou outros, provocando a estagnação econômica geral.

A crise variou de país para país. Na Itália e Irlanda foi principalmente agrária; na Inglaterra e França, industrial, assim como na Alemanha. A miséria gerou o descontentamento político. A massa dos camponeses e proletários passou a reclamar melhores condições de vida e maior igualdade de recursos.

No fundo, constituíam-se ideias socialistas, mas como não existia um partido socialista organizado que pudesse orientar essas classes, coube aos liberais e nacionalistas, compostos pela burguesia esclarecida, exercer a oposição ao governo, contando com o apoio da massa, sem orientação própria.

França

Luí Felipe fora colocado no trono da França pela Revolução de 1830, representando os ideais da burguesia e tendo por objetivo conciliar a Revolução com o Antigo Regime.



Proclamação da República em Paris, 1848.

A oposição popular ao regime era manifesta. Em 1834 deu-se a insurreição dos operários de Lyon. As tendências republicanas ganhavam adeptos a partir das várias sociedades políticas fundadas com este propósito.

A oposição não era somente popular. Havia muitos partidários à volta de Carlos X, exilado desde 1830. Os antigos partidários de Napoleão acercavam-se de Luís Bonaparte, seu sobrinho.

O partido socialista opunha-se ao governo, propondo reformas. Seus líderes, Louis Blanc, Flocon e Ledru-Rollin, iniciaram, em 1847, uma campanha em todo o país visando à reforma eleitoral. A forma encontrada para a

Carreado: fazer carregar; levado; arrastado.

difusão da campanha foram os banquetes, nos quais os oradores debatiam a questão.

Em 22 de fevereiro, o ministro Guizot proibiu a realização de um banquete, o que provocou a eclosão da revolta. Surgiram **barricadas** nas ruas com o apoio de elementos da **Guarda Nacional**. A revolta ganhou vulto. Guizot foi demitido em favor de Thiers, que nada resolveu. A Câmara foi invadida e os deputados fugiram. Luís Felipe abdicou. O governo provisório foi organizado e proclamou a Segunda República da França, com a participação de burgueses liberais e de socialistas.

No dia 23 de abril, realizou-se a primeira eleição na Europa com voto universal masculino, direto e secreto.

A crise econômica, entretanto, não havia sido debelada, pelo contrário, se agravara. O governo provisório, a fim de ofertar trabalho aos desempregados, criou as "oficinas nacionais", empresas dirigidas e sustentadas pelo Estado. O pagamento dos salários era coberto com a elevação dos impostos, o que redundou em uma crise mais profunda.



O fechamento dessas oficinas fez voltar à rua o proletariado. Tentou-se fazer uma revolução dentro da própria revolução. A Assembleia delegou poderes excepcionais ao general republicano Cavaignac, que abafou violentamente a revolta. Dezesseis mil pessoas foram mortas e quatro mil deportadas. A questão operária foi resolvida segundo os interesses da burguesia.

Luís Napoleão, eleito presidente da França em 1848.



Delacroix (1799-1863), A liberdade guiando o povo.

Itália

A Itália, em 1848, estava dividida em vários Estados, todos eles com governo tipicamente despótico. A crítica a este regime era conduzida pelas sociedades secretas,



A Revolução de 1848, que teve como eixo central a França, propagou-se em uma grande onda revolucionária pela Europa.

principalmente a Carbonária. Ao mesmo tempo, reformas liberais visavam à unificação dos Estados italianos. Para tanto, seria preciso expulsar os austríacos, que desde o Congresso de Viena adquiriram supremacia sobre a Itália.

Em janeiro, deu-se uma revolta no Reino das Duas Sicílias. O rei Fernando II foi obrigado a conceder uma Constituição, o mesmo ocorrendo na Toscana e no Estado papal.

No reino de Lombardia, iniciou-se uma séria oposição aos austríacos. O rei do Piemonte, Carlos Alberto, assumiu a liderança da revolta, declarando guerra aos austríacos. Os exércitos austríacos obtiveram duas vitórias (Custozza e Novara), forçando Carlos Alberto a abdicar em nome de seu filho Vítor Emanuel II. A repressão conduzida pelos austríacos foi violenta em toda a península. A tentativa liberal e nacionalista dos italianos tinha sido frustrada.

Alemanha

Após o Congresso de Viena, a Alemanha passou a constituir uma confederação composta por numerosos Estados, cuja política exterior era coordenada por uma Assembleia que se reunia em Frankfurt. A Prússia e a Áustria lideravam essa confederação.

Visando a uma maior integração entre os Estados germânicos, foi criado, em 1834, o **Zollverein**, espécie de liga **aduaneira** que liberava a circulação de mercadorias nos territórios dos membros componentes, em torno da Prússia e sem a participação da Áustria.

Barricada: entrincheiramento provisório erguido com barricadas, carros, estacas etc., em geral para defender a entrada de uma rua, porta, ou qualquer passagem.

Guarda Nacional: polícia de caráter civil.

Aduaneira: relativo a aduana, alfândega.

Promulgada: ordenada a publicação de (lei); tornar público; publicar oficialmente.

Essa política econômica estimulou o desenvolvimento industrial, que por sua vez acentuou o nacionalismo germânico, o desejo de independência e de união política. O mesmo aspecto liberal e nacionalista que vimos aparecer na Itália também se manifestava aqui.

Na Prússia, em 18 de março de 1848, verificou-se uma extraordinária manifestação popular diante do palácio real, provocando a reação das tropas. O movimento alastrou-se e Frederico Guilherme, rei da Prússia, teve de humilhar-se prometendo uma Constituição ao povo insurgido.

Vários Estados juntaram-se ao movimento, aproveitando a oportunidade para tentar a unificação política. Em março, reuniu-se em Frankfurt uma assembleia preparatória para um Parlamento representativo, que deveria iniciar seus trabalhos legislativos em maio.

Os príncipes alemães aproveitaram-se da divisão entre os revolucionários para retomar o poder abalado. Em novembro de 1848, Berlim foi tomada e a Constituinte dissolvida pelo exército. O movimento liberal fora abafado.

A Assembleia de Frankfurt decidiu eleger como Imperador o rei da Prússia, que recusou por se considerar

rei por vontade de Deus. Propôs, entretanto, aos príncipes alemães, a criação de um império. Em 1850, a Áustria impôs à Prússia o recuo nesses projetos e em qualquer mudança da ordem existente.

Áustria

O Império Austríaco dos Habsburgos era muito heterogêneo, composto por várias nacionalidades: alemães, húngaros, tchecoslovacos, poloneses, **rutenos**, romenos, sérvios, croatas, eslovenos e italianos. Destes povos, somente o da Hungria tinha certa autonomia. Os mais numerosos, húngaros e tchecos, conscientes de sua individualidade, buscavam o reconhecimento imperial.

Os alemães da Áustria reclamavam contra o governo de Metternich. Ao movimento, insurgiram-se estudantes, burgueses e trabalhadores, forçando a queda do chanceler e a convocação de uma Assembleia Constituinte.

Ruteno: povo eslavo espalhado pela Hungria e Lituânia; de Ruthenia, nome da Rússia no latim medieval.

Exercícios Resolvidos

1 (PUCCamp – MODELO ENEM) – “A razão mais profunda do Naturalismo foi a experiência política da geração de 1848: o fracasso da revolução, a repressão, a ascensão de Luís Napoleão — uma torva experiência que obrigou os escritores a uma concentração nos fatos, a um enfrentamento com a realidade, à mais rigorosa objetividade, no plano artístico, e, no plano ético, à solidariedade social e ao ativismo político.”

(Franklin de Oliveira. *Literatura e Civilização*. Rio de Janeiro: Difel/INL, 1978, p. 74.)

No contexto histórico da geração de 1848, a França tornou-se palco inicial e de expansão de revoltas em toda a Europa que enfraqueceram definitivamente os movimentos

- a) liberais, que ganhavam força política com a restauração dos Estados Absolutistas.
- b) socialistas, que pregavam o fim da propriedade privada e da sociedade sem classes.
- c) nacionalistas, que procuravam enfraquecer a política intervencionista da Santa Aliança.
- d) conservadores, que procuravam restaurar o Antigo Regime desde o Congresso de Viena.
- e) anarquistas, que defendiam o fim do poder político e o domínio superior do ideal humanista.

Resolução

Os conservadores acreditavam que após a repressão aos movimentos de 1830, as revoluções de caráter liberal e nacionalista estavam definitivamente mortas. Contudo, em 1848, elas ressurgiram (de onde vem a alegoria com

a estação climática – Primavera dos Povos) com grande ímpeto, intensificadas pelo elemento socialista.

Resposta: D

2 (UFU – MODELO ENEM) – “No início de 1848, o eminente pensador político francês Alexis de Tocqueville tomou a tribuna da Câmara dos Deputados para expressar sentimentos que muitos europeus partilhavam: ‘Nós dormimos sobre um vulcão... Os senhores não perceberam que a terra treme mais uma vez? Sopra o vento das revoluções, a tempestade está no horizonte.’ 1848 foi a primeira revolução potencialmente global (...) foi a única a afetar tanto as partes desenvolvidas quanto as atrasadas do continente. Foi ao mesmo tempo a mais ampla e a menos sucedida desse tipo de revolução.”

(HOBBSBAWN, Eric. *A Era do capital: 1848 - 1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.)

A respeito deste contexto histórico, marcado pela chamada “Primavera dos Povos”, podemos afirmar que

I – na França as barricadas foram empreendidas pelos camponeses, influenciados pelos ideais nacionalistas, e estas promoveram, após a tomada do poder pelos rebeldes e a restauração da monarquia, o enfraquecimento do liberalismo burguês e a democracia representativa em nome da democracia direta.

II – a crise econômica que assolava a Europa, agravada por pragas e pela seca, prejudicou os

camponeses, levando-os às ruas em apoio às novas ideologias baseadas nas ideias socialistas, divulgadas com a publicação do Manifesto Comunista de Karl Marx e Friedrich Engels em 1848.

III – as revoltas de 1848, embora tivessem se alastrado pela Europa, não tiveram repercussão no Brasil. Em função do seu caráter fragmentado e das disputas internas entre nacionalistas e liberais, dificultaram os processos de Unificações da Itália e Alemanha.

IV – as diferentes ondas revolucionárias da Primavera dos Povos tiveram em comum o espírito romântico, a construção de barricadas, as bandeiras coloridas e o ideal de liberdade, pondo em xeque o poder e a tradição aristocrática europeia.

Assinale a alternativa correta.

- a) Apenas I e II são verdadeiras.
- b) Apenas II e IV são verdadeiras.
- c) Apenas III e IV são verdadeiras.
- d) Apenas I e III são verdadeiras.
- e) Todas são verdadeiras.

Resolução

A afirmativa I é falsa porque o movimento foi essencialmente urbano, pondo fim à monarquia e proclamando a Segunda República francesa. A afirmativa III é falsa porque os mesmos ideais — liberalismo, nacionalismo e socialismo — que estimularam as Revoluções de 1848 na Europa também repercutiram no Brasil promovendo a Revolução Praieira (1848) em Pernambuco.

Resposta: B

Exercícios Propostos

1 Como se justifica o movimento revolucionário de 1830, na França?

RESOLUÇÃO:

Como uma reação contrária às medidas absolutistas (dissolução do Parlamento, alterações constitucionais e supressão da liberdade de imprensa) adotadas pelo rei Bourbon, Carlos X.

2 Quais as ideologias que nortearam o movimento revolucionário de 1848 na Europa?

RESOLUÇÃO:

O liberalismo, o nacionalismo e o socialismo utópico.

3 Quais os resultados da “Primavera dos Povos” para os italianos e alemães?

RESOLUÇÃO:

As Revoluções de 1848 estimularam o fervor nacionalista fortalecendo as lutas pela unificação.

4 Quase toda a Europa Ocidental e Central foi sacudida, em 1848, por uma onda de revoluções que se caracterizaram por misturar motivos e projetos políticos diferenciados – liberalismo, democracia e socialismo. Elas também foram marcadas por uma atmosfera intelectual e um sentimento ideológico comuns. Trata-se, no caso destes últimos, do

- a) realismo e internacionalismo.
- b) romantismo e nacionalismo.
- c) romantismo e corporativismo.
- d) realismo e nacionalismo.
- e) modernismo e internacionalismo.

RESOLUÇÃO:

A atmosfera intelectual era o romantismo e o sentimento ideológico, o nacionalismo; o liberalismo e a democracia influenciaram o nacionalismo.

Resposta: B

5 As revoluções de 1830, na Europa, que tiveram repercussões no Brasil, resultaram

- a) do caráter antiliberal das decisões das cortes portuguesas.
- b) do temor dos liberais pela possível restauração do absolutismo.
- c) da política reacionária, estimulada por Luís Napoleão na Europa.
- d) do fracasso da teoria da igualdade dos três poderes.
- e) da vaga de nacionalismo jacobino, desenvolvido por Metternich.

RESOLUÇÃO:

Esse temor levou à pressão que conduziu à abdicação de D. Pedro I.

Resposta: B

6 Sobre as revoluções de 1848, em sua propagação pela Europa, não podemos afirmar que

- a) o liberalismo tomou uma nova roupagem, o nacionalismo.
- b) atingiram a Itália, reivindicando a unidade da península.
- c) se difundiram pela Alemanha com características semelhantes às do movimento italiano.
- d) influenciaram a Bélgica, a qual se proclamou independente da Holanda.
- e) a Hungria tentou obter sua independência.

RESOLUÇÃO:

A independência da Bélgica ocorreu em 1830.

Resposta: D

7 (FGV – MODELO ENEM) – “A nova onda se propagou rapidamente por toda a Europa. Uma semana depois da queda de Luís Felipe I, o movimento revolucionário tomou conta de uma parte da Alemanha e, em menos de um mês, já estava na Hungria, passando pela Itália e pela Áustria. Em poucas semanas, os governos dessa vasta região foram derrubados, e supostamente se inaugurava uma nova etapa da História europeia, a Primavera dos Povos.”

(Luiz Koshiba, *História – origens, estruturas e processos*)

O texto faz referência

- a) à *Belle Époque*.
- b) às Revoluções de 1848.
- c) à Restauração de 1815.
- d) à Guerra Franco-Prussiana.
- e) às Revoluções liberais de 1820.

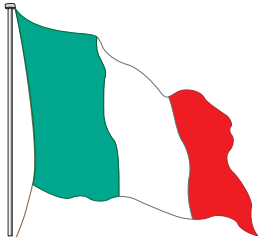
RESOLUÇÃO:

As Revoluções de 1830 e 1848 constituem as duas grandes ondas revolucionárias que abalaram a Europa na primeira metade do século XIX. Ambos os movimentos tiveram a França como epicentro e se caracterizaram pelo ideário liberal e nacionalista; contudo, a Primavera dos Povos acrescentou o ideário socialista.

Resposta: B

1. Os primórdios da unificação

Por decisão do Congresso de Viena, em 1815, a Itália foi dividida em sete pequenos Estados. Os mais importantes eram independentes, sendo constituídos pelo Sardo-Piemontês, na parte ocidental do norte, governado pela casa de Savoia; os Estados Pontifícios, na região central, dominados pela Igreja Católica; e o Reino das Duas Sicílias, ao sul, despoticamente controlado pela família dos Bourbons. A Áustria exercia o controle de uma importante parte da Península Itálica, tendo sob sua influência os principados de Parma, Módena e Toscana, além do controle direto da Lombardia-Veneza.



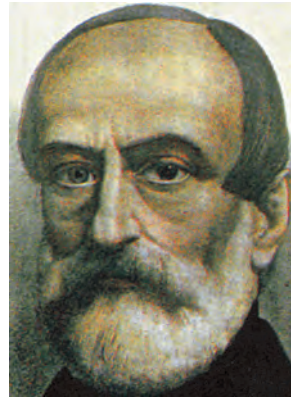
A libertação da Itália é a poesia da política. Poderá conceber-se um objetivo mais grandioso do que uma Itália livre?

Lord Byron

No ano de 1820, Nápoles, ao sul, e o Reino do Piemonte-Sardenha, ao norte, influenciados pelas ideias liberais, lançaram a fagulha inicial do movimento de unificação, tendo contudo durabilidade efêmera, pois foram sufocados pelos defensores do "sistema de intervenção", proposto pelo príncipe austríaco Metternich, no Congresso de Viena. As tropas da Santa Aliança invadiram as regiões, esmagando os revolucionários.



A divisão da Itália em Estados independentes, após o Congresso de Viena, sob forte influência austríaca.



Em 1831, Giuseppe Mazzini fundou a sociedade revolucionária *Jovem Itália*, elaborando os princípios da ideologia liberal dos radicais italianos, propondo a unificação sob a égide de uma república democrática, sendo apoiado pelos *Camisas Vermelhas*, liderados por Garibaldi, que sempre viu em Mazzini um "mestre e amigo".

Mazzini, o precursor da unificação italiana, fundador da Jovem Itália.

2. O processo de unificação

Em 1848, o rei Carlos Alberto, do Piemonte-Sardenha, fortemente influenciado pelo movimento de Mazzini, que havia proclamado uma República em Veneza, declarou guerra à Áustria, principal entrave no processo de unificação. O monarca italiano foi fragorosamente derrotado, sendo obrigado a abdicar em favor de seu filho, Vítor Emanuel II. A Áustria, vitoriosa, dissolveu a República de Veneza, continuando a manter a hegemonia sobre a região.



Habilmente, o novo monarca nomeou como seu primeiro-ministro Camillo Benso, o *conde de Cavour*. Notável político, Cavour passou a ser, a partir de então, o artífice da unificação italiana.

Camillo Benso, conde de Cavour, artífice da unificação italiana.

Como ministro do Piemonte-Sardenha, Cavour modernizou o Estado, colocando-o em condições de liderar o processo de unificação, e organizou o *Risorgimento*, movimento da alta burguesia, que ansiava por uma unificação sem grandes mudanças sociais, na qual o *status quo* seria mantido a partir de uma monarquia liberal.

Procurando concretizar o sonho da unificação, o primeiro-ministro piemontês, diplomaticamente, aliou-se à França e Inglaterra na Guerra da Crimeia contra a Rússia, que ambicionava posições turcas no Mar Negro, contra os interesses das duas potências nos estreitos de Bósforo e Dardanelos.

A participação no conflito deu ao Piemonte o direito de participar do Congresso de Paris, no qual Cavour discutiu a causa da unificação italiana. Em julho de 1858, pelo acordo de Plombières, o imperador francês, Napoleão III, comprometeu-se a apoiar o Piemonte na luta contra a Áustria, em troca dos direitos sobre os condados de Nice e Savoia.

Em 1859, Cavour provocou a guerra contra a Áustria, que invadiu o Piemonte. A derrota austríaca frente aos exércitos franco-piemonteses, em Magenta e Solferino, não trouxe a Cavour o resultado esperado, pois Napoleão III, temendo uma intervenção militar da Prússia na fronteira do Reno, retirou-se da guerra, assinando com a Áustria o Tratado de Zurich. Pelo acordo, a Áustria conservava a região de Veneza, cedendo a Lombardia ao Piemonte, que por sua vez cedia as regiões de Nice e Savoia à França.

A decepção não tomou conta dos piemonteses, pois a ação de Giuseppe Garibaldi, com seus “mil camisas-vermelhas”, fez com que o Reino das Duas Sicílias, região geopoliticamente importante para a unificação, fosse anexado à casa do Piemonte-Sardenha, sendo Vítor Emanuel II proclamado rei da Itália em Turim.

A unificação, contudo, não chegava ao seu fim, pois Napoleão III, desacreditado politicamente na França, buscou na defesa do papado a sua permanência no poder. Roma passou a ser protegida pelas tropas francesas, abortando temporariamente o processo de unificação. Garibaldi tentou inutilmente duas **incursões** contra a cidade eterna, sendo ambas **rechaçadas** pelas tropas do imperador francês.

Em 1866, a Alemanha também caminhava para a formação de um Estado unificado, o que indiretamente colaborou para o processo da unidade italiana. A derrota austríaca na guerra contra a Prússia permitiu ao Piemonte, aliado dos alemães, a anexação de Veneza. Em 1870, completando a unificação alemã, eclodiu a *Guerra Franco-Prussiana*, o que obrigou a retirada maciça dos exércitos franceses da Itália. Imediatamente, as tropas de Vítor Emanuel adentraram na antiga capital do Império Romano, tornando-se Roma a sede de uma nova nação europeia: a *Itália*.

incursões: invasões militares.

rechaçadas: repelidas.

aristocrática: de origem nobre, fidalga.

3. Os resultados da unificação

Apesar de unificada, continuaram persistindo as divergências econômicas e sociais na Itália. Enquanto o norte do país conseguiu um desenvolvimento industrial e burguês, o sul manteve sua herança agrária e **aristocrática**. Por outro lado, a tardia unificação prejudicou sobremaneira a participação da nova nação europeia no processo da corrida colonial em direção aos continentes africano e asiático, o que provocou um obstáculo em seu desenvolvimento capitalista.

A anexação de Roma marcou o ponto final da unificação italiana, originando, porém, uma **contenda** com a Santa Sé. O papa Pio IX, ao perder o título de *Príncipe Secular de Roma* e o vasto território que possuía na Itália, sentiu-se prisioneiro do governo italiano, não aceitando a Lei das Garantias promulgada pelo novo Parlamento, que lhe conferia o direito de nomear embaixadores e gozar de isenções sobre a utilização de correios, telégrafos e estradas de ferro, além de uma renda anual a título de indenização.



A gravura mostra as três capitais da Itália unificada: Turim, Roma e Firenze.

A ruptura entre o Estado e a Igreja deu origem à *Questão Romana*, somente solucionada no ano de 1929, quando o ditador fascista Benito Mussolini, pelo Tratado de Latrão, conseguiu assinar com o papa Pio XI um acordo no qual o Sumo Pontífice reconhecia a Itália como nação soberana e, em troca, o Vaticano passou a usufruir de autonomia governamental.

contenda: debate, disputa, controvérsia; guerra, luta, combate; esforço para conseguir alguma coisa.

Exercícios Resolvidos

1 (UECE – MODELO ENEM) – O Movimento das Nacionalidades traz em si a concepção de Nacionalismo e reafirma os princípios liberais aplicados à ideia de Nação. Ao ressaltar elos étnicos, linguísticos e culturais, cria o arcabouço ideológico de algumas unificações europeias. Dos países unificados, no século XIX, destacam-se

a) a Itália e a Alemanha.
b) a Rússia e a Inglaterra.
c) a Áustria e a França.

d) a Prússia e a Suíça.
e) a França e a Holanda

Resolução

Até 1871 não existiam os países (no sentido contemporâneo da palavra) Itália e Alemanha, ou seja, ainda não formavam uma unidade linguística, cultural, territorial e política.

Resposta: A

2 (UFPEL – MODELO ENEM) – Leia o texto a seguir:

“Com a crescente expansão da industrialização do continente europeu, a partir de 1830, os pequenos Estados italianos e alemães sentiram a necessidade de promover uma centralização, com o objetivo de conseguir equiparar-se às grandes potências, principalmente França e Inglaterra. Ainda politicamente fracas, nem a burguesia italiana nem a alemã tinham condições de assumir a direção do governo. Por isso, aceitavam a monarquia constitucional, desde que o Estado incentivasse o progresso econômico. Acreditavam

que só assim poderiam chegar à centralização política, sem passar necessariamente por mudanças estruturais que colocassem em perigo sua posição de classe proprietária.”

(PAZZINATO, Alceu Luiz; et alii. *História Moderna e Contemporânea*. São Paulo: Ática, 1993, p. 186.)

O texto está relacionado com

a) as “trade-unions”, ou uniões operárias, que inicialmente eram entidades de auxílio mútuo, fortemente assistencialistas, preocupadas em ajudar trabalhadores com dificuldades econômicas e reivindicar melhores condições de trabalho.

b) o socialismo utópico, assim chamado por acreditar na organização comunista das sociedades, sem lutas de classe, através de reformas pacíficas e graduais.

c) o socialismo científico, que criticava o capitalismo dominante, propondo a organização de uma sociedade comunista, necessariamente pela luta de classes.

d) o movimento cartista, em que os trabalhadores ingleses promoveram agitações de rua e apresentaram ao Parlamento reivindicações como: representação igual para todas as classes, sufrágio universal restrito para os homens aos vinte e um anos, etc.

e) o nacionalismo, na prática representado pela unificação da Itália e da Alemanha, o qual defendia a luta dos povos ligados por laços étnicos, linguísticos e culturais, pela sua independência como nação.

Resolução

Segundo Marx, o nacionalismo é um artifício burguês para defender seus interesses econômicos e ocultar dos trabalhadores a luta de classes.

Resposta: E

Exercícios Propostos

1 Qual a importância da Guerra da Crimeia (1854-1856) no processo de unificação italiana?

RESOLUÇÃO:

A participação do Reino Sardo-Piemontês no conflito deu-lhe o direito de participar do Congresso de Paris, onde se decidiu o fim da guerra e Cavour aproveitou a oportunidade para conquistar apoio à causa da unificação.

2 Quem foi o artífice da unificação italiana e qual o regime de governo por ele defendido?

RESOLUÇÃO:

Camilo Benso (também chamado de Conde de Cavour), defensor da proposta liberal-burguesa e da monarquia-constitucional.

3 O que foi a “Questão Romana”, ocorrida durante a unificação da Itália, e como foi solucionada?

RESOLUÇÃO:

Foi o conflito entre o Papado e o recém-criado Estado italiano, a respeito da tomada dos Estados Pontifícios pelos unionistas, concretizando o processo de unificação. A “Questão” foi solucionada em 1929, com a assinatura do Tratado de Latrão, no qual Mussolini indenizava a Igreja e reconhecia a soberania da Santa Sé sobre o Vaticano.

4 (FUVEST) – No século XIX, vários grupos de diferentes tendências lutaram pela unificação da Itália, assumindo o poder, no novo Estado, a facção

- a) popular republicana, simpatizante do anarquismo, comandada por Garibaldi.
- b) católica radical, adepta da monarquia teocrática, representada pelo papa Pio IX.
- c) proletária urbana, defensora do socialismo, chefiada por La Farina.

d) monárquico-burguesa, de tendência liberal, dirigida pelo conde de Cavour.

e) pequeno-burguesa, partidária da República, liderada por Mazzini.

RESOLUÇÃO:

Cavour morreu em 1861, sem ver a concretização do seu projeto de unificação.

Resposta: D

5 (FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS – MODELO ENEM) –

“Não temos mais bandeira, nem nome político, nem posição entre as nações europeias (...) Estamos desmembrados em oito Estados (...) independentes, sem aliança, sem unidade, sem ligação organizada (...).”

Não existe liberdade de imprensa, nem de associação, nem de expressão, nem de petição coletiva, nem de importação de livros estrangeiros, nem de educação — nem de nada. Um desses Estados, cujo território compreende uma quarta parte da Península, pertence à Áustria; os outros submetem-se cegamente à sua influência.”

(Apud ARRUDA, José Jobson de A. *História Moderna e Contemporânea*. Ed. Ática).

O texto refere-se

- a) à situação em que se encontravam os alemães em 1848, organizados numa Confederação Germânica, sob a presidência da Áustria.
- b) à campanha para a unificação italiana, organizada pelo conde de Cavour, primeiro-ministro do Piemonte.
- c) ao interesse da Áustria em promover o movimento unificador dos povos italianos e alemães.
- d) à situação dos poloneses desde as decisões do Congresso de Viena.
- e) ao movimento idealizado pela Igreja Católica, sob a liderança do papa Pio IX, para unificar a Itália dentro de uma orientação republicana.

RESOLUÇÃO:

Cavour desejava uma monarquia liberal, tendo como chefe de Estado o rei Vitor Emanuel II da casa de Saboia.

Resposta: B

- 6 A unificação italiana
- concretizou-se na primeira metade do século XIX.
 - realizou-se em torno do Estado Pontifício sob o domínio do papa.
 - interessava à alta burguesia como garantia do desenvolvimento econômico interno.
 - processou-se sob a forma de governo republicano.
 - só foi politicamente possível após o estabelecimento da unificação econômica.

RESOLUÇÃO: A burguesia industrial pretendia fechar o mercado italiano para os seus produtos.

Resposta: C

- 7 (CESGRANRIO) – A chamada “Questão Romana” está relacionada com

- a supremacia política da Igreja Católica em toda a Itália, após o movimento unificador.
- a conciliação entre o papa e o novo governo italiano, surgido no processo de unificação.
- a perda da soberania papal sobre Roma, após a unificação italiana.
- uma encíclica do papa Pio IX, *Syllabus Errorum*, condenando a democracia e o liberalismo.
- a ocupação de Roma pelas tropas francesas de Napoleão III.

RESOLUÇÃO: O papa reclamava a retomada do seu poder sobre os territórios da Igreja.

Resposta: C

- 8 (UERJ – MODELO ENEM) – Em 1860, um contemporâneo da unificação da Itália afirmou:

“Fizemos a Itália; agora precisamos fazer os italianos.”

(D’AZEGLIO, Massimo (1792-1866). **Apud** HOBBSAWM, E. *A era do capital: 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.)

Essa frase traduz uma particularidade da construção da unidade italiana, que é identificada no (a)

- antagonismo entre regionalismo e unidade nacional.
- fusão entre nacionalismo de massa e patriotismo.
- adoção da língua italiana no dia a dia da população.
- união entre os interesses dos partidários da Igreja e da República.
- divergência entre nacionalismo e nação-Estado.

RESOLUÇÃO:

O longo período em que a Itália permaneceu politicamente desunida fortalecera as identidades regionais, as quais a recém-concluída unificação do país ainda não conseguira superar.

Resposta: A

Módulo

11

Unificação Alemã

Palavras-chave:

- Junker • Zollverein
- Via prussiana

1. A Confederação Germânica

A influência do Congresso de Viena na Europa foi decisiva. Em junho de 1815, foi criada a *Confederação Germânica*, com a finalidade de “manter a segurança interna e externa da Alemanha e a independência e integridade dos Estados alemães”. Era composta de um império, representado pela Áustria, cinco reinos (Prússia, Baviera, Wittemberg, Saxônia e Hanover), dezoito ducados, onze principados e quatro cidades livres.

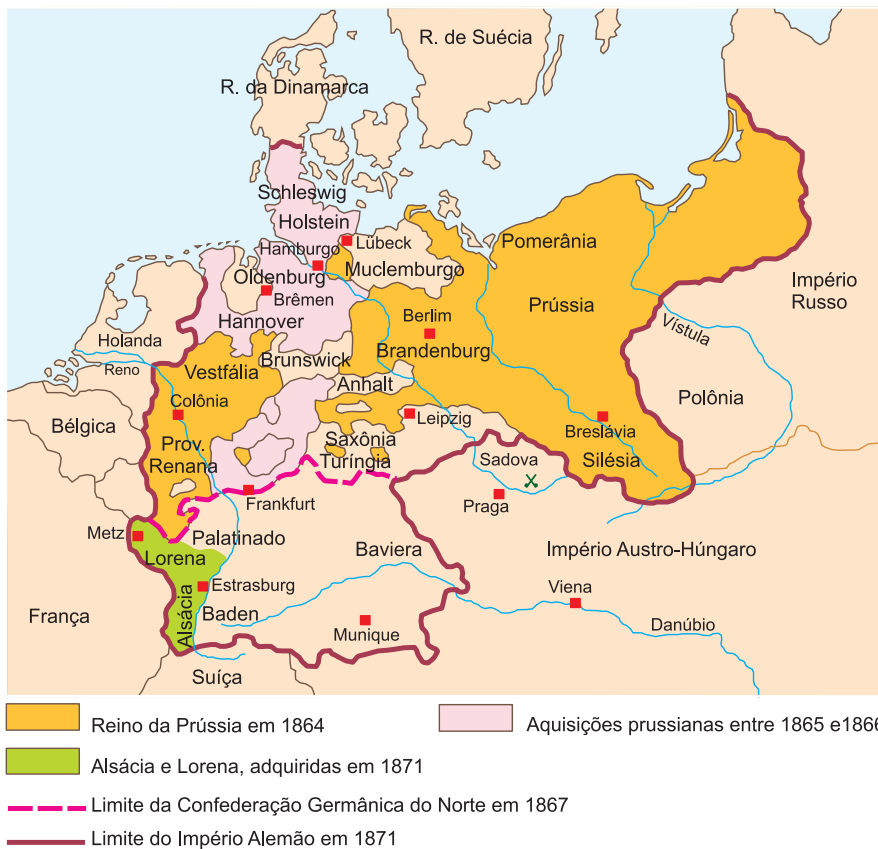
A fragmentação política favorecia a Áustria, que presidia a Confederação, exercendo uma posição hegemônica em relação à Prússia, considerado o mais desenvolvido dos Estados alemães.

Em 1834, a Prússia consolidou a criação de uma união aduaneira, denominada *Zollverein*, marco da unificação econômica da Alemanha, que excluía a participação do Império Austríaco. Com a suspensão das tarifas alfandegárias e a livre circulação de mercadorias entre os Estados alemães, houve um grande impulso econômico, permitindo o desenvolvimento das indústrias e do transporte fluvial e ferroviário. Deu-se, desta forma, o primeiro grande passo para a unificação política alemã, que se processará em torno da Prússia.



O Zollverein foi fundamental para impulsionar o desenvolvimento industrial alemão.

Após sufocar as revoltas liberais que também eclodiram em seu império, a Áustria reagiu contra o nacionalismo alemão, abolindo todas as reformas liberais que haviam sido concedidas aos Estados germânicos. Em novembro de 1850, o imperador Francisco José, da Áustria, convocou o rei da Prússia para uma conferência em Olmutz, onde estabeleceu um **ultimatum**: a Prússia renunciaria à liderança no processo de unificação ou a guerra seria deflagrada. A humilhação do rei da Prússia, ao ceder às pressões austríacas, deu origem ao episódio conhecido como *Recuo de Olmutz*.



Os Estados alemães, no período de 1862-1871, quando ocorreu a unificação política.

2. Surge o Chanceler de Ferro

Em 1861, a ideologia nacionalista ganhou um grande impulso com a ascensão de Guilherme I ao trono prussiano. O monarca escolheu habilmente, para o cargo de primeiro-ministro, o **junker** Otto von Bismarck, que se tornou o artífice da unificação.



Otto von Bismarck, o "chanceler de ferro", idealizador e responsável pela unificação alemã.

A Alemanha não deposita esperanças no liberalismo da Prússia, e sim em seu armamento".

Para a realização de seu programa de unificação, Bismarck manobrou habilmente a política externa,

Ultimatum: últimas exigências que um Estado apresenta a outro e cuja não aceitação implica declaração de guerra; mensagem intimidatória.

A política de Bismarck foi orientada no sentido de promover o desenvolvimento industrial e a modernização do exército prussiano, pois, segundo o chanceler, "os grandes problemas da época não se resolvem com discursos nem com votação de maiorias, mas a ferro e sangue.

fomentando principalmente a guerra contra a Áustria, que criava sérios obstáculos ao movimento nacionalista alemão.

3. O processo de unificação

Em 1864, Bismarck propôs a anexação dos ducados dinamarqueses de Holstein-Schleswig, de população predominantemente germânica, aliando-se à Áustria na guerra. O pequeno reino da Dinamarca foi derrotado pelas duas grandes potências. Na divisão das regiões conquistadas, o Holstein passou para a administração austríaca, enquanto a Prússia ficou com o domínio do Schleswig. Após uma série de incidentes relacionados ao governo da Áustria na região, Bismarck determinou a invasão do ducado, provocando, assim, a tão ambicionada guerra contra os austríacos.

A guerra austro-prussiana eclodiu em 1866, sendo conhecida como a *Guerra das Sete Semanas*. O exército prussiano, apoiado pelos **Estados do Norte** da Alemanha, contou com os interesses do Reino do Piemonte, que invadiu o sul da Áustria, visando concretizar a unificação italiana. Numa campanha fulminante, o exército austríaco foi derrotado na Batalha de Sadowa, assinando a *Paz de Praga*, pela qual a Áustria reconheceu a *Confederação Germânica do Norte* sob a liderança da Prússia, a neutralidade dos Estados do sul da Alemanha e a doação de Veneza para a Itália.

Para concretizar o ideal nacionalista, Bismarck necessitava do apoio dos Estados do Sul na causa da unificação. Para isso, articulou uma guerra contra a França, considerada a "inimiga hereditária" dos alemães.

O pretexto para a guerra surgiu quando o príncipe prussiano, Leopoldo de Hohenzollern, candidatou-se para ocupar o trono espanhol. O imperador francês, Napoleão III, que via com maus olhos o expansionismo de Bismarck, reagiu imediatamente, ameaçando ir à guerra caso se concretizasse a manobra política.

O rei Guilherme I, da Prússia, que havia se encontrado com o embaixador francês em Ems, enviou um telegrama a Bismarck informando-o sobre a decisão da Prússia em não renunciar ao trono espanhol. O chanceler viu nisto a possibilidade de concretizar o sonho da unificação: adulterou o sentido da mensagem, dando a entender que o rei prussiano fora vítima de uma tremenda ofensa que o obrigou a dar as costas ao embaixador francês.

Junker: aristocrata rural prussiano.

Estados do Norte: Estados alemães ao norte do Rio Mein.



Na Galeria dos Espelhos, em Versalhes, Guilherme I é coroado imperador da Alemanha.

Com a publicação do telegrama pela imprensa, os ânimos se **exacerbaram** na França e na Alemanha. Enquanto em Paris, a população gritava que a honra francesa estava em jogo; os Estados alemães, em sua totalidade, uniram-se em torno do rei prussiano, esquecendo seus antagonismos.

Em julho de 1870 iniciou-se a *Guerra Franco-Prussiana*. Os exércitos franceses foram derrotados em Sedan, tendo sido o próprio imperador, Napoleão III, feito prisioneiro dos prussianos. O exército alemão continuou avançando sobre a França até chegar a Versalhes, onde Guilherme I foi coroado imperador do II **Reich** alemão, em 18 de janeiro de 1871.



Execução dos envolvidos na Comuna de Paris, em O Muro dos Federados, gravura de Alfred Darjou.



Caricatura francesa apresentando a exploração capitalista sobre os trabalhadores.

Exacerbaram: intensificaram-se, inflamaram-se, radicalizaram-se.

Reich: Império (em alemão).



Saiba mais

A COMUNA DE PARIS

Após a derrota francesa em Sedan, com a capitulação do imperador, foi proclamada a Terceira República na França, sob a liderança do deputado liberal Léon Gambetta. Os setores conservadores eram majoritários no novo regime, conhecido como um Governo de Salvação Nacional, que tinha por finalidade deter o avanço prussiano sobre Paris. As camadas populares pediam a volta da Guarda Nacional, milícia composta pelo proletariado urbano. A República sentia medo em armar o povo, mas foi obrigada a formar 200 batalhões. A guerra, porém, já estava perdida e, em janeiro de 1871, os prussianos invadiram a capital.

O Governo Provisório assinou uma trégua com a Prússia e convocou eleições para uma Assembleia Nacional, que assegurou a vitória dos conservadores, sendo Thiers escolhido como chefe do Poder Executivo.

Depois da retirada do exército prussiano de Paris, a Assembleia Nacional, que se reunia em Versalhes, com a finalidade de evitar as pressões populares na elaboração da nova Constituição, obrigou o desarmamento da Guarda Nacional. A população revoltou-se contra o governo de Versalhes, anunciando que a **Comuna** havia tomado o poder.

A *Comuna de Paris* passou a governar sob o emblema da bandeira vermelha, símbolo da revolução popular. Foi eleito, pelo sufrágio universal, um conselho composto em sua maioria por marxistas, socialistas utópicos e anarquistas, que tinha por finalidade defender a cidade contra os invasores.

As divergências de posições políticas impediram que os *communards* elaborassem um programa de governo, detendo-se em discussões estéreis, de pequeno alcance prático. No entanto, várias medidas socializantes foram adotadas, como o controle das fábricas pelos operários, o congelamento dos preços de gêneros de primeira

Comuna: administração municipal eleita pelo povo de Paris e que agrupava 90 membros das diversas associações radicais.

necessidade e alugueis, e a criação de creches e escolas para os filhos dos trabalhadores.

Nesse período, Thiers organizou tropas para reprimir o movimento da Comuna, convencendo Bismarck de que a vitória socialista representava uma ameaça para os dois países. Os alemães libertaram cerca de 100 mil prisioneiros de guerra para sufocar o movimento.

No dia 21 de maio, teve início a *Semana Sangrenta*, na qual os soldados de Versalhes avançaram sobre a cidade, massacrando a população e deixando um rastro de 25 mil *communards* mortos e 40 mil prisioneiros. Chegava ao fim a primeira experiência de um Estado Socialista ocorrida no Mundo Ocidental.

República Francesa

Liberdade – Igualdade – Fraternidade

Comuna de Paris

O POVO DE PARIS

AOS SOLDADOS DE VERSALHES

IRMÃOS!

A hora do grande combate dos Povos contra seus opressores chegou! Não abandonem a causa dos Trabalhadores! Façam como seus irmãos do 18 de Março! Unam-se ao Povo, do qual vocês fazem parte! Deixem os aristocratas, os privilegiados, os carrascos da humanidade se defenderem eles próprios, e o reino da justiça será facilmente estabelecido.

Deixem seus lugares!

Entrem em nossas moradas.

Venham a nós, ao meio de nossas famílias. Vocês serão acolhidos fraternalmente e com alegria.

O povo de Paris tem confiança em seu patriotismo.

VIVA A REPÚBLICA!

VIVA A COMUNA!

A COMUNA DE PARIS.

Exercícios Resolvidos

1 (FUVEST – MODELO ENEM) – “Desde a 0h de hoje (20h de ontem em Brasília), existe uma só Alemanha. O hasteamento da bandeira alemã de 75 metros no mastro de 45 metros de altura em frente ao Reichstag, prédio do Parlamento, em Berlim, no primeiro minuto deste dia 03, selou a anexação da Alemanha Oriental pela Ocidental.

A praça da República, onde fica o Reichstag, estava totalmente tomada. Centenas de milhares de alemães cantaram em coro a canção da Alemanha, hino nacional, para celebrar o fim da divisão do país.”

(FOLHA DE S. PAULO, Quarta-feira, 03 de outubro de 1990)

A notícia anterior refere-se à recente reunificação da Alemanha, que “simboliza a conclusão de uma etapa marcada pela divisão do mundo em blocos geopolíticos desenhados por duas superpotências”. No passado, a unificação alemã também foi o principal objetivo da ação política de Bismarck, que, para concretizá-la em 1871, combateu a

- a) Espanha, Prússia e Áustria.
- b) França, Inglaterra e Espanha.
- c) Dinamarca, Rússia e Itália.
- d) Prússia, Inglaterra e Holanda.
- e) Dinamarca, Áustria e França.

Resolução

A alternativa apresenta, respectivamente, os três países com os quais a Alemanha guerreou para construir sua unificação: Guerra dos Ducados (1864); Guerra das Sete Semanas (1866); e a Guerra Franco-Prussiana (1870 - 71).

Resposta: E

2 (UERJ – MODELO ENEM) – “O dia 12 de setembro de 1990 marcou o fim da Segunda Guerra Mundial: a Alemanha, vencida há quarenta e cinco anos, dividida e colocada sob a tutela de seus vencedores, encontrou através de sua unificação a sua soberania plena e completa. A última unidade alemã tinha sido proclamada em 1871, na galeria dos espelhos do palácio de Versalhes, depois de uma guerra vitoriosa contra a França.”

(Adaptado de *Le Monde*, 13/09/90)

As conjunturas históricas indicadas no texto acima representam aspectos diferenciados.

Os dois momentos de unificação, no entanto, transformaram a Alemanha em

- a) um Estado unitário, com uma representação classista de deputados.
- b) uma potência central, com um papel decisivo no equilíbrio de poder europeu.
- c) uma república federal, com um regime parlamentar e uma constituição liberal.
- d) uma nação democrática, com suas instituições liberais ampliadas do oeste para o leste.
- e) uma monarquia constitucional, à semelhança da inglesa.

Resolução

A Alemanha emergiu como uma potência militar, industrial e interessada na obtenção de colônias, rompendo o precário equilíbrio promovido pelo Congresso de Viena, situação que irá contribuir para a eclosão da Primeira Guerra Mundial.

Resposta: B

Exercícios Propostos

1 (FUVEST) – Em 1834, os Estados germânicos, sob a inspiração da Prússia, realizaram uma liga aduaneira que provocou muitos reflexos entre os alemães. Responda:

a) Qual o nome dado a essa liga?

RESOLUÇÃO:

Zollverein.

b) Quais as suas conseqüências?

RESOLUÇÃO:

Estimulou o desenvolvimento econômico dos Estados germânicos e colocou a Prússia na liderança do processo de unificação da Alemanha.

2 Explique como Bismarck conduziu a unificação da Alemanha.

RESOLUÇÃO:

Com “ferro e sangue”, estimulando a industrialização e o desenvolvimento econômico, ao mesmo tempo que realizou uma política militarista, promovendo guerras contra a Dinamarca, a Áustria e a França.

3 Faça uma relação entre a Guerra Franco-Prussiana e a Comuna de Paris.

RESOLUÇÃO:

A Guerra Franco-Prussiana promoveu a reorganização da lendária Guarda Nacional para defender Paris da invasão prussiana. Entretanto, a derrota da França, a miséria da população e a tentativa do governo francês de desarmar a Guarda Nacional provocaram a tomada de parte de Paris pelas forças populares, instaurando um efêmero governo socialista.

4 Pode ser considerado(a) um grande passo para a unificação alemã

- a) o *Zollverein*, união das alfândegas alemãs.
- b) a vitória austríaca na Guerra dos Sete Anos.
- c) a queda do primeiro-ministro prussiano Bismarck.
- d) a unidade religiosa em torno do luteranismo.
- e) a perda da Alsácia-Lorena para a França, na Guerra Franco-Prussiana.

RESOLUÇÃO:

A união econômica serviu de base para a futura união política.

Resposta: A

- 5 Continuando o processo de movimentos liberais e nacionais, temos, na Europa do século XIX, a unificação da Itália e da Alemanha. A esse respeito, é correto dizer que
- (0) havia, no caso italiano, três tendências: os que desejavam a unificação sob a direção do papa; os que a desejavam sob a forma monárquica com o rei do Piemonte; e os que advogavam a República, encontrando-se nesta facção Giuseppe Garibaldi.
- (1) a anexação de Roma só foi possível devido à Guerra Franco-Prussiana, pois Napoleão III era o grande defensor do Papado.
- (2) o *Zollverein* constituiu um grande atraso para a unificação alemã, ao dificultar a união aduaneira.
- (3) Áustria e Prússia disputavam a liderança no processo de unificação da Alemanha.
- (4) a Guerra Austro-Prussiana, de 1866, garantiu a hegemonia austríaca na unificação da nação germânica.
- (5) foi importante a guerra com a França, pois facilitou a unidade da Alemanha, cujo primeiro imperador foi proclamado no Palácio de Versalhes.

RESOLUÇÃO:

Itens corretos: (0), (1), (3) e (5).

Itens incorretos: (2) e (4).

O *Zollverein* estimulou o processo de industrialização; a Áustria foi derrotada e afastada do processo de unificação.

- 6 A proclamação do II Reich Alemão, em 1871, teve como consequências, **exceto**
- a) o revanchismo francês contra a Alemanha, pela perda da Alsácia e da Lorena.
- b) a quebra do equilíbrio político europeu, responsável pelos acontecimentos que levariam a Europa à Primeira Guerra Mundial.
- c) a supremacia alemã nas relações internacionais europeias.
- d) o surgimento de uma política de alianças promovida por Bismarck, o “Chanceler de Ferro”, com a finalidade de isolar a França das demais nações europeias.
- e) o início do antagonismo da Alemanha com os principais países europeus, principalmente com a Grã-Bretanha.

RESOLUÇÃO: A recém-criada Alemanha procurou isolar diplomaticamente a França e se lançou na corrida colonialista.

Resposta: E

- 7 (FUVEST – MODELO ENEM) – “Fizemos a Itália, agora temos que fazer os italianos”.

“Ao invés da Prússia se fundir na Alemanha, a Alemanha se fundiu na Prússia”.

Estas frases, sobre as unificações italiana e alemã,

- a) aludem às diferenças que as marcaram, pois, enquanto a alemã foi feita em benefício da Prússia, a italiana, como demonstra a escolha de Roma para capital, contemplou todas as regiões.
- b) apontam para as suas semelhanças, isto é, para o caráter autoritário e incompleto de ambas, decorrentes do passado fascista, no caso italiano, e nazista, no alemão.
- c) chamam a atenção para o caráter unilateral e autoritário das duas unificações, imposta pelo Piemonte, na Itália, e pela Prússia, na Alemanha.
- d) escondem suas naturezas contrastantes, pois a alemã foi autoritária e aristocrática, e a italiana foi democrática e popular.
- e) tratam da unificação da Itália e da Alemanha, mas nada sugerem quanto ao caráter impositivo de processo liderado por Cavour, na Itália, e por Bismarck, na Alemanha.

RESOLUÇÃO:

Ambos os processos foram coordenados por um Estado estruturado (Reino da Prússia, na Alemanha; Reino da Sardenha e Piemonte, na Itália), com o apoio das elites e sem levar em conta os interesses das camadas populares.

Resposta: C

Módulo

12

Expansão Territorial dos EUA

Palavras-chave:

- Destino Manifesto
- Corrida do ouro

1. Introdução

A primeira metade do século XIX na história dos EUA foi marcada pela conquista de territórios em direção ao Oceano Pacífico, conhecida como “a marcha para o Oeste”. No final do século XVIII, a população norte-americana alcançava quatro milhões de habitantes, que estavam concentrados na costa do Atlântico, sendo uma sociedade essencialmente agrária, formada por granjas no Nordeste e grandes latifúndios exportadores no Sudeste.

A grande questão é: como um país, em apenas 80 anos, conseguiu aumentar substancialmente seu território? Quais meios foram utilizados? Quais os motivos do grande crescimento populacional durante esse período? Quem ocupava as terras a Oeste?

Vários fatores podem explicar essa expansão, vejamos a seguir.

2. Fatores da expansão

A imigração, nesse período, foi muito intensa, principalmente de pessoas vindas da Alemanha, Irlanda e Inglaterra. Os motivos para esse deslocamento estavam ligados às dificuldades financeiras pelas quais a população europeia passava, à expulsão dos camponeses da terra em virtude da concentração **fundiária** e ao desemprego de artesãos em razão da mecanização industrial nas cidades.

No início do século XIX, a população norte-americana passava a contar cerca de sete milhões de habitantes. Esse crescimento demográfico e a pequena área do país contribuíram para que se pretendesse ocupar terras a Oeste, em razão da necessidade de aumentar a produção agrícola e a área destinada aos rebanhos. A partir da segunda metade do século XIX, a pecuária chegou a ocupar um quarto do território americano, estendendo-se do Texas ao Canadá.

A descoberta de ouro na Califórnia, em 1848, estimulou uma corrida em busca de “riqueza fácil”, incentivando o deslocamento populacional. Além disso, a construção de ferrovias, iniciada em 1829, barateava o transporte. Em fins do século XIX, a quantidade de quilômetros de linhas férreas nos Estados Unidos era maior que a soma de todos os países europeus. Em 1890, uma ferrovia ligava a costa do Atlântico ao Pacífico.

A expansão para o Oeste foi justificada pela doutrina do “Destino Manifesto”, que pregava serem os norte-americanos destinados por Deus a conquistar e ocupar os territórios situados entre o Atlântico e o Pacífico. Em 1820, a expansão norte-americana ganhou um conteúdo politizado com a Doutrina Monroe, que, inicialmente, colocou-se como defensora das recém-independentes nações latino-americanas ao pronunciar “a América para os americanos”, mas, conforme os interesses territoriais dos Estados Unidos foram se ampliando em direção a oeste e sul, a Doutrina seria mais bem definida pela frase “a América para os norte-americanos”.

3. Leis sobre terras

Antes mesmo da independência, os colonos americanos já cobiçavam terras a oeste. Um dos motivos que causaram o início da luta contra os ingleses foi a **Lei de**

Fundiária: relativo a terrenos; agrária.



As ferrovias foram fundamentais para o processo de expansão.



A expansão dos rebanhos contribuiu para a corrida em direção ao Oeste.



Os pioneiros indo para o Oeste simbolizavam a cultura norte-americana, a própria expansão.

Québec (parte das **Leis Intoleráveis**, 1774), que proibia a ocupação de terras entre os Apalaches e o Mississippi pelos colonos. Após a independência, foi elaborada, pela **Convenção da Filadélfia**, a **Lei Noroeste** (1787), que estabeleceu as bases para a ocupação das terras a Oeste e a integração dos novos territórios surgidos à União, ao definir que, quando a população atingisse 5.000 habitantes do sexo masculino em idade de votar, poderia organizar um Legislativo bicameral e passaria a ter o direito de um representante no Congresso, sem direito a voto; ao atingir uma população livre de 60.000 habitantes, o território seria incorporado à União como Estado.

As grandes companhias loteadoras incorporaram essas terras e passaram a comercializá-las junto aos pioneiros por um preço bem reduzido (aproximadamente dois dólares por hectare). Esses pioneiros eram granjeiros, caçadores ou grandes latifundiários sulistas que estavam interessados em expandir a cultura algodoeira ou seu rebanho. O governo norte-americano também incentivou a ocupação; em 1862, o presidente Abraham Lincoln concedeu terras gratuitamente por intermédio do **Homestead Act** – 160 acres a todos aqueles que cultivassem a terra durante cinco anos.



Saiba mais

Lei de Québec: parte das Leis Intoleráveis (1774), editada pela Inglaterra depois da Guerra dos Sete Anos, proibindo a ocupação das terras entre os Apalaches e o rio Mississippi, pelos colonos americanos.

Leis Intoleráveis: conjunto de leis aprovadas pelo Parlamento inglês em represália ao “Boston tea party”.

Convenção da Filadélfia: Assembleia de representantes dos 13 Estados americanos, que elaborou a Constituição Americana de 27 de setembro de 1787.

Lei Noroeste: também chamada de Edito do Noroeste, de 1787, estabeleceu as bases para a ocupação das terras a Oeste e sua integração à União, como novos Estados, impedindo a subordinação dessas áreas aos Estados mais antigos.

Tratado de Versalhes: celebrado entre Inglaterra e os EUA, segundo o qual os ingleses reconheciam a independência norte-americana.

A EXPANSÃO NORTE-AMERICANA PARA O OESTE



A expansão norte-americana para o Oeste.

4. Mecanismos de conquista

Compra de territórios

Pelo **Tratado de Versalhes**, de 1783, firmado com a Inglaterra, o território dos Estados Unidos abrangia da costa do Atlântico até o rio Mississippi.

No século XIX, essa realidade se alterou consideravelmente. Em direção ao Oeste, apareceu o território da Louisiana, colônia francesa que Napoleão Bonaparte, devido às guerras na Europa e Antilhas (Haiti), negociou com os norte-americanos por 15 milhões de dólares (1803). A Flórida foi comprada dos espanhóis, em 1819, por cinco milhões de dólares. A Rússia vendeu o Alasca aos Estados Unidos, em 1867, por sete milhões de dólares.

Diplomacia

O Oregon (Noroeste dos EUA), colônia inglesa que despertou pouco interesse até 1841, foi cedido aos americanos em 1846.

Guerra

O Sudoeste americano pertencia ao México; a conquista desse território ocorreu por meio de guerra. Em 1821, os americanos passaram a colonizar essa região com autorização do governo mexicano, que exigiu lealdade e adoção da religião católica por parte dos pioneiros.

A dificuldade encontrada pelo México na consolidação do Estado Nacional refletiu-se em conflitos internos e no estabelecimento de ditaduras como a de López de Sant'Anna. Esses fatos impediam um efetivo controle sobre essa região que fora concedida. Dessa maneira, o Texas estava fadado a compor os Estados Unidos, o que ocorreu em 1845, quando os colonos norte-americanos ali estabelecidos declararam a independência do território em relação ao México e a sua incorporação aos Estados Unidos. A guerra estendeu-se até 1848, quando foi assinado o Tratado de Guadalupe-Hidalgo, que estabelecia o Rio Grande como fronteira entre o México e o Texas, além da cessão da Califórnia, Arizona, Novo México, Nevada, Utah e parte do Colorado aos Estados Unidos por 15 milhões de dólares. Em 1853, foi completada a

anexação de territórios do México com a incorporação de Gadsden. Metade do território mexicano havia sido perdido para os Estados Unidos.

Lázaro Cárdenas, presidente mexicano (1934-1940), em relação ao imperialismo norte-americano, comentou: "Pobre México, tão longe de Deus e tão perto dos Estados Unidos".

Os indígenas

As maiores vítimas da marcha para o Oeste foram os indígenas. Eles se encontravam em estágios de pouco desenvolvimento, se comparados aos astecas, maias e incas; daí sua dificuldade para resistir ao domínio e à força dos brancos europeus.



Os indígenas, em quase sua maioria, foram dizimados durante o processo de expansão.

Os norte-americanos acreditavam que, além de serem os predestinados por Deus a ocuparem todo o território, deveriam cumprir a missão de civilizar outros povos. Nesse sentido, contribuíram decisivamente para o aniquilamento dos indígenas e de sua cultura.

As tribos do Sul, mais desenvolvidas, ofereceram uma resistência maior à ocupação do branco. No entanto, o caminho das tribos indígenas foi a ocupação de terras inférteis em direção ao Pacífico, até o seu extermínio. De acordo com o "herói" americano, o general Armstrong Custer, considerado o "grande matador de índios", "o único índio bom é um índio morto".

5. A política no processo de expansão

Em 1789, foi eleito o primeiro presidente dos Estados Unidos, George Washington, que governou o país durante dois quadriênios. Nesse período, dois grupos políticos disputavam o poder: o Partido Federalista e o Partido Republicano Democrático, liderados respectivamente por Alexander Hamilton e Thomas Jefferson, secretários do Tesouro e do Estado, ligados ao governo de George Washington.

Os partidos políticos

O Partido Federalista defendia um governo com poder centralizado, representando os interesses dos grandes comerciantes, manufactureiros e financistas.

Já o Partido Republicano Democrático defendia um governo descentralizado, ou seja, uma maior autonomia para os Estados, e também uma maior participação popular nas eleições (eram simpáticos aos ideais da Revolução Francesa e representavam os interesses dos pequenos proprietários).

A era Jackson

O governo de Andrew Jackson (1829–1837) foi marcado pela mudança de orientação política. Ligado ao recém-criado Partido Democrata, defendia os interesses dos grandes fazendeiros do Oeste e operários do Norte. Durante sua gestão, foram realizados expurgos de elementos que pertenciam a governos anteriores, processo que ficou conhecido como “sistema de despojos” (*Spoil System*).



Porto de Nova York, Universidade de Yale – Connecticut.

O crescimento da agricultura, indústria, comércio, mineração e pecuária foi acentuado. A população atingiu cerca de trinta milhões de pessoas em 1860.

Formaram-se sociedades diferenciadas dentro do país. A Norte e Leste, surgiu uma poderosa burguesia industrial e comercial, juntamente com um operariado fabril; ao Sul, predominavam os grandes aristocratas vinculados ao latifúndio, à monocultura, à exportação e à escravidão; nas regiões Centro e Oeste, nasceu uma sociedade organizada a partir dos pioneiros e baseada na agricultura e pecuária. No entanto, aumentou a rivalidade entre os interesses conflitantes dos Estados do Norte e do Sul, o que culminou, mais tarde, em uma guerra civil.



No Sul, a economia manteve-se com base no escravismo e na sociedade, aristocrática.

6. Consequências da expansão

A conquista de um vasto território criou condições para o grande desenvolvimento da economia norte-americana. Em 1912, concluiu-se o processo de formação da União, com a incorporação do Arizona como Estado.

Exercícios Resolvidos

1 (UERJ – MODELO ENEM)

O COMPROMISSO DE MISSOURI (1820) E A DELIMITAÇÃO ENTRE TERRITÓRIOS LIVRES E ESCRAVISTAS



(KOSHIBA, L. & PEREIRA, D. M. F. *Américas: uma introdução histórica*. São Paulo: Atual, 1992.)

O motivo que levou à assinatura do compromisso de Missouri, apresentado graficamente ao lado, está expresso em

- a) controle do apoio do norte capitalista à luta abolicionista no sul.
- b) defesa dos territórios escravocratas diante do expansionismo capitalista do norte.
- c) ampliação do comércio entre o norte manufatureiro e o sul produtor de matérias-primas.
- d) manutenção do equilíbrio de poder entre representantes congressistas escravistas e não escravistas.
- e) pacificação das populações indígenas, garantindo que estas não deixassem suas reservas.

Resolução

O Norte procurava evitar a propagação do escravismo em direção às novas regiões anexadas a Oeste.

Resposta: D

Exercícios Propostos

1 Qual a justificativa ideológica para o processo de expansão territorial dos Estados Unidos?

RESOLUÇÃO:

O “Destino Manifesto”, que defendia serem os norte-americanos destinados por Deus para ocupar as terras entre o Atlântico e o Pacífico.

2 Quais os mecanismos utilizados nesse processo de expansão?

RESOLUÇÃO:

Compra de territórios pertencentes a outros países, diplomacia, guerra com o México e o quase extermínio das populações indígenas.

3 Aponte as consequências da marcha para o Oeste.

RESOLUÇÃO:

A marcha para o Oeste gerou um crescimento econômico nacional, acompanhado do processo de aprofundamento das divergências sociopolíticas entre as Regiões Norte-Nordeste (burguesa, industrial, urbanizada e com trabalho assalariado) e a Região Sul-Sudeste (aristocrática, rural e escravista).

4 A ideia de que os Estados Unidos deveriam se responsabilizar por levar a palavra de Deus e a civilização aos outros povos da América justificava a sua política expansionista, representada

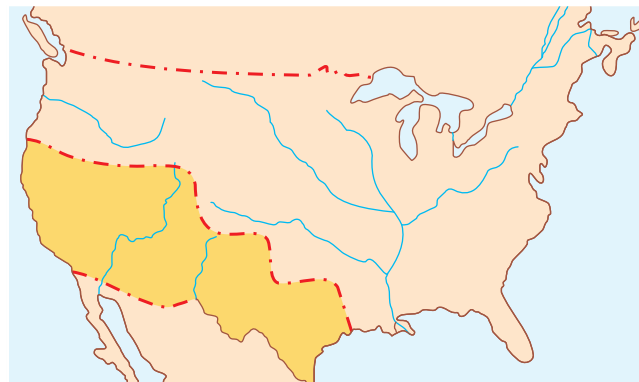
- a) pela teoria da mais-valia.
- b) pela teoria da igualdade entre as nações.
- c) pelo princípio do “Destino Manifesto”.
- d) pelo Contrato Social.
- e) pela obra *A Riqueza das Nações*.

RESOLUÇÃO:

O “Destino Manifesto” estava fundamentado no protestantismo calvinista.

Resposta: C

5 (CESGRANRIO – MODELO ENEM)



Os Estados Unidos se expandiram para o Oeste também às custas do México, a quem pertenciam os territórios assinalados no mapa acima. Após perder a guerra em 1848, pelo Tratado de Guadalupe-Hidalgo, o México cedeu aos EUA, entre outros, o território

- a) da Califórnia, cuja ocupação efetiva se acelerou com a descoberta de ouro na região.
- b) do Alasca, cujo real povoamento se deu a partir da descoberta de petróleo.
- c) do Alabama, que o México havia comprado da Espanha em 1819.
- d) de Missouri, que foi anexado como Estado abolicionista, já que no México não mais havia escravidão.
- e) de Seattle, cuja importância na atualidade se deve ao desenvolvimento tecnológico na área das comunicações.

RESOLUÇÃO:

A Califórnia é uma longa faixa de terras banhada pelo Oceano Pacífico e que dos principais territórios do extremo Oeste e que consolidaria o ideal norte-americano de domínio de costa à costa.

Resposta: A

Módulo

13

Guerra de Secessão

Palavras-chave:

- Abolicionismo x escravismo
- Protecionismo x livre-cambismo

1. Introdução

A primeira metade do século XIX marcou a primeira fase do processo de industrialização norte-americana, que ocorreu no Norte, sobretudo na região da **Nova Inglaterra**, baseada ainda em características do período colonial.

Em meados do século, o Norte, ou mais precisamente o Nordeste, era o polo econômico vital da

economia. Esse desenvolvimento foi favorecido por ocasião das guerras napoleônicas e pela Segunda Guerra de Independência (1812-14), já que as importações diminuíram e o mercado interno passou a consumir as manufaturas locais.

Nova Inglaterra: termo usado para delimitar as 4 colônias puritanas do Norte: New Hampshire, Rhode Island, Massachusetts e Connecticut.

Essa incipiente indústria, por volta de 1810, beneficiou-se também de grande disponibilidade de ferro, carvão e energia hidráulica da região Norte. O mesmo processo não atingiu a região Sudeste, que permanecia com uma economia marcadamente colonial, cuja produção ainda se fazia no interior da grande propriedade monocultora, voltada para o mercado externo e baseada na exploração do trabalho escravo. Enquanto no Norte-Nordeste formava-se uma sociedade tipicamente industrial, dominada por uma forte burguesia, no Sul-Sudeste a sociedade permanecia como que inalterada desde o período colonial.

Os Estados Unidos, na realidade, abrigavam duas nações distintas (o Norte-Nordeste e o Sul-Sudeste) e o antagonismo de interesses entre essas duas regiões levaria o país a uma guerra civil, a Guerra de Secessão.



Saiba mais

A “Segunda Guerra de Independência”, entre 1812 e 1814, foi o nome dado ao conflito envolvendo EUA e Grã-Bretanha durante a presidência de James Madison (1809-1817). Dois fatores a provocaram: primeiramente, havia o interesse de grupos expansionistas americanos em tomar o Canadá da Grã-Bretanha; em segundo lugar, a Grã-Bretanha realizou vários ataques a navios americanos que tentavam romper o bloqueio naval britânico imposto à França durante as Guerras Napoleônicas. Esses ataques serviram de pretexto para os EUA declararem guerra e invadirem o Canadá. Contudo, ela não contou com muito apoio interno e a invasão do Canadá fracassou. Por sua vez, os britânicos invadiram, com um batalhão, a capital (Washington) forçando a fuga do presidente, e se retiraram. Atacam, ainda, a costa sul e Nova Orleans foi cercada, mas as forças britânicas acabaram expulsas. Diante do impasse militar e da impopularidade do conflito nos dois países, EUA e Grã-Bretanha restabeleceram a paz no Tratado de Ghent (1814), sem alterações territoriais.

2. Fatores da guerra

O desenvolvimento do Norte

O protecionismo alfandegário foi, certamente, fundamental para a eclosão da Guerra Civil americana. Os Estados do Norte, em processo de industrialização, reivindicavam altas tarifas de importação como mecanismo de manutenção de seu desenvolvimento, pois não conseguiam competir com os preços dos produtos ingleses.

O Sul, por outro lado, dependia economicamente do Norte, exportando para lá parte de sua produção algodoeira e importando manufaturados. Para sua sobrevivência, defendia a liberdade de comércio, preferindo importar os manufaturados ingleses, de melhor qualidade e mais baratos do que os produzidos pelos Estados do Norte. Além desse fato, os industriais ingleses poderiam deixar de comprar sua produção, caso os

sulistas optassem por dar apoio às propostas protecionistas dos industriais do Norte.

O problema do escravismo

O problema da manutenção do escravismo encontrou seu campo de discussão, em nível político, no Congresso, que, ao sintetizar as disputas políticas pela salvaguarda de interesses econômicos dos Estados do Norte e do Sul, dividiu-se em abolicionistas e escravistas. Com o processo de expansão para o Oeste e a incorporação de novos Estados à União, as disputas acirraram-se em torno da questão abolicionista. Ao Sul interessava que fosse livre a adoção do escravismo, pois, assim, o preço do escravo manter-se-ia elevado. O Norte defendia o abolicionismo, por ter interesse no crescimento do mercado consumidor e, ao mesmo tempo, em obter mão de obra barata.

Em 1820, o Estado de Missouri solicitou sua integração à União, gerando uma série de conflitos, pois a balança política passou a pender a favor dos Estados do Sul. Esses atritos levaram a se firmar o Compromisso do Mississippi-Missouri, no mesmo ano, que arbitrou a questão, estabelecendo a incorporação do Missouri (Estado escravista) e a incorporação do Maine (Estado com mão de obra livre). O ponto de referência seria o paralelo 36°30', separando o trabalho livre (Norte) e o trabalho escravo (Sul).

A incorporação da Califórnia, em 1849, como Estado livre, mesmo estando abaixo do paralelo 36°40', contribuiu para acirrar a polêmica, pois, pelo Compromisso do Mississippi-Missouri, a Califórnia deveria ser escravista. Um novo acordo foi firmado em 1850, o Compromisso Clay, definindo que caberia a cada Estado decidir sobre a continuidade ou não do escravismo.

Em 1860, o Norte lançou a candidatura de Abraham Lincoln para a Presidência. Lincoln, em relação ao escravismo, tinha posições moderadas. Considerava que manter a União era mais importante do que a questão social dos negros. Depois de eleito, chegou a pronunciar-se sobre a questão nos seguintes termos: “Se pudesse salvar a União sem libertar nenhum escravo, eu o faria. Se pudesse salvar a União libertando os escravos, eu o faria”.

A política

Desde a independência dos Estados Unidos, os grandes proprietários rurais do Sul e a burguesia do Norte, por intermédio do Partido Democrata, controlavam a vida política nacional.



Após a Guerra, Lincoln foi assassinado por John Booth.

Em 1854, foi criado, no Norte, o Partido Republicano. Os principais tópicos de seu programa eram a luta em favor do abolicionismo e a manutenção da União, propostas que atraíram muitos políticos do Partido Democrata.

As eleições presidenciais de 1860, extremamente tensas, encontraram o Partido Democrata dividido em torno de dois candidatos: John Breckinridge e Stephen Douglas. O Partido Republicano uniu-se em torno da candidatura de Lincoln. O Partido da União Constitucional lançou um quarto candidato, John Bell. Lincoln venceu o pleito, e esse fato desencadeou a Secessão.



Derrota dos confederados na Virgínia, em 1865.

3. A guerra

Logo após a eleição de Lincoln, a Carolina do Sul, não esperando a posse do presidente, resolveu separar-se da União e arrastou com ela mais seis Estados. Estes formaram os Estados Confederados da América, em 8 de fevereiro de 1861, com capital em Richmond, Virgínia, sob a Presidência de Jefferson Davis.

As hostilidades começaram com o ataque da artilharia confederada ao Forte Sumter, uma guarnição federal, no dia 12 de abril de 1861. Inicialmente, os sulistas foram vitoriosos. Porém, a correlação de forças foi tornando-se extremamente desigual, à medida que se desenrolavam as batalhas. O Norte era constituído por 25 Estados, uma população de cerca de 22 milhões de habitantes, uma economia industrial diversificada e uma Marinha de Guerra. Já o Sul era formado por 11 Estados, uma população de 9 milhões de habitantes, dos quais 4 milhões eram escravos, e uma economia de base agrária, o que o tornou dependente de recursos exteriores para o desenvolvimento da guerra.



Batalha de Chancellorsville, 1863.

Durante os confrontos, Lincoln, para fortalecer os Estados do Norte, extinguiu a escravidão e promulgou o **Homestead Act** (1862), garantindo o apoio por parte dos granjeiros e pioneiros interessados nas terras a Oeste. Ex-escravos, colonos e operários se incorporaram ao Exército da União, revertendo a guerra em favor do Norte, que interrompeu o comércio entre a Europa e o Sul por meio de um bloqueio naval. Em 6 de abril de 1865, o general Lee, comandante das tropas sulistas, pediu os termos de rendição.

4. As consequências da guerra

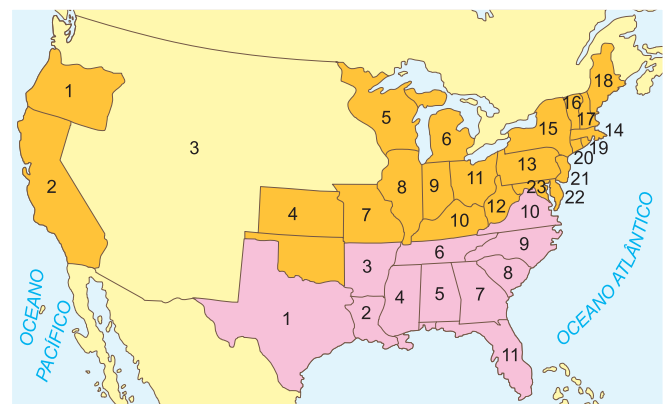
A vitória do Norte sobre o Sul decidiu definitivamente a questão da unidade nacional, fortalecendo a União. A sociedade urbana e industrial do Norte prevaleceu, arrasando a sociedade agrária e aristocrática do Sul. A grande propriedade cedeu lugar às pequenas e médias.

O escravismo foi abolido, mas não se criou uma solução para a “questão negra”; apesar do direito ao voto, os negros continuaram marginalizados. Intensificaram-se as atitudes racistas com o surgimento de grupos como a Ku Klux Klan, nascida em 1867.

Os mortos somaram 600.000. Em 14 de abril de 1865, Lincoln foi assassinado por John Wilkes Booth, um fanático do Sul.

Os Estados Unidos começavam a despontar como potência mundial.

OS EUA DURANTE A GUERRA DE SECESSÃO



ESTADOS DA UNIÃO

- 1 - Oregon
- 2 - Califórnia
- 3 - Área indígena
- 4 - Kansas
- 5 - Wisconsin
- 6 - Michigan
- 7 - Missouri
- 8 - Illinois
- 9 - Indiana
- 10 - Kentucky
- 11 - Ohio
- 12 - Virgínia Ocidental
- 13 - Pensilvânia
- 14 - Massachusetts
- 15 - Nova York
- 16 - Vermont
- 17 - New Hampshire
- 18 - Maine
- 19 - Rhode Island
- 20 - Connecticut
- 21 - New Jersey
- 22 - Delaware
- 23 - Maryland

ESTADOS CONFEDERADOS

- 1 - Texas
- 2 - Louisiana
- 3 - Arkansas
- 4 - Mississippi
- 5 - Alabama
- 6 - Tennessee
- 7 - Geórgia
- 8 - Carolina do Sul
- 9 - Carolina do Norte
- 10 - Virgínia
- 11 - Flórida

Homestead Act: Lei de Terras

Exercícios Resolvidos

1 (PUC-SP – MODELO ENEM) – “Representou uma confissão de que o sistema político falhou, esgotou os seus recursos sem encontrar uma solução (para os conflitos políticos mais importantes entre as grandes regiões norte-americanas, a Norte e a Sul). Foi uma prova de que mesmo numa das democracias mais antigas, houve uma época em que somente a guerra podia superar os antagonismos políticos.”

(Eisenberg, Peter Louis. *Guerra Civil Americana*. S. Paulo, Brasiliense, 1982.)

Entre os conflitos geradores dos antagonismos políticos referidos no texto está a

- manutenção, pela sociedade sulista, do regime de escravidão, o que impediria a ampliação do mercado interno para o escoamento da produção industrial nortista.
- opção do Norte pela produção agrícola em larga escala voltada para o mercado externo, o que chocava com a concorrência dos sulistas que tentavam a mesma estratégia.
- necessidade do Sul de conter a onda de imigração da população nortista para seus territórios, o que ocorria em função da maior oferta de trabalho e da possibilidade do exercício da livre-iniciativa.
- ameaça exercida pelos sulistas aos grandes

latifundiários nortistas, o que se devia aos constantes movimentos em defesa da reforma agrária naquela região em que havia concentração da propriedade da terra.

e) adesão dos trabalhadores sulistas ao movimento trabalhista internacional, o que ameaçava a estabilidade das relações trabalhistas praticadas na região Norte.

Resolução

O Norte estava em processo de desenvolvimento industrial e necessitava da unificação do mercado consumidor através da adoção de medidas protecionistas e abolicionistas.

Resposta: A

2 (UFV – MODELO ENEM) – “Os Estados Confederados podem adquirir novo território. [...] Em todos esses territórios, a instituição da escravidão negra, tal como ora existe nos Estados Confederados, será reconhecida e protegida pelo Congresso e pelo governo territorial; e os habitantes dos vários Estados Confederados e Territórios terão o direito de levar para esse território quaisquer escravos legalmente possuídos por eles em quaisquer Estados ou Territórios dos Estados Confederados [...].”

(“Constituição dos Estados Confederados da América”, Art. IV, seção 3, 1861.)

O texto reflete um dos pontos centrais de discordância que geraram a Guerra Civil Americana.

Esta guerra civil foi o resultado

a) da ação imperialista americana que, a partir da Doutrina Monroe, passou a intervir na América Latina.

b) da luta entre os colonos e a Metrópole Inglesa, o que redundaria na independência dos Estados Unidos.

c) da Grande Depressão, intensificando a pobreza e o desemprego nas grandes cidades americanas.

d) da luta pelos direitos civis, particularmente dos negros, forçando uma reinterpretação da Constituição Americana.

e) da oposição dos interesses dos Estados do Sul e do Norte em torno da questão da escravidão e da expansão para o Oeste.

Resolução

Pouco tempo antes de se iniciar a Guerra Civil, os americanos haviam expandido o seu território até a Costa Oeste. A partir de então, travou-se uma discussão sobre a ocupação deste vasto domínio. Sul e Norte viam no futuro das novas regiões a ampliação de suas atividades econômicas, que era bastante diverso.

Resposta: E

Exercícios Propostos

1 Aponte as divergências entre o Norte e o Sul em torno da questão tarifária, no processo anterior à Guerra de Secessão.

RESOLUÇÃO:

O Norte defendia a adoção de altas taxas alfandegárias, com o objetivo de proteger suas indústrias da concorrência de produtos europeus. Já o Sul, defendia o livre-cambismo, a fim de obter produtos industrializados europeus a um baixo custo.

2 Comente os interesses dos Estados do Norte em relação ao abolicionismo.

RESOLUÇÃO:

O abolicionismo defendido pelo Norte tinha como objetivo a ampliação do mercado consumidor interno.

3 Considerando-se os acordos firmados sobre a questão do escravismo, diga o que foi o Compromisso do Mississippi–Missouri e o Compromisso Clay.

RESOLUÇÃO:

O Compromisso Mississippi–Missouri definia que acima do paralelo 36 graus e 40 minutos estaria abolida a escravidão.

O Compromisso Clay determinava que cada Estado da federação definiria se adotaria a escravidão ou o abolicionismo.

4 Quais as consequências da Guerra Civil americana?

RESOLUÇÃO:

A vitória do Norte sobre o Sul significou a supremacia do modelo capitalista industrial sobre uma sociedade arcaica. Assim, a sociedade agrária e aristocrática do Sul cedeu lugar a um processo de modernização, marcado, entre outros aspectos, pela divisão dos latifúndios e pelo fim do escravismo.

- 5 A Guerra Civil norte-americana foi provocada
- pelo antagonismo entre o Norte, agrícola e escravista, e o Sul, manufatureiro e liberal.
 - pela rivalidade entre o Norte e o Sul na disputa do enorme mercado consumidor.
 - pelo antagonismo entre o Oeste, agrícola e democrático, e o Leste, manufatureiro e conservador.
 - exclusivamente pela questão da escravidão, pois enquanto o Norte queria sua total abolição, o Sul queria que fosse adotada por todos os Estados.
 - tanto pela questão da adoção da escravidão nos novos Estados do Oeste, quanto pela adoção de uma tarifa alfandegária protecionista para proteger a nascente indústria do Norte.

RESOLUÇÃO:

A questão da mão de obra e a política tarifária foram os principais motivos que conduziram à Guerra de Secessão.

Resposta: E

- 6 A vitória dos Estados do Norte na Guerra de Secessão resultou na
- diminuição do número de pequenos e médios proprietários e no crescimento da aristocracia rural no Sul.
 - unificação do mercado interno, desenvolvimento capitalista e transformação dos Estados Unidos em potência econômica.
 - anexação da região do Texas ao território dos Estados Unidos.
 - extinção do tráfico negreiro para os Estados Unidos.
 - regulamentação, pelo Compromisso do Missouri, dos territórios que passaram a ser escravistas ou livres.

RESOLUÇÃO:

O Norte passa a exercer o controle político do país e a estimular o seu desenvolvimento industrial.

Resposta: B

- 7 (UNESP – MODELO ENEM) – “A Ku Klux Klan foi organizada para segurança própria... o povo do Sul se sentia muito inseguro. Havia muitos nortistas vindos para cá (Sul), formando ligas por todo o país. Os negros estavam se tornando muito insolentes e o povo branco sulista de todo o estado de Tennessee estava bastante alarmado.”

(Entrevista DE Nathan Bedford Forrest ao *Jornal de Cincinnati*, Ohio, 1868.)

A leitura deste depoimento, feito por um membro da Ku Klux Klan, permite entender que esta organização tinha por objetivo

- assegurar os direitos políticos da população branca, pelo voto censitário, eliminando as possibilidades de participação dos negros nas eleições.
- impedir a formação de ligas entre nortistas e negros, que propunham a reforma agrária nas terras do sul dos Estados Unidos.
- unir os brancos para manter seus privilégios e evitar que os negros, com apoio dos nortistas, tivessem direitos garantidos pelo governo.
- proteger os brancos das ameaças e massacres dos negros, que criavam empecilhos para o desenvolvimento econômico dos estados sulistas.
- evitar confrontos com os nortistas, que protegiam os negros quando estes atacavam propriedades rurais dos sulistas brancos.

RESOLUÇÃO:

Mera interpretação do texto. Todavia, cabe lembrar que os membros da Ku Klux Klan acreditavam num tipo racial definido pelo padrão WASP (White, Anglo-Saxon, Protestant).

Resposta: C

Módulo

14

Imperialismo norte-americano

Palavras-chave:

- Capitalismo
- Monopolista • Expansionismo

1. A construção de uma potência

A Guerra Civil, na realidade, revelou os contrastes de um país que passara por profundas transformações e por um vertiginoso desenvolvimento econômico.

Em 1862, com a **Lei Morrill**, estabeleceu-se uma forte política protecionista, duplicando o valor das tarifas alfandegárias, incentivando o mercado interno e demonstrando que o poder passava a ser controlado segundo os interesses do Norte. A mecanização da indústria baixava os custos e aumentava a produtividade para um mercado consumidor em constante expansão.

Lei Tarifária de Morrill: Ato de 1862, duplicando as tarifas alfandegárias e protegendo as indústrias nacionais.

Durante a segunda metade do século XIX, o capitalismo concorrencial cedeu lugar ao capitalismo monopolista nos Estados Unidos. O sistema de sociedades por ações permitiu a formação de grandes empresas sob o controle de poucas pessoas ou grupos econômicos. Essas empresas visavam à redução dos custos, à divisão do mercado entre si, mantendo assim o controle e a distribuição da produção e definindo os preços finais. Surgiam os cartéis, os trustes e os *holdings*, que, apesar das leis restritivas – Lei Anticartéis (1887) e Lei Antitruste Sherman (1890), que definia o monopólio do comércio aos limites de um Estado –, monopolizavam o controle da economia norte-americana. O setor bancário concentrava-se no Nordeste, sendo o controle exercido por Wall Street, o centro financeiro de Nova York.

A urbanização resultou desse processo progressivo de crescimento acelerado. Em 1865, existiam 3 milhões de operários nos Estados Unidos. Impermeáveis às doutrinas políticas, esses trabalhadores restringiam suas lutas à melhoria de condições de trabalho e ao aumento de salário, exigindo participação na riqueza produzida. Em razão desse posicionamento, organizavam-se greves, que eram duramente reprimidas, inclusive pelo próprio exército.

Em 1881, organizou-se a Federação Americana do Trabalho, que, em 1º de maio de 1886, conseguiu fazer com que 350 mil operários suspendessem as atividades, reduzindo assim a jornada de trabalho para oito horas. Nesse dia, a repressão fez diversas vítimas nas fábricas de máquinas agrícolas McCormock Harvester, o que levou o dia 1.º de maio a ser consagrado como o Dia Internacional do Trabalho.

2. O imperialismo norte-americano

O expansionismo norte-americano pode ser dividido em duas etapas: a primeira corresponde ao período da expansão interna e ocupação do território dos Estados Unidos, estendendo-se de 1803 a 1853; a segunda etapa corresponde à fase imperialista do capitalismo, a partir da segunda metade do século XIX, com a Segunda Revolução Industrial.

A economia norte-americana passava por um processo de superprodução, quando o comércio mundial apresentou-se como solução. Os Estados Unidos poderiam importar matérias-primas e investir seus capitais, sob a forma de empréstimos a altas taxas de juros ou aplicações em indústrias, atividades agrícolas ou mineração, com grandes lucros. No Havaí, onde os capitais norte-americanos controlavam a produção açucareira, o Porto de Pearl Harbor passou para o seu controle exclusivo em 1887. Em 1898, o arquipélago do Havaí foi anexado pelos Estados Unidos.



Destruição do Maine, em 1898.

A Guerra Hispano-Americana teve como motivação a explosão do encouraçado norte-americano Maine (1898), no porto de Havana, e provocou a primeira ação imperialista de caráter militar dos Estados Unidos. Dela resultou a assinatura do Tratado de Paris, marcando a preponderância americana sobre Cuba, Porto Rico, Guam e Filipinas. Cuba ficou sob ocupação militar até 1902, quando se tornou um protetorado. Nesse mesmo ano, o Congresso norte-americano aprovou a *Emenda Platt*, que garantia ao país o direito de intervir em Cuba para salvaguardar os seus próprios interesses. A Constituição cubana apenas revogou a *Emenda Platt* em 1934. No Extremo Oriente,

em 1845, a esquadra do comodoro Perry forçou o Japão a abrir seus portos aos produtos americanos. Em 1898, com base na Doutrina Hay, os Estados Unidos ganhavam o direito de entrar nos mercados chineses.



■ Pressões dos EUA

■ Áreas de influência dos EUA

As intenções imperialistas dos EUA.

3. O Big Stick e a América Latina

A partir de 1901, com Theodore Roosevelt, a Doutrina Monroe complementou-se com a política do *Big Stick*, assim denominada devido a uma declaração do presidente (“fale macio e use sempre um grande porrete”) ao se referir à política externa no continente americano.

O interesse norte-americano no continente foi despertado pela ideia de abrir o canal interoceânico no Panamá. Em nome desse interesse, os Estados Unidos patrocinaram rebeliões desse território contra a Colômbia, da qual o Panamá fazia parte, após a independência das colônias espanholas. Dessas rebeliões resultou a formação de um país frágil, que concedeu aos Estados Unidos a faixa para a construção do canal por 10 milhões de dólares e um aluguel anual, em caráter perpétuo. A partir desse acontecimento desenvolveu-se uma política de sucessivas intervenções em países latino-americanos.

Em 1904, a intervenção ocorreu na República Dominicana, resultando na ascensão de Rafael Trujillo, que, apoiado pelos Estados Unidos, permaneceu no poder por mais de trinta anos. Em 1914, foi a vez do Haiti, que, ao recusar a proposta norte-americana de administrar suas finanças, teve o seu território ocupado, por dez anos, pelos fuzileiros navais.

Na Nicarágua, a primeira intervenção norte-americana ocorreu em 1909, tendo como pretexto a morte de dois marinheiros; na realidade havia também o interesse de construir mais um canal interoceânico. A segunda intervenção nesse país ocorreu entre 1912 e 1933, quando os americanos foram expulsos pelos nacionalistas. O líder Augusto Cesar Sandino foi assassinado, o presidente Juan Batista Sacasa foi deposto e, em seu lugar, assumiu a Família Somoza implantando uma ditadura, com apoio dos Estados Unidos, a qual permaneceu no poder até 1979.

4. Estados Unidos e a Primeira Guerra Mundial



Cartaz pedindo o alistamento.

Devido ao desenvolvimento do capitalismo americano e ao seu expansionismo, ficou difícil manter a chamada política de isolamento, que definia a não participação em questões internacionais. Foi assim que, quando se formou o sistema de alianças militares na Europa, os Estados Unidos, em razão de interesses econômicos, alinharam-se aos países da Tríplice Entente em oposição à Tríplice Aliança.

Para os Estados Unidos, a guerra iniciou um período de extrema prosperidade. Até 1917 abasteciam, com armas e suprimentos, os países da Entente, que ficaram endividados. O ano de 1917 foi decisivo para o conflito: a Rússia saía da guerra em virtude da Revolução Socialista, que eclodiu em outubro, deixando os alemães livres para voltarem-se completamente à frente ocidental. A entrada dos Estados Unidos, em dezembro de 1917, foi decisiva para a derrota dos chamados Impérios Centrais.

As propostas do presidente Wilson para pôr termo à guerra não foram aceitas, à exceção da formação da Liga das Nações. O país voltava a adotar novamente o isolacionismo como norma para a política externa, procedimento que durou até 1940.

Exercícios Resolvidos

1 (MACKENZIE – MODELO ENEM) – “(...)

Ajudei a transformar o México (...) num lugar seguro para os interesses petrolíferos. Arrebentei em Cuba e no Haiti para fazer deles um lugar decente para que a rapaziada do National CityBank pudesse recolher seus lucros. Botei a Nicarágua nas mãos do pessoal do banco dos irmãos Brown. (...) Limpei a área na República Dominicana, abrindo espaço para o pessoal das empresas de açúcar. Liberei Honduras para a rapaziada das companhias exportadoras de frutas. Na China, fiz uma limpeza para que ninguém atrapalhasse o movimento da Standard Oil.”

(Adaptação por Mario Schmidt de Huberman, Leo & Sweezy, Paul.)

Os fatos acima, que demonstram o uso de forças militares norte-americanas invadindo países para garantir interesses das grandes empresas, foram comuns na fase do desenvolvimento do sistema capitalista. Essa fase denominou-se

- a) Imperialismo.
- b) Mercantilismo.
- c) Globalização.
- d) Guerra Civil.
- e) Colonialismo.

Resolução

O texto descreve características do imperialismo e suas ações para garantir os seus interesses políticos e econômicos personificando-o através do narrador.

Resposta: A

2 (PUC-RIO – ADAPTADA – MODELO ENEM) – “Desde o final do século XIX, os Estados Unidos intervieram política e economicamente várias vezes em países do continente, em especial no Caribe e América Central (...) A esse intervencionismo foi dado o nome de ‘Big Stick’, inspirado numa frase famosa do Presidente Theodore Roosevelt sobre a política americana para o continente.”

(Gerson Moura.

Tio Sam chega ao Brasil, pp. 15-16)

Sobre o “Big Stick” é correto afirmar que

- a) o governo dos EUA defendeu o lema da “América para os americanos”, opondo-se às tentativas de intervenção de potências europeias.

b) o governo norte-americano, em nome da preservação da ordem e da democracia, condenava as constantes intervenções armadas inglesas em países da América.

c) a retirada da Emenda Platt (1901) da primeira Constituição do Estado independente cubano exemplificou a política da boa vizinhança dos EUA.

d) o apoio norte-americano à independência do Panamá, em 1903, garantiu, entre outros aspectos, a exploração financeira e comercial da região do canal.

e) o presidente Franklin Delano Roosevelt (1901-09) resumiu sua política internacional sob a máxima do “fale macio e use um porrete”.

Resolução

Uma das manifestações do imperialismo norte-americano deu-se através do apoio à independência do Panamá, com o intuito de conquistar o direito de construir o canal interoceânico para salvaguardar seus interesses geopolíticos e econômicos.

Resposta: D

Exercícios Propostos

- 1 O que foi o Big Stick? Cite exemplos dessa política.

RESOLUÇÃO:

Conhecida como “corolário Roosevelt” foi a política de intervenção imperialista norte-americana nos países da América Latina, a fim de salvaguardar seus interesses. Os Estados Unidos intervieram na República Dominicana (1904); México e Haiti (1914); e Nicarágua (entre 1912 e 1933).

2 (UNICAMP – MODIFICADA) – Com o fim da Guerra Hispano-Americana, a condição da retirada militar americana de Cuba foi a aprovação da Emenda Platt, uma emenda à Constituição cubana que determinou as relações cubano-americanas de 1901 a 1934.

a) Quais as origens da Guerra Hispano-Americana?

RESOLUÇÃO:

Os norte-americanos desejavam controlar a produção de açúcar na ilha e acusaram os cubanos de provocar a explosão do encoucaço Maine, quando este estava aportado em Havana.

b) O que foi a Emenda Platt?

RESOLUÇÃO:

Emenda criada pelo senador norte-americano Hitchcock Platt, que foi incorporada à Constituição de Cuba, por ocasião da sua independência, permitindo a intervenção dos EUA na ilha, caso seus interesses fossem ameaçados.

c) Qual era a política norte-americana para a América Latina, que estava evidenciada na Emenda Platt?

RESOLUÇÃO:

O Big Stick.

3 Aponte os efeitos da formação do capital monopolista nos Estados Unidos.

RESOLUÇÃO:

A formação do capital monopolista levou o governo norte-americano a adotar uma Lei Antitruste e o país se lançou numa corrida colonialista em direção à América Central e Pacífico.

4 Relacione Imperialismo norte-americano e Canal do Panamá.

RESOLUÇÃO:

Os EUA promoveram a independência do Panamá em relação à Colômbia para construir o canal entre os Oceanos Atlântico e Pacífico, o qual beneficiou intensamente a economia e a posição estratégica americanas.

5 Defina “isolacionismo” no contexto histórico dos EUA.

RESOLUÇÃO:

Foi a decisão de manterem-se isolados em relação aos assuntos políticos internos da Europa.

6 (UFRS – MODELO ENEM) – Considere o mapa a seguir, sobre o espaço centro-americano durante o final do século XIX e início do século XX.



As regiões assinaladas no mapa evidenciam a

- importância estratégica, militar e econômica da região para a potência norte-americana.
- presença hegemônica da Inglaterra no Caribe e América Central.
- ausência de movimentos revolucionários, desafiando o *status quo* norte-americano.
- projeção do conflito de Chiapas em direção ao sul do continente.
- existência de centros de concentração industrial conhecidos como "tigres latino-americanos".

RESOLUÇÃO:

As regiões circundadas apresentam manifestações do imperialismo norte-americano: a Guerra Hispano-Americana (1898), cuja vitória deu aos Estados Unidos o domínio sobre Cuba e Porto Rico; a instalação de uma base aeronaval em Guantánamo (Cuba – 1903); e por fim, o estímulo ao separatismo panamenho (em relação aos colombianos), possibilitando a construção do canal interoceânico (1903).

Resposta: A

1. A crise do colonialismo mercantilista

Entre os séculos XVI e XVIII, os interesses econômicos europeus foram direcionados essencialmente para a América, em busca de novos mercados fornecedores de gêneros tropicais e metais preciosos. Portugal e Espanha assumiram a liderança no colonialismo, orientados pela política econômica mercantilista, sustentada pelo monopólio do pacto colonial, o que refletia uma completa dominação política e econômica das metrópoles sobre suas colônias.

A industrialização da Inglaterra no século XVIII incompatibilizou-se com as restrições impostas pelo mercantilismo, pois a produção em grande escala obrigava os ingleses a buscarem novos mercados. Desta forma, havia a necessidade de substituir o exclusivismo comercial por uma política econômica liberal. Explica-se, assim, o interesse da Inglaterra em apoiar e financiar os movimentos de independência das colônias luso-espanholas no continente americano.

2. A indústria no século XIX e o imperialismo

A difusão da indústria

No início do século XIX, a industrialização que se havia iniciado na Inglaterra começou a expandir-se para outras regiões.

A Bélgica iniciou precocemente sua industrialização graças aos investimentos de capitais ingleses e à abundância de carvão e ferro encontrados na região.

Na França, a estrutura do Antigo Regime dificultava o desenvolvimento industrial. Com a Revolução de 1789, a burguesia capitalista assumiu o poder, encontrando, porém, nos conflitos sociais e políticos, fortes obstáculos para o avanço da indústria francesa. Somente a partir de 1830, no governo de Luís Felipe, tomou corpo a Revolução Industrial, que efetivamente se desenvolveu a partir de Napoleão III, com a formação do Segundo Império. Apesar disso, a ausência de carvão e a perda das ricas jazidas de ferro da região da Alsácia-Lorena para a Alemanha dificultaram o processo.

A Alemanha e a Itália encontraram condições favoráveis para o desenvolvimento de seu parque industrial somente a partir da unificação política, concretizada em 1870.



Cartaz francês de propaganda anunciando a gasolina.



Os meios de comunicação provocaram uma verdadeira revolução no sentido de informar as pessoas sobre os acontecimentos de maneira mais rápida.



Saiba mais

REVOLUÇÃO MEIJI

Até a segunda metade do século XIX, o Japão ainda apresentava características praticamente feudais. Dividido em mais de 200 províncias, governadas por chefes locais denominados Daimios, possuía o governo geral presidido por um líder militar que controlava todas as províncias, conhecido como Shogun. Os chefes locais deviam lealdade ao Shogun, da dinastia dos Tokugawa, que governou o país de 1603 até 1868. O Imperador japonês representava apenas um símbolo da dinastia japonesa.

A sociedade era claramente dividida em um sistema de castas, separada em camponeses e guerreiros. Os Samurais, ou guerreiros, eram os únicos a ocupar cargos políticos.

O comércio japonês restringia-se apenas ao seu conjunto de ilhas e os mercadores e missionários estrangeiros não eram bem vistos.

Entretanto, em 1853, o Comodoro americano Matthew Perry bombardeia os portos japoneses (gunboat diplomacy) e força a abertura do mercado encerrando o isolamento. Um grupo chamado de Oligarquia Meiji, em 1868, lidera uma revolta contra o governo do Shogun, conseguindo o apoio de algumas províncias e toma as terras pertencentes a ele, colocando-as sob o domínio do Imperador.

O objetivo era dar ao Imperador o comando único do país, começava assim a Era Meiji (ou Era das Luzes). Com o governo consolidado, foi proclamada a Constituição do Império Meiji em 1889 e nela foram incorporadas muitas instituições ocidentais (abolição da servidão, proclamação da igualdade de todos os japoneses perante a lei, desenvolvimento do ensino público, das comunicações e da economia). Uma série de reformas modernizantes e ocidentalizantes foram impostas, levando o país a um sistemático processo de industrialização.

Fora da Europa, os Estados Unidos foram o único país da América que encontrou condições de industrializar-se, graças à descoberta de ouro na Califórnia, à Guerra de Secessão, que permitiu aos capitalistas do Norte o controle do aparelho do Estado, assim como o investimento de capitais ingleses. Até o final do século, a produção industrial norte-americana já superava a Inglaterra e a Alemanha.

Os monopólios e as invenções tecnológicas

A livre-iniciativa que impulsionou a indústria da Inglaterra, no século XVIII, acabou provocando a formação de grandes empresas que passaram a monopolizar a produção. Os empresários, buscando sempre maiores lucros, investiram maciçamente em tecnologia, transformando o capitalismo concorrencial em monopolista.

A partir de 1860, iniciou-se uma segunda etapa da Revolução Industrial. Nessa nova fase, o aço substituiu o ferro como material industrial básico, o vapor deu lugar à eletricidade, e o petróleo passou a ser utilizado como força **motriz** em lugar do carvão. Entre outras características dessa fase, destacaram-se a introdução de maquinaria automática, o crescimento da produção, a extrema divisão de trabalho e uma verdadeira revolução nos meios de transporte e comunicação.

Nesse momento, não foram apenas os avanços tecnológicos que caracterizaram a Segunda Revolução Industrial, mas, principalmente, o crescimento de novas formas de organização capitalista. O capitalismo industrial foi sobrepujado pelo capitalismo financeiro, originando a concentração de empresas e enormes complexos industriais. Com isso, surgiram grandes conglomerados econômicos, como os **trustes**, **cartéis** e **holdings**.

O crescimento desenfreado da indústria gerou um grande excedente de produção, que entrou em choque com o desemprego provocado pela larga utilização de máquinas no processo industrial. As grandes potências, visando manter o ritmo de desenvolvimento, necessitavam de mercados. Surgiu, assim, uma expansão imperialista que atingiu principalmente a África e a Ásia, as quais se tornaram palco de disputas e rivalidades na divisão do mercado mundial.

Imperialismo: política de expansão e domínio territorial e/ou econômico de uma nação sobre outras.

Motriz: coisa ou força que dá movimento.

Truste: absorção de pequenos concorrentes por grandes empresas, que monopolizam a produção.

Cartel: acordo entre as grandes empresas que procuram suprimir a livre concorrência, organizando-se para determinar os preços e a divisão de mercados.

Holding: empresa que assume o controle de inúmeras outras, a partir da compra da maior parte de suas ações.

Exercícios Resolvidos

- 1 (UFSC – MODELO ENEM)** – Júlio Verne (1828-1905) foi um famoso romancista francês. Em seus livros, descreveu engenhos, máquinas e viagens que somente seriam realizadas décadas depois. Em 1863, imaginou o balão dirigível, em "Cinco semanas num balão"; em 1870, inventou o submarino elétrico, em "Vinte mil léguas submarinas"; no mesmo ano, descreveu uma viagem espacial, em "À roda da Lua". Sua ficção relaciona-se com
- o surgimento da física quântica, decorrente do crescimento urbano e industrial desenfreados.
 - o avanço do movimento operário, das lutas populares e do "espectro do comunismo", tal qual Marx previra.
 - o desmantelamento dos Estados liberais e a montagem das monarquias constitucionais e parlamentaristas.
 - a descrença em relação à ciência e à cultura patrocinada pela Europa Imperialista.
 - o avanço da ciência e da tecnologia do mundo industrial, bem como com o otimismo da sociedade burguesa.

Resolução

O francês Júlio Verne é considerado um dos precursores da ficção científica, suas obras chamaram atenção por sua capacidade de antever os avanços tecnológicos.

Resposta: E

- 2 (UNESP – MODELO ENEM)** – "A Exposição Internacional de Eletricidade foi aberta ao público no Palácio da Indústria em Paris, em agosto de 1881 [...]. A maior parte dos aparelhos expostos resultaram de descobertas moderníssimas [...]. O bonde que transporta os visitantes; as máquinas eletromagnéticas e o dínamo-elétrico em funcionamento; os focos luminosos brilhando; os telefones que nos permitem ouvir à distância representações de ópera – tudo isto é tão novo que nem sequer seu nome era conhecido cinco anos atrás."

(Revista *A Natureza*, 1881.)

As inovações mencionadas

- resultaram dos investimentos em tecnologia e da criação dos cursos técnicos nas universidades europeias e norte-americanas.

- foram consequências da Segunda Revolução Industrial, que explorou novas fontes de energia e desenvolveu novos processos produtivos.
- ficaram restritas às camadas privilegiadas da sociedade, sem alterar o cotidiano da maioria dos habitantes da Europa.
- possibilitaram a autossuficiência dos países capitalistas adiantados e trouxeram dificuldades para os exportadores de produtos primários.
- determinaram a expansão dos regimes democráticos e iniciaram a difusão dos conhecimentos científicos em diferentes sociedades.

Resolução

A Segunda Revolução Industrial possui várias características: o aperfeiçoamento de novas tecnologias produtivas e novos meios de transporte; o uso da eletricidade e dos derivados do petróleo como combustível; o desenvolvimento da siderurgia; a difusão do industrialismo e o surgimento do capitalismo monopolista.

Resposta: B

Exercícios Propostos

- 1 Na segunda etapa da Revolução Industrial, iniciada por volta de 1860, caracterizou-se um(a)
- fortalecimento das corporações de mercadores.
 - aumento da utilização da mão de obra servil.
 - supremacia do capitalismo financeiro.
 - intensificação das trocas comerciais através das feiras.
 - predominância do sistema familiar de produção.

RESOLUÇÃO:

Os bancos passam a controlar empresas de outros ramos de negócio.

Resposta: C

- 2 Em 1868, o Imperador japonês, Matsu-Hito, iniciou uma série de reformas que caracterizaram seu governo.

"Vimos de assumir a sucessão ao Trono Imperial, no momento em que o Império é submetido a uma reforma total. Reservamo-nos o direito de decidir, de modo supremo e exclusivo, os assuntos civis e militares. A dignidade e felicidade da nação reclamam a interferência de Nossa elevada função.(...)

Devido às intrigas imoderadas que o Shogun Togukawa Keiki alimentou, o Império se reduziu a pedaços e, em consequência, veio a guerra civil que padecimentos sem conta impôs ao povo. Assim, fomos forçados a fazer, pessoalmente, campanha contra ele".

- a) Cite o nome pelo qual ficaram conhecidas as reformas às quais se refere o texto imperial.

RESOLUÇÃO:

Revolução Meiji.

- b) Indique a principal medida política desse período.

RESOLUÇÃO:

A destruição do poder do Shogun com a centralização do poder político nas mãos do Imperador.

- c) Esclareça o significado dessas reformas para a história do Japão.

RESOLUÇÃO:

As reformas implantadas pelo Imperador retiraram o Japão do atraso feudal e colocaram o país numa trajetória de desenvolvimento industrial.

- 3 (UNESP) – Nas últimas décadas do século XIX, inúmeras transformações de ordem técnica e empresarial deram origem ao capitalismo "monopolista". Em comparação com o capitalismo "concorrencial", que caracterizou a fase anterior, verificam-se algumas diferenças.

- a) Cite as duas novas fontes de energia que começaram a ser utilizadas na produção fabril.

RESOLUÇÃO:

A eletricidade e o petróleo (combustão).

- b) Indique as mudanças que ocorreram no modo de organização empresarial.

RESOLUÇÃO:

Abandona-se a livre concorrência e inicia-se um processo de concentração empresarial.

- 4 "Na manufatura e nos ofícios, o trabalhador serve-se dos instrumentos; na fábrica, ele serve a máquina. No primeiro caso, ele é quem move o meio de trabalho; no segundo, ele só tem que acompanhar o movimento. Na manufatura, os trabalhadores são membros de um mecanismo vivo; na fábrica são apenas os complementos vivos de um mecanismo morto que existe independente deles."

(Karl Marx, *O Capital*.)

Estas críticas de Marx ao sistema industrial nos revelam algumas das transformações por que passava a economia capitalista na metade do século XIX. Sobre estas transformações, é correto afirmar que

- a) a manufatura e a fábrica permitiam um enorme aumento da produtividade industrial, do qual se beneficiaram os trabalhadores, pois passaram a trabalhar menos com maiores ganhos salariais.

- b) o desenvolvimento do sistema fabril, com a introdução de máquinas sofisticadas e o aprofundamento da divisão do trabalho, permitiu um incrível aumento de produtividade às custas da desqualificação dos ofícios manuais.

- c) o aumento da produtividade industrial só foi possível pelo aumento da carga de trabalho (mais quantidade e maior intensidade) imposta aos operários pelos sindicatos, na tentativa de obter salários maiores.

- d) a fábrica dispensa o trabalho manual, executando todas as tarefas através de máquinas e o trabalhador passa a ganhar seu salário sem trabalhar.

RESOLUÇÃO:

Essa nova etapa ficou conhecida como Segunda Revolução Industrial.

Resposta: B

5 Na segunda metade do século XIX, configurou-se uma nova etapa do processo de desenvolvimento da Revolução Industrial, que, entre outras, apresentou a seguinte característica:

- a) Declínio das exportações de capitais para áreas de investimento fora da Europa industrializada, tais como a África e a Ásia.
- b) Fim da política de expansão imperialista dos países europeus que haviam alcançado a industrialização.
- c) Supremacia do sistema familiar de produção, que passou a atender às necessidades do mercado consumidor.
- d) Concentração da produção industrial em grandes empresas com o fortalecimento do capital monopolista.
- e) Consolidação da livre concorrência entre as empresas capitalistas facilitada pelo retorno da legislação colonial.

RESOLUÇÃO:

Surtem os cartéis, trustes e holdings.

Resposta: D

6 (FGV – MODELO ENEM) – “As perspectivas de desenvolvimento econômico e progresso científico pareciam infinitas no princípio do século. As estradas de ferro se espalhavam por todo o mundo (...) O cientista italiano Guglielmo Marconi preparava-se para transmitir, pela primeira vez, sinais de rádio através do Oceano Atlântico. O automóvel, o telefone e o cinema se popularizavam, mudando a face das cidades”.

BRENER, J., *Jornal do século XX*, São Paulo, Moderna, 1998, p. 24.

O texto refere-se a um contexto de inovações tecnológicas propiciadas

- a) pela Segunda Revolução Industrial, marcada pelo surgimento das primeiras fábricas, da utilização das máquinas a vapor e de matérias-primas como carvão e ferro.
- b) pela Revolução Agrária Europeia, marcada pela mecanização da produção agrícola e pela estruturação fundiária em pequenas e médias propriedades.
- c) pelo Período Entreguerras, marcado pela expansão da economia industrial e pela disseminação do liberalismo como referência econômica entre as potências europeias.
- d) pela Primeira Revolução Industrial, marcada pelo desenvolvimento industrial norte-americano e pela proliferação da produção de eletrodomésticos.
- e) pela Segunda Revolução Industrial, marcada pela aplicação de descobertas científicas à produção, pela utilização da energia elétrica e o desenvolvimento de indústrias químicas.

RESOLUÇÃO:

O início do século XX, descrito pelo texto, relaciona-se com os resultados da Segunda Revolução Industrial, iniciada na segunda metade do século XIX e caracterizada pelo trinômio eletricidade-petróleo-siderurgia, em substituição ao vapor-carvão-ferro da Primeira Revolução Industrial.

Resposta: E

Módulo

16

O Novo Colonialismo

Palavras-chave:

- Imperialismo
- Supremacia do homem branco

1. Diferenças entre o antigo e o novo colonialismo

As terras descobertas na África e na Ásia, durante a expansão marítima dos séculos XV e XVI, com raras exceções, não foram ocupadas sistematicamente, limitando-se apenas em manter relações comerciais baseadas em produtos tropicais ou metais preciosos. Desta forma, justifica-se a existência de porções extraordinárias de terras desconhecidas, até o século XIX, tanto no continente africano quanto no asiático.

Portugal e Espanha não estavam mais em condições de explorá-las. Outras potências mais fortes tinham surgido no cenário europeu, como o Reino Unido, Bélgica, França, Alemanha e Itália, muito mais bem aparelhadas em termos econômicos para empreender a conquista e a repartição dos territórios da África e da Ásia.

A razão básica da colonização era econômica. A Europa tinha vários países passando pela Revolução Industrial que necessitavam de matérias-primas essenciais para a industrialização, tais como carvão, ferro e petróleo; produtos alimentícios, normalmente carentes na Europa; mercados consumidores para os excedentes industriais; e locais para o investimento de capitais disponíveis na Europa, principalmente na construção de estradas de ferro e exploração de minas.

Em termos sociais, os interesses relacionavam-se à necessidade de encontrar terras que absorvessem a população europeia, em ritmo acelerado de crescimento. A colonização era uma válvula de escape para a pressão demográfica.

No plano político, o motivo essencial era a preocupação dos Estados europeus em aumentar seus contingentes militares. Isto lhes valeria uma posição melhor no equilíbrio das potências europeias. A posse de colônias passou

a significar poder, com disponibilidade de recursos e de mão de obra, que poderia ser incorporada militarmente aos exércitos da metrópole.

Igualmente, motivos de ordem religiosa e cultural podem ser aventados. Os missionários queriam reduzir os indígenas à sua crença e alguns intelectuais consideravam dever dos povos mais adiantados difundir a sua civilização: retirar os nativos da “barbárie” na qual se encontravam.

É evidente que as preocupações civilizadoras constituíam muito mais uma justificativa do que um motivo para a colonização.

A administração colonial

Na área de dominação francesa foram dois os tipos básicos de colonização: colônias e **protetorados**. As colônias ficavam sob a direta supervisão do Ministério das Colônias, sendo governadas localmente por um governador-geral, responsável pela atividade colonial. Os protetorados, por sua vez, mantinham elevado grau de autonomia. Praticamente todas as decisões eram tomadas por elementos indígenas, com a supervisão de um representante da metrópole.

Entre as colônias inglesas, a variedade era muito grande: as colônias da Coroa, que dependiam diretamente da metrópole; as colônias com certo grau de autonomia, com um parlamento eleito localmente; e os domínios, que eram praticamente independentes.

A forma de organização administrativa nas demais colônias, pertencentes aos outros países europeus, não variava muito em relação aos dois tipos apresentados, isto é, colônias propriamente ditas e dependências semiautônomas.

A exploração colonial

De uma maneira geral, os países colonialistas da Europa procederam de maneira **empírica** na organização do sistema de exploração colonial.

Os ingleses constituíram exceção, porque possuíam um imenso império colonial que lhes permitia uma

variedade extraordinária de recursos materiais e humanos. A política econômica livre-cambista, adotada na Inglaterra após 1850, estendeu-se às colônias, uniformizando suas relações econômicas, tanto com a Inglaterra quanto com os demais países.

A França adotou uma política tarifária variante. Dependia da colônia e dos tipos de produtos que produzia e consumia.

A ocupação de terras coloniais criou problemas sérios para a administração europeia. Os colonos vindos das metrópoles queriam adquirir terras que teriam de ser expropriadas dos indígenas. Para isto, utilizavam-se da confiscação de terras disponíveis, fixando as tribos nômades em reservas.

A exploração econômica das terras foi concedida a particulares, visando encorajar a colonização. Somente as grandes companhias capitalistas tinham condições de empreender a exploração, que necessitava de uma vultosa soma de capitais.

Os empreendimentos industriais nas colônias praticamente inexistiam, evidentemente para evitar a concorrência com a produção metropolitana. Por isso, as únicas indústrias que conseguiam sobressair, impulsionando a economia colonial, eram as extrativistas de minerais e vegetais, que utilizavam a abundante mão de obra e a matéria-prima disponíveis.

A construção de estradas de ferro nas colônias significou o interesse de particulares em obter elevados rendimentos. Era apenas um negócio lucrativo, não apresentando qualquer preocupação em relação ao desenvolvimento das vias de comunicação colonial, visando apenas incrementar o comércio metropolitano.

Protetorado: situação de um Estado posto sob a autoridade de outro, particularmente no tocante à política externa.

Empírico: baseado apenas na experiência e, pois, sem caráter científico; diz-se de conhecimento que provém, sob perspectivas diversas, da experiência.



Saiba mais

Darwinismo Social

Muitos sustentam ser Herbert Spencer (1820-1903) – que era profundo admirador de Charles Darwin e de sua teoria –, o criador do Darwinismo Social. Entretanto, o termo só apareceu mais claramente em 1944 por iniciativa do historiador americano Richard Hofstadter. Spencer era adepto do positivismo e buscou aplicá-lo à análise e compreensão das diversas sociedades.

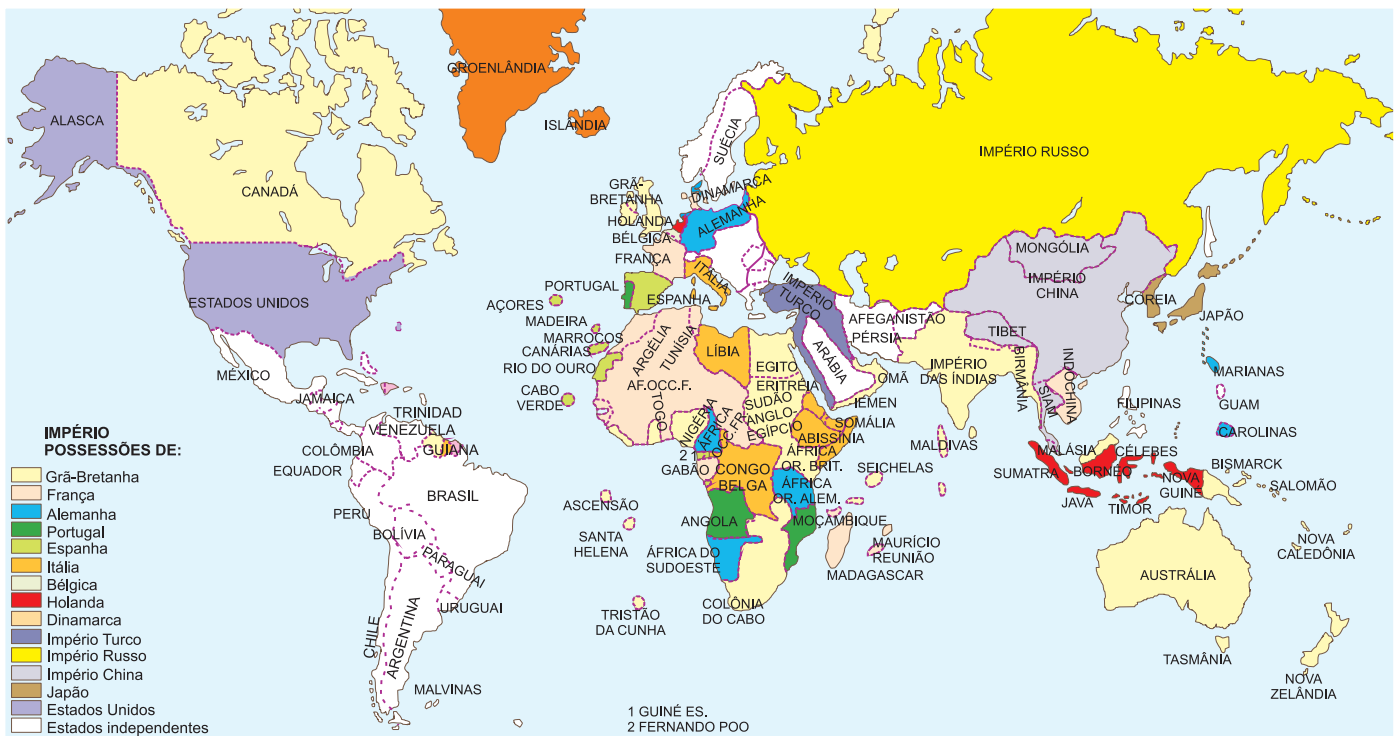
Segundo essa teoria, os povos apresentam graus distintos de evolução. Alguns são civilizados (estado positivo), enquanto outros são bárbaros (estado metafísico), e outros ainda, primitivos (estado teológico).

Qual o critério usado para essa classificação? O conhecimento científico e a tecnologia. A civilização apresenta alto grau de conhecimento das leis da natureza e possui muitas máquinas. A primitiva acredita que a natureza e o mundo são comandados por Deus. Já a barbárie apresenta um estágio intermediário entre as duas.

Muitos estudiosos se fundamentaram nas ideias de evolução e da sobrevivência do mais apto para criar outras teorias que justificassem a exploração colonialista do século XIX. Afirmam ainda que os graus de evolução estão ligados à cor da pele e ao continente, de forma que a civilização é europeia e branca; a barbárie é mestiça e americana; enquanto a primitiva é negra – africana e amarela – asiática.



Leitura complementar: O Fardo do homem branco



A presença das principais potências na colonização asiática, durante o século XIX.

Assumi o Fardo do Homem Branco,
Enviai os melhores de vossos filhos,
Condenai vossos filhos ao exílio,
Para que sejam os servidores de seus cativos,
Para que velem, pesadamente ajaezados,
Os povos sublevados e selvagens,
Povos recém-dominados, inquietos,
Meio demônios, meio infantis.
Assumi o Fardo do Homem Branco,
Tudo o que fizerdes ou deixardes
Servirá a esses povos silenciosos e consumidos,
Para pesar vossas mercadorias e vós mesmos.

(Rudyard Kipling)

É no *The White Man's Burden* (O Fardo do Homem Branco) que podemos encontrar a essência da sua filosofia:

Take up the White Man's burden –
Send forth the best ye breed –
Go, bind your sons to exile
To serve your captives' need.

Para Kipling, os ingleses podiam suportar este fardo melhor do que qualquer outra nação. Os britânicos, um povo de dominadores, eram os únicos capazes de fazer reinar a paz, de estender a cultura e o bem-estar ao mundo inteiro. O Império Britânico constituía, a seu ver, o instrumento do progresso, pelo que os ingleses mereciam inteiramente o seu poder.

Segundo Carrington, o seu mais recente biógrafo, Kipling teria servido melhor a Commonwealth do que a literatura inglesa. Sem ser inteiramente falso, este ponto de vista menospreza a beleza duradoura de algumas obras de Kipling e a expansão dos seus dois Livros da Selva através do escutismo.

Cem por cento imperial, Kipling sentia horror pelo liberalismo radical; desprezava a democracia como sistema político. Exaltava "o homem forte, que comanda todos", mas confiava em todos os especialistas – o capitão na ponte do seu navio, bem como o maquinista na casa das máquinas, o coronel e o sargento, o diretor duma grande empresa e o engenheiro. Kipling acreditava nos que conheciam o seu ofício, coisa que, a seu ver, se aplicava a todo o povo britânico. "É o homem simples, o viajante de 3.ª classe, quem nos salvará", diria em 1914.

(GRIMBERG, Carl. *História Universal*. Vol. 18. Lisboa, Publicações Europa-América, 1969. pp. 9-13)

Exercícios Resolvidos

1 (UNESP – MODELO ENEM) – “É difícil acreditar na guerra terrível, mas silenciosa, que os seres orgânicos travam em meio aos bosques serenos e campos risonhos”.

(“C. Darwin, anotação no Diário de 1839”.)

Na segunda metade do século XIX, a doutrina sobre a seleção natural das espécies, elaborada pelo naturalista inglês Charles Darwin, foi transferida para as relações humanas, numa situação histórica marcada

- a) pela concórdia universal entre povos de diferentes continentes.
- b) pela noção de domínio, supremacia e hierarquia racial.
- c) pelos tratados favoráveis aos povos colonizados.
- d) pelas concepções de unificação europeia e de paz armada.
- e) pela fundação de instituições destinadas a promover a paz.

Resolução

O “darwinismo social” (que aliás não representa o pensamento de Darwin) conheceu grande voga na segunda metade do século XIX e

princípios do século XX – tendo sido utilizado como base ideológica para os imperialismos do período.

Resposta: B

2 (UFPEL – MODELO ENEM) – “O francês P. Leroy-Beaulieu, professor do College de France, escreveu em 1891:

'(...) a fundação de colônias é o melhor negócio no qual se possa aplicar os capitais de um velho e rico país, disse o filósofo inglês John Stuart Mill. (...) A colonização é a força expansiva de um povo, é seu poder de reprodução, (...) é a submissão do universo ou de uma vasta parte (...) a um povo que lança os alicerces de sua grandeza no futuro, e de sua supremacia no futuro. (...) Não é natural, nem justo, que os países civilizados ocidentais se amontoem indefinidamente e se asfixiem nos espaços restritos que foram suas primeiras moradas, que neles acumulem as maravilhas das ciências, das artes, da civilização, que eles vejam, por falta de aplicações remuneradas, os ganhos dos capitais em seus países, e que

deixem talvez a metade do mundo a pequenos grupos de ignorantes, impotentes, verdadeiras crianças débeis, dispersas em superfícies incomensuráveis'.”

(SCHMIDT, Mário Furley. *Nova história crítica*. São Paulo: Nova Geração, 1999.)

O texto caracteriza a ideologia e a prática do

- a) mercantilismo, durante a expansão marítima na Revolução Comercial.
- b) iluminismo da burguesia financeira, durante a Expansão Marítima.
- c) imperialismo europeu, na Idade Moderna, quando da partilha da América, da África e da Ásia.
- d) capitalismo industrial, originário da Europa, nos séculos XVI e XVII, as quais legitimaram o escravismo colonial.
- e) etnocentrismo da burguesia industrial na fase do capitalismo imperialista.

Resolução

O texto explicita o pensamento que embasou os países europeus, quando se lançaram na corrida colonialista em direção à África e Ásia.

Resposta: E

Exercícios Propostos

1 (FUVEST – ADAPTADA) – No decorrer do século XIX, o expansionismo europeu passou a obedecer ao ritmo das grandes potências que se moviam num novo processo de industrialização, acelerado por um grande avanço tecnológico. Responda:

a) Quais os principais produtos que as nações colonizadoras buscavam?

RESOLUÇÃO:

Matérias-primas estratégicas para a indústria pesada, como ferro, carvão, petróleo e manganês.

b) Quais as nações que lideraram esse novo colonialismo?

RESOLUÇÃO:

Inglaterra e França.

2 Faça uma diferenciação entre o colonialismo da Época Moderna e o neocolonialismo do século XIX.

RESOLUÇÃO:

O colonialismo do século XVI foi direcionado para a América, no contexto da política mercantilista, liderado por Espanha e Portugal, em busca de metais preciosos e produtos tropicais; o colonialismo do século XIX foi orientado para África e Ásia, no contexto do capitalismo monopolista, liderado pela Inglaterra e França, em busca de matérias-primas essenciais para a industrialização e de mercados consumidores.

3 As grandes potências industriais europeias, em meados do século XIX, iniciaram uma expansão dirigida sobretudo para a África e Ásia, tendo como motivo(s)

- a) o interesse científico dos europeus em descobrir, povoar e ajudar a desenvolver áreas periféricas.
- b) a superioridade racial do branco que, naquelas regiões, levaria às culturas primitivas os recursos de sua civilização.
- c) o espírito missionário relacionado com a fé cristã, traço marcante da cultura europeia da época.
- d) a crescente competição entre os países capitalistas por mercados consumidores e matérias-primas industriais.
- e) a necessidade de trocar experiências tecnológicas e exportar modelos políticos para aquelas regiões.

RESOLUÇÃO:

A corrida colonialista tinha por objetivo resolver a crise de 1873 provocada pela Segunda Revolução Industrial.

Resposta: D

4 Assinale a afirmativa correta.

- a) Em busca de matérias-primas baratas e mercados consumidores, as potências europeias iniciaram a grande expansão territorial que culminou com a conquista colonial da Ásia e da África, nos últimos anos do século XIX e primeiros anos do século XX.
- b) As condições econômicas e tecnológicas superiores do homem europeu permitiram seu predomínio em todo o mundo no século XIX.
- c) Apesar de a Inglaterra ser uma nação europeia, a participação inglesa favorável aos movimentos de independência da América Latina é inteiramente coerente com a posição anticolonialista do Estado liberal inglês.
- d) A ação civilizadora das potências europeias na África e Ásia foi o agente difusor da industrialização nas colônias.
- e) Todas as afirmativas estão corretas.

RESOLUÇÃO:As alternativas apresentam um resumo das características do neocolonialismo.

Resposta: E

5 (VUNESP) – Ao final do século passado, a dominação e a espoliação assumiam características novas nas áreas partilhadas e neocolonizadas. A crença no progresso, o darwinismo social e a pretensa superioridade do homem branco marcavam o auge da hegemonia europeia. Assinale a alternativa que encerra, no plano ideológico, certo esforço para justificar interesses imperialistas.

- a) A humilhação sofrida pela China, durante um século e meio, é algo inimaginável para os ocidentais.
- b) A civilização deve ser imposta aos países e raças onde ela não pode nascer espontaneamente.
- c) A invasão de tecidos de algodão do Lancashire desferiu sério golpe no artesanato indiano.

d) A diplomacia do canhão e do fuzil, a ação dos missionários e dos viajantes naturalistas contribuíram para quebrar a resistência cultural das populações africanas, asiáticas e latino-americanas.

e) O mapa das comunicações nos ensina: as estradas de ferro colocavam os portos das áreas colonizadas em contato com o mundo exterior.

RESOLUÇÃO:

O darwinismo social afirmava a superioridade da civilização do homem branco sobre os demais.

Resposta: B

6 (ENEM) – No início do século XIX, o naturalista alemão Carl Von Martius esteve no Brasil em missão científica para fazer observações sobre a flora e a fauna nativas e sobre a sociedade indígena. Referindo-se ao indígena, ele afirmou:

“Permanecendo em grau inferior da humanidade, moralmente, ainda na infância, a civilização não o altera, nenhum exemplo o excita e nada o impulsiona para um nobre desenvolvimento progressivo (...). Esse estranho e inexplicável estado do indígena americano, até o presente, tem feito fracassarem todas as tentativas para conciliá-lo inteiramente com a Europa vencedora e torná-lo um cidadão satisfeito e feliz”.

(Carl Von Martius. *O estado do direito entre os autóctones do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1982.)

Com base nessa descrição, conclui-se que o naturalista Von Martius

- a) apoiava a independência do Novo Mundo, acreditando que os índios, diferentemente do que fazia a missão europeia, respeitavam a flora e a fauna do país.
- b) discriminava preconceituosamente as populações originárias da América e advogava o extermínio dos índios.
- c) defendia uma posição progressista para o século XIX: a de tornar o indígena cidadão satisfeito e feliz.
- d) procurava impedir o processo de aculturação, ao descrever cientificamente a cultura das populações originárias da América.
- e) desvalorizava os patrimônios étnicos e culturais das sociedades indígenas e reforçava a missão "civilizadora europeia", típica do século XIX.

RESOLUÇÃO:

O texto do naturalista Von Martius afirma que os índios não conseguiram adaptar-se à cultura dos dominadores europeus, apesar de todas as tentativas realizadas. Com isso, ele ressalta a importância cultural da Europa e desqualifica a cultura índia.

Resposta: E